

TEXTO

3

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

DOS CAMPONESES

*Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Maria Rita Kehl. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas com a colaboração da Comissão Nacional da Verdade e da rede de pesquisadores e pesquisadoras<sup>1</sup> como parte das atividades do Grupo de Trabalho Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou contra Indígenas – e também com a colaboração de pesquisadores do Projeto República (UFMG).<sup>2</sup>*

A Resolução nº 5/2012 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) criou o grupo de trabalho sobre camponeses e indígenas, com a competência de “esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres”, relacionados às populações do campo. O objetivo deste GT é identificar e tornar públicos estruturas, locais, instituições, circunstâncias e autorias de violação de direitos humanos no campo brasileiro, entre 1946 e 1988. A citada resolução da CNV caracteriza “graves violações de direitos humanos como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres”.

Em apoio ao grupo de trabalho sobre as violações no campo, foi criada, em 2012, a partir da realização em Brasília do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), constituída por entidades e movimentos sociais ligados ao campo e por uma rede nacional de professores e pesquisadores. Sua função foi a de dar suporte à CNV no resgate das violências cometidas pelo Estado e seus agentes contra camponeses entre 1946 e 1988.

A CCV foi criada a partir da Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo das Águas e das Florestas, de 22 de agosto de 2012, quando se estabeleceu o compromisso com:

[A] luta pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão.<sup>3</sup>

Ao fazer investigação própria sobre casos de violação e elaborar relatório dos movimentos e entidades, o objetivo é resgatar a memória camponesa a fim de dar mais visibilidade aos sujeitos do campo duramente vitimados pelo Estado e seus agentes entre 1946 e 1988.

Desde 2013, a Comissão Camponesa da Verdade tem realizado reuniões periódicas para pensar e agregar contribuições junto à CNV. É fundamental ter claro que, apesar dos processos históricos de luta por direitos e resistência à expropriação, há um esquecimento da história dos camponeses, tanto em relação ao seu protagonismo (na luta contra a ditadura) como nos processos de reparação. Questões teórico-conceituais, jurídicas e políticas, têm sido discutidas e são consideradas fundamentais para a condução dos trabalhos junto à Comissão Nacional Verdade, de modo a acrescentar, à investigação das violações de direitos humanos como política de Estado, os anseios da população de que este mesmo Estado se disponha a transformar suas instituições, reconhecer sua responsabilidade e estabelecer novas formas de condução no campo econômico, social, político e cultural. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

## A) OS PROBLEMAS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL<sup>4</sup>

É no modo da ocupação de terras no interior do Brasil que se verifica com nitidez o caráter civil-militar da ditadura de 1964-1985, assim como a aliança dos governos democráticos pré-64 com o latifúndio, tanto no nível nacional quanto estadual. Aliança que se estende ao período que ainda nos cabe investigar, depois do final da ditadura, entre 1985 e 1988.

A luta pelo direito à terra no Brasil tem sido, desde a colonização, orientada pela lei do mais forte. O que nos interessa, nesta breve introdução, é oferecer uma rápida análise das formas tradicionais de resolução e/ou repressão dos conflitos agrários no interior do país, de maneira a fazer com que a compreensão das violações de direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988 alcance também as diversas práticas autoritárias que se deram no campo.

É sabido, graças às obras de historiadores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, que a concentração de grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários determinou tanto a constituição social e econômica da nação brasileira quanto as estruturas formais e informais de poder e mando, caracterizadas pelo menos até meados do século XX como semifeudais ou, no mínimo, pré-modernas. Parte desse atraso foi mantido, ativamente, pela ditadura civil-militar de 1964-1985, a revelar uma contradição no seio de seu projeto: se por um lado os governos militares investiram na modernização do país, a partir de grandes obras de infraestrutura e iniciativas de apoio à indústria nacional, por outro lado trabalharam com o objetivo evidente de impedir, com brutalidade quando necessário, a melhoria das relações de trabalho e a democratização das condições da posse da terra.

O projeto de reforma agrária do governo João Goulart foi esquecido pouco depois do golpe militar de abril de 1964, embora o presidente Castelo Branco ainda tivesse intenção de implementá-lo. Foi um projeto estimulado pelo governo norte-americano na era Kennedy, durante o mandato do presidente Jânio Quadros. O presidente Kennedy compreendeu que a reforma agrária era fundamental para neutralizar a influência da revolução cubana na América Latina. Assim foi criado, na Costa Rica – um país “neutro” –, o Instituto Interamericano de Ciências Agrárias, cuja função era formar técnicos em legislações agrárias nos países da América Central e do Sul, sustentado por dinheiro norte-americano. O grupo brasileiro que foi à Costa Rica era chefiado por José Gomes da Silva.

Depois do golpe de 1964, o ministro do Planejamento Roberto Campos encarregou José Gomes da Silva de apresentar uma proposta de lei para reforma agrária – que foi entregue ao presidente Castelo Branco em 30 de novembro do mesmo ano. Era o Estatuto da Terra, um importante projeto de reforma agrária assinado pelo primeiro presidente da ditadura de 1964-1988. O Estatuto da Terra instituiu um cadastro das propriedades de terra, criou mecanismos legais de desapropriação para fins de reforma agrária e criou o Incra, um aparato administrativo para executar a reforma agrária. Isto indica que o Estado brasileiro, que reconhecia o direito à terra e a necessidade de distribuí-la para os milhões de camponeses pobres, foi o mesmo que reprimiu com violência inusitada todas as formas de organização criadas pelo homem do campo para defender esses mesmos direitos.

Depois da morte de Castelo Branco, o marechal Costa e Silva abandonou o projeto da reforma agrária no país. Ainda houve alguns avanços, como a criação do cadastro nacional das propriedades agrícolas e a criação de impostos sobre a posse da terra, o ITR – cuja receita deveria ser destinada para que o Incra fizesse a reforma agrária.<sup>5</sup> A partir do Estatuto da Terra, foram criados instrumentos legais de desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária. Mas a prioridade dos projetos dos governos militares pós-1968 não era a reforma agrária, e sim os empreendimentos de colonização a serem executados por grandes grupos empresariais, muitas vezes à revelia dos posseiros que eventualmente já ocupavam as terras consideradas “disponíveis” para colonização. É preciso lembrar que

o direito do lavrador de permanecer em terras devolutas nas quais trabalha para sustento da família, assim como a destinação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, constam de todas as constituições desde 1946, incluindo tanto as promulgadas durante o governo militar (1964, 1967 e 1969) quanto a de 1988, que reinaugurou a democracia no país.

É preciso considerar também, para efeitos deste capítulo, que apenas uma parte das mortes no campo foi motivada por conflitos políticos no sentido maior da expressão. Agentes do Estado reprimiram, com violência, posseiros que se organizaram para tentar obter o direito de permanecer em terras devolutas (ainda que desconhecessem que a lei os protegia em sua condição de uso da terra para sustento das famílias), ou que se uniram a companheiros de pobreza para combater, com ou sem um projeto político mais amplo, a exploração de seu trabalho pelos fazendeiros. Foram os casos da repressão à Guerrilha de Porecatu (1950-1957), ao conflito de Trombas e Formoso, às Ligas Camponesas, em especial no Nordeste, ou aos camponeses que apoiaram direta ou indiretamente os guerrilheiros no Araguaia.

No caso do Araguaia, prisões arbitrárias, torturas sistemáticas e assassinatos foram praticados mesmo contra camponeses que desconheciam o projeto de guerrilha dos “paulistas”. O terrorismo de Estado praticado contra camponeses no Bico do Papagaio prosseguiu depois do extermínio dos guerrilheiros, criminalizando a criação de sindicatos rurais, a união de pequenos lavradores que não queriam perder a terra onde trabalhavam e a ação de padres e freiras que os defendiam. O mesmo se repetiu na prelazia de São Félix, em Mato Grosso, sob responsabilidade de dom Pedro Casaldáliga.

Mas o Estado também reprimiu os trabalhadores rurais que lutaram por direitos trabalhistas recém-conquistados desde a Constituição de 1945, sempre no sentido de favorecer as práticas arcaicas – mesmo quando inconstitucionais – dos grandes proprietários de terra. Da mesma forma, o Estado brasileiro esteve quase sempre ao lado dos grandes invasores de terras e dos beneficiários de fraudes cartoriais – fossem empresas, fossem famílias tradicionais – contra os posseiros que tiravam delas sua sobrevivência. Governos estaduais e prefeituras, o exército e a polícia, o governo federal e o sistema Judiciário viraram sistematicamente as costas para as necessidades do trabalhador rural e para a luta dos pequenos agricultores no sentido de conservar o direito de cultivar um pedaço de terra. As terras do interior do Brasil eram consideradas sem dono, a contrapelo da lei e à revelia das populações que viviam nelas e as cultivavam.

Ainda que as alianças que sustentaram o projeto de ocupação do interior do país durante o governo Vargas (a chamada “marcha para o Oeste”, voltada para a ocupação das terras de Mato Grosso e Goiás) não coincidiram exatamente com as dos grupos envolvidos no projeto de “integração nacional” dos governos Médici e Geisel, em ambos os casos as terras do Brasil foram distribuídas entre empresários interessados em tocar empresas agropecuárias ou projetos extrativistas como se ali não existissem moradores – o que vale tanto para os camponeses quanto para os povos indígenas.

Tal posição do Estado diante dos conflitos pela terra, sempre em apoio aos grileiros e grandes proprietários, criminalizando sistematicamente as tentativas de resistência de posseiros, estende-se até o final do período das investigações atribuídas à CNV: o ano da Constituinte Democrática de 1988. Foi quando a democracia incipiente do governo Sarney, aliado aos governos dos estados de Goiás, do Pará e do Maranhão, deu seu consentimento tácito às ações armadas comandadas pelos membros da UDR (União Democrática Ruralista), criada por fazendeiros de Goiás, mas que logo se expandiu para todo o país. A UDR foi o agente ideológico e o articulador político da violência do latifúndio que, em defesa de suas terras, passou a fomentar de forma sistemática e organizada a violência no campo, promovendo assassinatos de posseiros, sindicalistas e advogados de causas dos camponeses.

A desigualdade no plano da conquista dos direitos se manteve no que toca às relações de força na luta pela terra. Enquanto os camponeses que tentavam defender suas posses continuaram a ser

reprimidos como “terroristas”, uma organização armada criada por fazendeiros recebeu uma espécie de aval não declarado do Estado para reprimir e matar, à margem dos dispositivos legais, em nome do direito de defesa da propriedade. A lei do mais forte valia mais que a constituição.

### **1. CASOS DE DISPUTA POR TERRA**

Repressão e violência contra grupos organizados de luta por reforma agrária e justiça nas relações de poder e trabalho.

Ex.: Ligas Camponesas, Trombas e Formoso, Guerrilha de Porecatu.

Período após o golpe de 1964: criminalização das associações camponesas na luta pela terra. Politização, por parte do Estado repressivo, de todas as formas de luta por reforma agrária ou simplesmente por justiça no campo, a exemplo da politização da resistência de posseiros (considerados “terroristas” pelo exército e por polícia locais) contra a invasão de suas terras na região do Bico do Papagaio (Pará), depois da repressão à Guerrilha do Araguaia.

### **2. MORTOS E DESAPARECIDOS EM CADA CONFLITO/CIRCUNSTÂNCIAS DAS MORTES**

Assassinatos/desaparecimentos/torturas de camponeses organizados ou isolados. Destaque para participação direta ou indireta (ação/omissão) de agentes do Estado.

Identificação de violadores e mandantes, quando possível. Inclusão de casos em que não há como provar culpados.

### **3. DISPUTAS LOCALIZADAS DE POSSEIROS VS. GRILEIROS, COM PARTICIPAÇÃO DE AGENTES DO ESTADO EM DEFESA DOS GRILEIROS OU EM OUTROS CONFLITOS LOCALIZADOS PELA TERRA**

Fazendeiros *vs.* posseiros/invasão de terras de posseiros pelo gado dos pecuaristas/destruição de roças e derrubadas de cercas etc. Conivência do Estado, em nível nacional e local, com relação a fraudes cartoriais que favoreceram grandes grileiros de terras. Envolvimento de agentes do Estado em apoio à ação de grandes grileiros, com uso de violência, contra posseiros que já estavam na terra e tentaram defender suas lavouras.

### **4. ABUSOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRABALHADORES AUTORIZADOS A CULTIVAR ROÇAS DENTRO DE GRANDES PROPRIEDADES RURAIS**

Repressão com participação de agentes do Estado nos casos de resistência de trabalhadores de engenhos e grandes fazendas a ações de despejo sumário, sem respeito aos direitos constitucionais (rescisão de contrato) já estabelecidos desde a Constituição de 1946.

O grande problema era a falta de regulamentação sobre os contratos, o que levava a frequentes abusos e expulsões arbitrárias de camponeses – com destruição de roças, derrubada de casas etc. por parte dos fazendeiros. Seguem-se alguns exemplos das formas de cessão de terras para o trabalhador livre, sobretudo nos engenhos do Nordeste, em meados do século XX.

Pagamento de foro (aluguel de um pedaço de terra) ao fazendeiro. Uma variante desta modalidade é a cessão de dias de trabalho não remunerado ao dono da fazenda (“cambão”). Os camponeses tentavam resistir a exigências abusivas dos dias dedicados ao pagamento do “cambão” para não prejudicar o trabalho em suas roças. Casos de repressão violenta às reivindicações dos devedores do foro ou do “cambão”.

Pagamento de parceria: pagamento de uma parcela da produção ao dono da terra. Como a mensuração era arbitrária, muitas vezes a produção do trabalhador era insuficiente para pagar a parceria e ele contraía uma dívida em dinheiro com o dono da fazenda que se acumulava ano após ano, até criar situações concretas de trabalho escravo ou pena de expulsão da terra.

A falta de respaldo legal para tais tipos de contrato tornava os camponeses vulneráveis a exigências abusivas, sob pena de perder o direito ao cultivo da terra – o que ocorria com frequência. A concentração de terras impedia a independência do pequeno lavrador. No ano de 1961, por exemplo, 70 mil latifúndios, entre cerca de 2 milhões de propriedades agrícolas, detinham 62,33% das terras cultiváveis no Brasil.<sup>6</sup>

## 5. CASOS DE VIOLÊNCIA EM RESPOSTA A DEMANDAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Violência dos fazendeiros, com participação ou conivência de agentes do Estado, em resposta a reivindicações de direitos trabalhistas por parte dos camponeses – reajustes de salário, férias, 13º, assim como as já mencionadas tentativas de negociar o “cambão” e outras modalidades de exploração do trabalhador residente em grandes fazendas.

O desrespeito às normas trabalhistas já estabelecidas por lei e a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários não constituem graves violações de direitos humanos. Incluo estas informações no relatório para permitir a compreensão dos conflitos que motivaram a formação das Ligas Camponesas, de sindicatos camponeses e outras formas de organização menos conhecidas, mas igualmente legítimas – como formas de luta coletiva pelos direitos do trabalhador do campo. O entendimento da regularidade com que ocorriam contratos ilegais e abusivos de trabalho entre proprietários e camponeses sem-terra, além da omissão dos agentes da lei diante do abuso de poder dos fazendeiros – ou mesmo do uso da força armada de representantes do Estado em ações de expulsão de famílias de lavradores das roças que cultivavam para subsistência depois de muitos anos (cuja posse lhes seria garantida pelas seguidas constituições do período) –, haverão de contribuir para explicar a violência da repressão contra sindicatos e organizações de defesa dos direitos do homem do campo, incluindo a Igreja católica, especialmente após o golpe de 1964.

Há que se observar também que inúmeros assassinatos no campo ocorreram em resposta, por parte dos fazendeiros, a simples reivindicações legais de seus empregados. A impunidade dos criminosos, mesmo nos casos em que testemunhas os denunciaram, indica a conivência do poder local com os grandes proprietários de terras.

Ex.: *Diário de Pernambuco* de 9 de novembro de 1963 noticia o assassinato de cinco camponeses que recorreram ao proprietário do engenho Estreliana, senhor José Lopes da Siqueira Campos, para pedir o pagamento atrasado da diferença salarial. Argumentaram que seus filhos estariam passando fome e gostariam de lhes dar de comer ao menos “um feijãozinho”. Os camponeses, desarmados, foram mortos a bala. O jornal se refere a uma “rajada de metralhadora”, o que indica que o proprietário do engenho talvez usasse arma da polícia.<sup>7</sup>

**6. GRANDES PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL QUE DESRESPEITARAM DIREITOS DE CAMPONESES JÁ MORADORES DAS REGIÕES OU DESLOCADOS PARA OUTROS ESTADOS. EXPULSÃO DE POSSEIROS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS GOVERNAMENTAIS, SEM REPARAÇÃO NEM DIREITOS. TORTURAS E MORTES DE CAMPONESES QUE RESISTIRAM ÀS EXPULSÕES. VIOLAÇÃO DOS PARÁGRAFOS 12 E 14 DO ARTIGO 34 DA CONSTITUIÇÃO DE 1946.**

Ainda que as alianças que sustentaram o projeto de ocupação do interior do país do governo Vargas (a chamada “marcha para o Oeste”, voltada para a ocupação das terras de Mato Grosso e Goiás) diferissem dos grupos interessados no projeto de “integração nacional” dos governos Médici e Geisel, em ambos os casos as terras do interior do Brasil foram distribuídas entre empresários interessados em tocar empresas agropecuárias ou projetos extrativistas como se ali não existissem moradores – o que vale tanto para os camponeses quanto para os povos indígenas.

**7. REPRESSÃO, INVASÃO E FECHAMENTO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS. ASSASSINATOS DE POLÍTICOS E LÍDERES SINDICAIS**

Ex.: João Batista<sup>8</sup> e Paulo Fonteles.<sup>9</sup>

**8. AGENCIAMENTO DE CAMPONESES SEM-TERRA PARA TRABALHO ESCRAVO, COM CUMPLICIDADE DE AUTORIDADES LOCAIS<sup>10</sup>**

**9. CRIAÇÃO DA UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA COMO REAÇÃO ARMADA DE PROPRIETÁRIOS DE TERRA, ALGUNS COM MANDATOS POLÍTICOS, CONTRA OS MOVIMENTOS POR REFORMA AGRÁRIA NA DÉCADA DE 1980. IMPUNIDADE DOS CRIMES COMETIDOS PELOS MEMBROS DA UDR A PRETEXTO DE “DEFESA DA PROPRIEDADE”. APOIO DE MEMBROS DO CONGRESSO A TAIS AÇÕES CRIMINOSAS.**

**B) REPRESSÃO A MOVIMENTOS ORGANIZADOS DE LUTA PELA TERRA**

**1. GUERRILHA DE PORECATU – PARANÁ, 1947-1952<sup>11</sup>**

Reação organizada e armada de posseiros contra atos do governador Moisés Lupion, que doou as terras em que viviam e trabalhavam para aliados políticos.

Na década de 1940, migrantes de várias regiões do país foram atraídos pelo incentivo do governo Getúlio Vargas à ocupação de terras devolutas para formação de pequenas propriedades em assentamentos. O governo disponibilizava para colonização cerca de 120 mil hectares, divididos em pequenos lotes. Era a chamada “marcha para o Oeste” (1941-1945), lançada oficialmente como programa em 1º de maio de 1941 a fim de atrair “não apenas colonos envolvidos em projetos estatais [...], mas também capitais que pudessem extrair da região riquezas que se acreditava ali existirem”.<sup>12</sup> Os trabalhadores estabeleciam os lotes de acordo com as marcações de “terras devolutas” e procuravam as instâncias governamentais para regularização das posses.



A oferta de terras atraiu muitos camponeses, mas também despertou os interesses de grandes fazendeiros. Com o apoio do governo estadual do Paraná, na gestão de Moisés Lupion esses fazendeiros apresentavam documentos falsificados por cartórios, comprovando a propriedade das terras. Prática ilegal conhecida como grilagem.

Em 1944, foram fundadas as duas primeiras associações de lavradores na região de Porecatu, a de Ribeirão Tenente, com cerca de 270 famílias, e a de Guaraci, com aproximadamente 200 famílias. Elas antecedem às Ligas Camponesas de Francisco Julião, em Pernambuco, e inauguraram um processo intenso de criação de associações de trabalhadores rurais em todo o Brasil.<sup>13</sup>

Após a queda de Getúlio Vargas e do interventor Manoel Ribas, em 1945, engenheiros e agrimensores do Paraná começaram a cortar e demarcar uma área em Porecatu de mais de 1.000 alqueires, em lotes de 40 alqueires cada, mas que foram concedidos a apenas cinco famílias de posseiros. O loteamento foi suspenso e retomado após a posse do governador Moisés Lupion (1946-1950 e 1956-1960), que decuplicou o tamanho das demarcações e anunciou que o governo do Paraná estava vendendo essas novas glebas. O ilícito legalizado foi viabilizado pela articulação dos grileiros com os cartórios da região e as forças do poder local: prefeituras e agentes do governo estadual. Essas novas demarcações de terras incentivavam a vinda de fazendeiros paulistas interessados em formar grandes fazendas de café.

Os posseiros sofreram ameaças e torturas, sendo forçados por jagunços, policiais, militares e delegados a assinar documentos de cessão das terras. Para resistir, eles se reuniram em associações de trabalhadores rurais e contrataram advogados para defendê-los.

Em 1946, cerca de 1.500 posseiros fecharam a rodovia entre Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR), para sensibilizar o governo e a opinião pública acerca das demandas dos trabalhadores rurais. Com isso, além das associações de lavradores, a resistência passou a receber o apoio do comércio e de setores médios que se desenvolviam nas cidades da região. Apesar das ameaças e das violências de jagunços a mando de grileiros, a resistência começava de forma pacífica. Os posseiros reuniram provas para assegurar as comprovações jurídicas da ocupação inicial das terras. No entanto, juízes desfavoráveis aos trabalhadores definiam indenizações irrisórias, imediatamente recusadas pelos camponeses.

Segundo Angelo Priori,<sup>14</sup> o começo da resistência armada em Porecatu ocorreu em 28 de agosto de 1947, durante a invasão noturna a uma fazenda na cidade de Guaraci. Doze homens armados, jagunços e policiais, liderados por Antônio Barbosa, tentaram expulsar os trabalhadores da fazenda. Tal enfrentamento levou quatro posseiros à morte.<sup>15</sup> Francisco Bernardo dos Santos, um dos líderes dos posseiros e membro da Liga Camponesa de Jaguapitã (PR), viajou a Curitiba e ao Rio de Janeiro levando uma carta ao então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de solucionar os conflitos na região. Ao retornar, foi preso por policiais de São Paulo, teve suas pernas quebradas e foi entregue ao jagunço José Celestino, que o matou. O assassinato de Francisco Bernardo foi considerado o “estopim” da revolta.

A partir de 1947, os posseiros já tinham se aproximado dos militantes do Partido Comunista, como João Saldanha e o líder Manoel Jacinto Corrêa, que conseguiu, junto ao comitê estadual, apoio do PCB aos posseiros. Em novembro de 1948, os militantes do PCB conseguiram que os trabalhadores aderissem à luta armada no conflito com os grileiros,<sup>16</sup> embora o interesse do partido fosse apropriar-se da causa dos posseiros para implementar essa forma de luta e as técnicas de guerrilha, entendidas na época como um meio de alcançar o poder. Por isso a resistência em Porecatu foi marcada por aproximações e divergências entre os trabalhadores e o PCB.

Teve início, então, o projeto de Guerrilha de Porecatu, com a formação de três grupos armados e um quartel. Pelos relatos, uma estimativa de 15 a, no máximo, 20 pessoas chegaram a possuir porte de armas na região, geralmente em acampamentos na mata, montados para a defesa dos territórios; no entanto, a movimentação causava a impressão de um grupo fortemente armado. Em



23 de setembro de 1950, o jagunço José Celestino, símbolo da opressão e da violência na região, foi assassinado em Vista Alegre, próximo à cidade de Centenário. O jagunço foi executado com 22 tiros no peito, em uma tocaia montada por posseiros e lideranças do PCB.

O maior conflito entre posseiros e grileiros ocorreu em 10 de outubro de 1950, depois da decisão da Justiça de sequestrar as terras ocupadas pela família Billar, na fazenda Tabapuá, de propriedade do grileiro Jerônimo Inácio da Costa. Jagunços contratados pelo grileiro e 22 soldados, coordenados pelo tenente João André Dias Paredes, entraram em confronto armado com os trabalhadores. Morreram João Japão, Benedito Barbudo, Cassiano Coelho e os menores Pedro Vieira de Moraes, de 14 anos, e Benedito dos Santos, de 15. Depois desse confronto, os trabalhadores de Porecatu intensificaram a luta na região.

Com o insucesso na expulsão dos trabalhadores das posses por meio de decisões judiciais fraudulentas, os grileiros e as forças do Governo estadual incentivaram a intervenção do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que atuou para expulsar os trabalhadores, coordenando ações de violência. A entrada do DOPS começou pelo desmantelamento do apoio dado aos trabalhadores pela direção intelectual do PCB estadual. No dia 17 de junho de 1951, como parte da operação contra Porecatu, 11 dirigentes partidários foram sequestrados e presos em Londrina. Em 9 de agosto, os delegados do DOPS remeteram para a vara criminal do Fórum da Comarca de Porecatu o inquérito policial referente às ações armadas dos posseiros, em que foram apontados como responsáveis pelo conflito 15 pessoas, entre dirigentes do PCB e posseiros: Celso Cabral de Mello, o “Capitão Carlos”; Arildo Gajardoni, o “Strogoff”; Hilário Gonçalves Pinha, o “Itagiba”; André Rojo, o “Panchito”; “Machado”; Newton Câmara; Francisco Lourenço Figueiredo, o “Quiabo”; Francisco Lourenço Figueiredo Filho, o “Quiabinho”; Inocêncio Ferreira Belém; Lázaro Bueno de Camargo, o “Lazão”; Benedito Bueno de Camargo, o “Coreano”; Miguel Gajardoni; João Pernambuco; Orozimbo Vieira; e “Jordão de tal”.

O prisioneiro Celso Cabral de Mello, principal nome do PCB à frente do conflito em Porecatu, forneceu ao DOPS informações privilegiadas sobre a organização da guerrilha, em troca de liberdade. Com elas, os agentes, apoiados por batalhões de vários estados, invadem as áreas ocupadas. João Saldanha o considerou “o cabo Anselmo da Revolta de Porecatu”.<sup>17</sup> Mesmo preso, não teve o nome incluído na sentença final, o que reforçou a suspeita de delação.

O conflito terminou em 1952, com mortes, torturas e outras formas de violência. Ao final dos julgamentos, a maioria dos trabalhadores recebeu pena mais curta em relação aos dirigentes partidários. De acordo com Marcelo Oikawa, isso ocorreu “por serem considerados simples participantes, homens rudes e semianalfabetos, mas que se deixaram induzir pela dialética dos chefes”.<sup>18</sup> Tal entendimento jurídico tentava tirar o protagonismo dos trabalhadores como sujeitos históricos, colocando-os na condição de “guiados” pelo PCB. Após o fim dos conflitos na região, muitos posseiros que participaram da resistência partiram para outros lugares, abandonando a terra pela qual tanto lutaram. O episódio de Porecatu propiciou desdobramentos na luta pela terra no Brasil, incluindo a presença de lideranças de Porecatu em reivindicações como a Revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), em Goiás. A organização e a resistência dos posseiros, aliados a militantes políticos, partidários ou não, mostraram capacidade concreta de realização a partir do encontro em torno de interesses coletivos no campo, o que foi importante para os caminhos dos novos movimentos e para as ações de política agrária.

### 1.1. VÍTIMAS – ASSASSINATOS

Francisco Bernardo dos Santos, “Bernardão”. Posseiro. Fuzilado próximo de Jaguapitã, em 1947, quando retornava de viagem ao Rio de Janeiro e Curitiba, para resolver os conflitos em Porecatu. Foi preso

na região de Regente Feijó por integrantes da polícia do estado de São Paulo no governo de Adhemar de Barros. Os policiais quebraram suas pernas e o entregaram aos jagunços, que o torturaram e mataram.

Executores: jagunços comandados por José Ferreira de Souza, o “Zé Celestino”, com apoio da polícia do estado de São Paulo. Autoria: Comando da Polícia Paulista e grupo de grileiros, formado por Ricardo Lunardelli, Jerônimo Inácio da Costa, José Inácio da Costa, Lázaro Bueno de Camargo, Antônio Ângelo e Neccar Accorsi, principais aliados na região do então governador do Estado do Paraná, Moisés Lupion (1946-1950 e 1956-1960), também “fazendeiro-grileiro”.

Salvador Ambrósio. Posseiro. Assassinado enquanto pescava às margens do Paranapanema, em 1947. Executor: José Ferreira de Souza, o “Zé Celestino”. Autoria: fazendeiros-grileiros da região, liderados por Ricardo Lunardelli, Jerônimo Inácio da Costa, José Inácio da Costa, Lázaro Bueno de Camargo, Antônio Ângelo e Neccar Accorsi.

Providências jurídicas: sem dados.

Benedito dos Santos. Posseiro. Foi assassinado em 10 de outubro de 1950. Estava trabalhando nas terras dos posseiros Billar quando foi surpreendido por jagunços, apoiados pela tropa de soldados, que pretendiam expulsá-lo da posse. Conforme laudo do Instituto Médico Legal (IML), à época, foi atingido por bala de fuzil, sofrendo várias perfurações.

Executores: jagunços dos grileiros e tropa de 22 soldados militares armados, comandados pelo tenente João André Dias Paredes. Jagunços identificados: João Faustino, Antônio Abílio da Silva e o administrador da fazenda Palmeira, do grileiro Antônio Ângelo, Luiz Menezes. Autores: tenente João André Dias Paredes, juiz Carlos Bezerra Valente e o grileiro Jerônimo Inácio da Costa. Providências jurídicas: ausentes sobre o caso.

#### 1.2. VÍTIMAS SEM DADOS

João Japão; Benedito Barbudo; Cassiano Coelho; Pedro Vieira de Moraes.

#### 1.3. CASOS DE PERSEGUIÇÃO E TORTURA NA REVOLTA DE PORECATU

Valdomiro dos Santos. Posseiro. Sequestrado junto com seu filho, Benedito dos Santos, pouco antes do conflito de 10 de outubro de 1950. Para evitar que outros posseiros atirassem contra o caminhão que estava indo em direção à posse da família Billar, pai e filho foram colocados na carroceria junto com os soldados para serem usados como escudo vivo. Executores: a mesma tropa de 22 soldados militares e os mesmos jagunços dos sete assassinatos relatados acima. Providências jurídicas: ausentes sobre o caso.

#### 1.4. PRISÕES

Arildo Gajardoni, “Strogoff”. Posseiro e um dos líderes no comando da resistência, indiciado no processo de 9 de agosto de 1951. Condenado a sete anos de prisão em 29 de maio de 1953, pelo delegado especial do DOPS, Eduardo Louzadas da Rocha, responsável pelo inquérito policial, e o juiz Rafael Rastelli, que dirigiu o processo. Fugiu da região de Porecatu e passou a viver na clandestinidade. Participou da Revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), em que foi morto em confronto com a polícia.

Hilário Gonçalves Pinha, “Itagiba”. Possreiro e um dos líderes do comando da resistência. Condenado a 9 anos de prisão em 29 de maio de 1953. Executores: delegado especial do DOPS Eduardo Louzadas da Rocha, responsável pelo inquérito policial.

Francisco Lourenço Figueiredo, “Quiabo”. Possreiro. Sequestrado pelos soldados junto com seu filho e outros trabalhadores, pouco antes do conflito de 10 de outubro de 1950. Para evitar que outros posseiros atirassem contra o caminhão que estava indo em direção à posse de família Billar, pai e filho foram colocados na carroceria junto com os soldados para serem usados como escudo vivo. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

Executores do sequestro: jagunços dos grileiros e tropa de 22 soldados militares. Jagunços identificados: João Faustino, Antônio Abílio da Silva e o administrador da fazenda Palmeira, do grileiro Antônio Ângelo, Luiz Menezes. Autores do sequestro: tenente João André Dias Paredes, juiz Carlos Bezerra Valente e o grileiro Jerônimo Inácio da Costa. Executores do inquérito: delegado especial do DOPS Eduardo Louzadas da Rocha, responsável pelo inquérito policial.

Francisco Lourenço Figueiredo Filho, “Quiabinho”. Filho de Francisco Figueiredo, sequestrado com o pai nas condições acima.

Benedito Bueno de Camargo, “Coreano”. Filho de “Lazão”. Possreiro. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

Miguel Gajardone. Possreiro. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

João Pernambuco. Sem informação. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

“Jordão de tal”. Sem informação. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951 e condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

Orozimbo Vieira. Possreiro. Indiciado no processo de 9 de agosto de 1951. No dia 27 de agosto de 1951, apresentou-se junto com Lázaro Bueno de Camargo à delegacia de Porecatu e foram imediatamente presos. Permaneceram detidos por seis meses, sendo liberados em janeiro de 1952. Condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

Lázaro Bueno de Camargo, “Lazão”. Possreiro. No dia 27 de agosto de 1951, apresentou-se junto com Lázaro Bueno de Camargo à delegacia de Porecatu e foram imediatamente presos. Permaneceram detidos por seis meses, sendo liberados em janeiro de 1952. Condenado a três anos de prisão em 29 de maio de 1953.

José Billar. Possreiro. Violências: em novembro de 1947, enquanto viajava, sua família foi ameaçada e espancada por um pelotão da Polícia Militar, comandado pelo major Euzébio de Carvalho, e seus filhos foram presos. Depois foi coagido a assinar um acordo que dizia que deveria sair da posse em 30 de julho de 1948 e receberia 28 mil cruzeiros pelas benfeitorias. Esse acordo foi assinado sob ameaça de morte pelo mesmo major.

Desdobramentos: sem providências contra as violências sofridas.

José Ribeiro dos Santos, “Zé Sem Medo”. Possreiro.

“Zé Sem Medo” resistiu à ordem de despejo de sua posse. Em consequência, foi humilhado pelo jagunço José Celestino. Foi despido e colocado sentado sobre um tambor quente durante horas, à vista de todas as pessoas que passavam pela rua principal de Porecatu. Foi sequestrado, junto com outros trabalhadores, pelos soldados pouco antes do conflito de 10 de outubro de 1950. Para evitar que outros posseiros atirassem contra o caminhão que estava indo em direção à posse da família Billar, pai e filho foram colocados na carroceria junto com os soldados para serem usados como escudo vivo.

Executores das torturas: jagunço José Celestino. Autores: Ricardo Lunardelli e Jerônimo Inácio da Costa (grileiros). Executores do sequestro: jagunços dos grileiros e tropa de 22 soldados militares. Jagunços identificados: João Faustino, Antônio Abílio da Silva e o administrador da fazenda Palmeira, do grileiro Antônio Ângelo, Luiz Menezes. Autores do sequestro: tenente João André Dias Paredes, juiz Carlos Bezerra Valente e o grileiro Jerônimo Inácio da Costa.

Desdobramentos: foi dado como morto, mas reapareceu em 16 de fevereiro de 1951, no Rio de Janeiro, levando um abaixo-assinado dos posseiros ao então presidente Dutra.

## 2. REVOLTA DE PATO BRANCO – SUDOESTE DO PARANÁ, 1957

A reivindicação dos integrantes do levante pela posse da terra tem origem na disputa entre três empresas grileiras sobre as propriedades, incorporadas ao patrimônio nacional por Getúlio Vargas, em 1940: a Clevelândia Industrial (CITLA, criada em 1951), Apucarana e Comercial Ltda. (criadas em 1956). A partir desse levante, as glebas Missões e Chopim comportaram fatos até então inéditos na história do país, como a concessão de anistia para crimes comuns e a primeira declaração de que áreas de conflito seriam caracterizadas como de utilidade pública para fins de desapropriação.<sup>19</sup>

As glebas de Missões e Chopim estavam *sub judice* desde que Getúlio Vargas incorporara as terras, mas herdaram dívidas dos proprietários anteriores (vítimas de grilagem de terras pela Companhia Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, subsidiária da Brasil Railway Company); por isso, as negociações de títulos estariam inválidas até a resolução do processo de pagamento das dívidas, sendo que o estatuto dos habitantes das propriedades em litígio, mesmo os colonos oficializados pela Cango, era o de posseiro. A partir de 1956, não só a CITLA, mas a Cango também ameaçava cobrar por escrituras. No entanto, como ocorreu a Revolta de 57, as determinações do Relatório da Cango (transformada em núcleo colonial, com objetivo de cobrar prestações pelo usufruto da terra) não foram postas em prática.<sup>20</sup> Moyses Lupion, governador eleito em 1956, revogou a sanção que o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto havia feito sobre o recolhimento dos impostos de transmissão de imóveis, a Sisa. Já o anteprojeto, que negava a transação entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN) e a CITLA, não pôde, nesse momento, ser aprovado por Juscelino Kubitschek sob “ameaça de rompimento” entre o PSD estadual e nacional.<sup>21</sup> Acrescentadas a essas ações, duas companhias foram criadas por Lupion, o que, de acordo com Colnaghi, “teve tripla finalidade: pagar dívidas da campanha eleitoral, afastar a CITLA do centro dos acontecimentos e enganar os colonos que, cientes da ilegalidade da posse da CITLA, não queriam com ela negociar”.<sup>22</sup>

Em março de 1957, os representantes dos posseiros Rosalino Albano da Costa e Augusto Pereira levaram à capital da República um abaixo-assinado em que mais de 2 mil pessoas em Santo Antônio do Sudoeste reivindicavam soluções para a regularização dos posseiros e para a saída dos jagunços da região.<sup>26</sup> Após o envio do abaixo-assinado ao presidente Juscelino Kubitschek, Rosalino Albano da Costa teve que fugir para o sertão, abandonando a mulher e 13 filhos.<sup>23</sup> Iria Gomes ressalta que o abaixo-assinado foi “a última tentativa coletiva de se conseguir uma solução pela via legal”. O assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro pelo jagunço “Pé de Chumbo” em maio de 1957, por ordem da Cia. Comercial,<sup>24</sup> fez com que uma nova figura se tornasse expressiva na luta em favor da causa dos posseiros: o advogado Edu Potiguara Publitz, vítima de ameaças de morte e preso por ordem da chefatura de polícia.

Ainda em setembro deste ano, o advogado denuncia no jornal *O Estado do Paraná*: é voz corrente na cidade de Santo Antonio que uma viúva, ao querer defender sua filha única de tentativa de violação pelos cangaceiros da Cia. Apucarana, em Capanema, foi assassinada a pauladas. Um pai de família achava-se

refugiado na Argentina, segundo é público e notório em Santo Antonio, não sabendo o fim de sua mulher. As suas duas filhas menores, com 14 e 16 anos de idade, foram violadas e carregadas pelos cangaceiros.

No dia 2 de agosto, os posseiros de Verê realizaram um protesto pela avenida principal. Diante da multidão, dois colonos foram assassinados. Um deles, o *Alemão*, “para mostrar o propósito pacífico da marcha [...] se enrolara numa bandeira do Brasil. [...] assim mesmo morreu, atravessado pelas balas dos jagunços”.<sup>25</sup> Esse episódio foi o “primeiro movimento do levante”. Outras formas de resistência, com articulação de abaixo-assinados e comissões para mediação com o governador, foram transformadas pelo agravamento da violência das três empresas. Enquanto uma comissão de prefeitos e juizes de direito foi solicitar a extinção da Cango ao presidente da República, ao ministro da Guerra, ao Conselho de Segurança Nacional e à Comissão Especial de Faixa de Fronteira, outras violações conduziram ao ápice da revolta.<sup>26</sup>

Nilza Schmitz e Ariel Pires apresentam as violações que envolveram o cunhado de Pedro Santin, amarrado e castrado por jagunços na região de Verê; sua esposa e as filhas de 9 e 11 anos foram estupradas e mortas e, ainda, a filha mais velha (15 anos) levada pelos jagunços.<sup>27</sup> O suicídio do cunhado de Pedro Santin acirrou os ânimos dos posseiros, que no dia 6 de setembro, no distrito de Lageado Grande, mataram numa emboscada Arlindo Silva, funcionário da CITLA, bem como feriram Vilmar Pereira de Melo, seu capanga.<sup>28</sup> O gerente da Apucarana e o gerente da CITLA fizeram uma tentativa de acordo. Apesar de versões de que a reunião com os posseiros havia sido desmarcada por suspeita de ameaça ao gerente da Apucarana, uma caminhonete saiu com ordens de pegar os posseiros. Nesse momento, conhecido como a “tocaia do km 17”, Pedro Santin, sem saber da cilada, ateou fogo no automóvel, em que morreram dois funcionários da companhia (um deles famoso jagunço na região) e cinco colonos, em 14 de setembro. Cerca de 2 mil posseiros reagiram e incendiaram o escritório de Lageado Grande. Liderados por Santin, eles tomaram Capanema, interditando o campo de aviação e a estrada que ligava a Santo Antônio. A intervenção do chefe de polícia, Pinheiro Jr., e a atuação do coronel Alcebíades (pessoa benquista na região) em coordenar o deslocamento obrigatório dos jagunços daquela região de fronteira fez com que eles evacuassem para Francisco Beltrão e Pato Branco.<sup>29</sup>

O recrudescimento da violência nessas cidades, com a concentração de jagunços, somado à divulgação da emenda aprovada pela Câmara dos Deputados,<sup>30</sup> que negava a legalidade das companhias, além da retirada de jagunços em Capanema, culminaram na “Revolta dos Posseiros”, em outubro.

## A REVOLTA DOS POSSEIROS

O momento de maiores violações contra os posseiros ocorreu entre março e outubro de 1957.

A articulação da população em repúdio à ação dos grileiros teve a colaboração decisiva da Rádio Colmeia, inaugurada em Pato Branco em julho de 1954. Como muitos colonos eram analfabetos, a rádio era a principal fonte de informação e denúncias na região. Os informantes da rádio eram voluntários. Mas, justamente no mês do levante, a rádio foi vendida a frades franciscanos que a renomearam de Celinauta. Um dos programas apresentados por Ivo Thomazoni contra Moisés Lupion, “Não atacamos, mas comentamos”, traduz a potência da rádio como instrumento de luta para a população. Em entrevista a Inelci Pedro Matiello, Pergoraro disse que “...os colonos passaram a confiar neste veículo de comunicação e no locutor que representava os colonos. [...] Contavam, choravam o que eles passavam. A maioria, que perdeu filho, perdeu filha, perdeu mulher, ou filho chorando a morte do pai, porque a comunicação era tão estreita... [...] quando o Thomazoni começou a fazer o comentário dele ‘Não atacamos, comentamos’, os colonos vinham a Pato Branco, e eram entrevistados pelo Ivo, contando que perderam a terra, que incendiaram a casa, que mataram o gado, que mataram filhos e tal”.<sup>31</sup>

Outro porta-voz a favor dos posseiros foi o senador Othon Mader (UDN), que denunciava a ilegalidade dos contratos das companhias com guardas florestais introduzidos pela Cango; o deputado Antonio Anibelli (PTB) também levava informações às famílias. O levante reivindicava a retirada das companhias (em repúdio às pressões pela compra de terras e à violência por parte de jagunços) e a garantia de posse e propriedade da terra. Um dos motivos apontados para o estopim da revolta em Pato Branco e em Francisco Beltrão foi a difusão de informações, pela rádio, sobre o espancamento contra três crianças nas margens do rio Verê, com a finalidade de que elas revelassem onde estavam seus pais. As crianças foram apresentadas com vergões por todo o corpo. Uma delas era filha de Otto Zwiker, “que havia entrado com requerimento no município pedindo abertura de ação processória contra as companhias e, por isso, estava ameaçado de morte”.<sup>32</sup>

### LEVANTE EM PATO BRANCO

No dia 9, com forte atuação do radialista Jacomo Trento (o “Porto Alegre”), colonos se organizaram para guarnecer os principais pontos da região. Formaram uma Junta Governativa, que passaria a controlar a cidade, composta por Jaury Souza, Albino Mendes de Araújo (advogados), Natalício Fischer (médico), Lineu Dondeo e Aparício Henrique (agrimensores). Foi elaborado um relatório denunciando os assassinatos de Pedrinho Barbeiro, de dois colonos, o desaparecimento de Otto Schwarz e o espancamento de sua família, o saque e incêndio na casa de José Rodrigues, em Dois Vizinhos, que “assistiu petrificado ao que foi efetuado a sua sobrinha menor de 14 anos de idade”.<sup>33</sup> Após a entrega do relatório, em Curitiba, a situação foi mediada pelo ministro da Guerra, Teixeira Lott, que enviou à região o major Reinaldo Machado. Porto Alegre, por ser uma das principais lideranças, foi nomeado pelo major como “inspetor de polícia” e pôde com isso efetuar a prisão do jagunço Maringá.<sup>34</sup> Quanto ao levante, Porto Alegre anunciaria pela rádio que, resolvida a situação dos jagunços e dos escritórios, a delegacia seria entregue ao major Machado.

No município de Francisco Beltrão, também por articulação da rádio, cerca de 4 mil colonos invadiram os escritórios, prenderam jagunços e espalharam notas pelas ruas. A cidade foi tomada por posseiros que chegavam de caminhão, a pé e a cavalo. Nesse município, onde ficavam as sedes da CITLA e Apucarana, o médico da Cango, Walter Pecóits, colocou o juiz sob prisão domiciliar e teve que esperar pela ordem da 5ª Região Militar para que os jagunços presos fossem conduzidos por uma patrulha do Exército até Clevelândia. Moysés Lupion teve de ceder às exigências dos posseiros: a nomeação de Walter Pecóits como delegado de polícia no lugar do doutor Rubens da Silva Martins e a demissão do juiz e do promotor da comarca.

De 12 a 15 de outubro, o município de Santo Antônio do Sudoeste foi palco dos últimos acontecimentos do levante. Sob a liderança de Augusto Pereira (guarda da Cango), a delegacia foi cercada e, na apreensão do delegado, doutor Licínio Barbosa, foram feridas seis pessoas quando ele reagiu, armado de metralhadora. O delegado Barbosa era impopular porque substituíra Adão Vasconcelos, deposto do cargo porque “havia se negado energicamente a perseguir os colonos”. Os posseiros também invadiram o Hotel Masiero em protesto à “vinda de uma comissão de investigação para apurar apenas os fatos das emboscadas das caminhonetes [relacionada à tocaia do km 17]”.<sup>35</sup> Foram colocados em prisão domiciliar o vigário da paróquia, padre José, e o doutor Cini, acusados de envolvimento com a CITLA. O procedimento em Santo Antônio do Sudoeste foi semelhante ao de Pato Branco, e o advogado Edu Potiguara Publitz era uma das pessoas que fazia o intercâmbio entre os dois municípios.



As condições exigidas pelos posseiros eram: “1- Confirmação do cargo de delegado do senhor Adão Vasconcelos Vargas. 2- Anistia geral aos participantes do movimento. 3- Não vinda de contingentes policiais. 4- Não desarmamento dos colonos”.<sup>36</sup>

Segundo Gomes, não foi apenas [quanto] à ida de contingentes da Polícia Militar à região que o governo quebrou o acordo. A exigência de que participantes do movimento não fossem punidos só foi respeitada em Francisco Beltrão. Em Pato Branco, Capanema e Santo Antonio foram indiciadas 20 pessoas, das quais oito foram a júri popular e absolvidas em 1958. As demais foram anistiadas posteriormente.<sup>37</sup>

As informações sobre agentes privados que executaram os assassinatos abrem outras possibilidades de pesquisa; encontramos informações detalhadas acerca dos casos de tortura a partir do discurso do senador Othon Mader, mas há necessidade de examinar dados oficiais e o encaminhamento jurídico dado aos agentes e mandantes dos assassinatos. Nos dados do discurso do senador Othon Mader foram citados “14 mortos, 2 desaparecidos e 47 vítimas de espancamento, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões etc.”.<sup>38</sup> Gomes chama a atenção para o fato de que as ocorrências, entre março e outubro, são números significativos, já que os dados se restringem a um curto espaço de sete meses.<sup>39</sup>

Em 2 de dezembro de 1957, em seguida ao levante, os posseiros elaboraram um projeto de desapropriação e foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mas esvaziada 6 meses depois, por um boicote dos membros PSD, sendo que a condição jurídica dos colonos ainda estava indefinida. O processo de redução do contingente militar é analisado de maneira notável por Gomes, uma vez que não interessava ao governo estadual a intervenção federal,<sup>40</sup> porque “certamente seria aberto um inquérito para apurar responsabilidades, o que implicaria trazer a público não só as atrocidades e atos ilegais das companhias da terra, mas o próprio envolvimento pessoal do governador bem como do aparelho repressivo do Estado com as mesmas”.<sup>41</sup>

O envolvimento da União quanto à reivindicação dos posseiros pelos títulos de propriedade das terras foi atravessado por uma série de eventos: o favorecimento, por Moisés Lupion, à instalação das companhias grileiras em áreas já incorporadas pelo patrimônio nacional; os embates com a Cia. Clevelândia Industrial Ltda. (CITLA), cujos títulos só foram cancelados com o Acórdão de 4 de dezembro de 2009. Por conta da complexidade da Revolta de 1957, nos restringimos a pesquisar o levante, que se tornou símbolo de luta pela terra na década de 1980 para o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), comemorado até hoje pela população local.<sup>42</sup>

Os trechos do discurso do senador Othon Mader,<sup>43</sup> com os quais a historiadora Iria Gomes trabalha os detalhes de dez assassinatos ocorridos entre março e outubro de 1957, serão reproduzidos neste anexo.<sup>44</sup> Consideram-se tanto os pesquisadores aqui citados quanto as declarações de pessoas que viveram esse momento histórico, essenciais para se prosseguir com as pesquisas sobre o elevado número de assassinatos em fins da década de 1950 no sudoeste do Paraná. O trabalho de Gomes é reproduzido aqui a partir de análises da autora sobre os assassinatos que ela destaca no discurso de Othon Mader, realizado em dezembro de 1957.<sup>45</sup> A iniciativa de transcrever para este estudo os levantamentos realizados por Gomes se faz presente pela descrição dos casos.

## 2.1. ASSASSINATOS<sup>46</sup>

Pedro José da Silva (“Pedro Barbeiro”) – vereador do PTB, representante do distrito de Verê, em Pato Branco. Assassinado pelas costas, por jagunços e capangas das companhias CITLA e Comercial Paraná, mais ou menos no mês de maio deste ano. Pedro Barbeiro, líder dos colonos, dirigiu



ao governo federal um abaixo-assinado que já contava com cerca de 200 nomes, pedindo providências contra as violências e extorsões daquelas empresas, além de uma solução para a situação dos colonos e posseiros. Por esse motivo foi assassinado.<sup>47</sup> Sua morte causou, na época, muitas manifestações de revolta. Othon Mader cita o depoimento de um dos jagunços das companhias de terra, Lourenço José da Costa, vulgo “Maringá”, tomado em Pato Branco, em 22 de janeiro de 1957 (GOMES, 1989, p. 61):

[...] que o declarante soube por terceiros, podendo citar o nome de João Alves da Silva, vulgo “João Pé de Chumbo”, chefe da turma do departamento de madeiras localizado no distrito de Verê; que o declarante afirma que “João Pé de Chumbo”... empregado da Companhia Agrícola Comercial Paraná... estava comentando num grupo de pessoas... que o doutor Iris Mário Caldart contratou duas pessoas para matarem o vereador Pedro José da Silva... que o declarante não soube se os dois elementos... eram ou não empregados das companhias Comercial e CITLA. [...]<sup>48</sup>

Além de confirmar a morte de Pedrinho Barbeiro, Maringá aponta Iris Mário Caldart como mandante do crime. Esse cidadão era “representante sócio das companhias colonizadoras em Pato Branco... Presidente do PSD do mesmo município... homem de confiança do deputado Cândido Machado de Oliveira Neto”, do PSD estadual e representante deste partido na região.<sup>49</sup>

Pedro Lauro Camargo – colono residente no distrito de Verê, município de Pato Branco, assassinado, naquele mesmo distrito, por capangas ou jagunços das companhias colonizadoras, pelo simples fato de ter requerido, perante o Juiz de Direito daquela comarca, uma ação possessória contra as empresas referidas. Dias depois de ter dado queixa na justiça local, Pedro Camargo era assassinado pelos jagunços, protegidos pela polícia.

Rogério Viana, Augusto da Silva e José Silvestre – colonos assassinados pelos jagunços armados a serviço da CITLA, da Comercial Paraná e da Apucarana, no município de Capanema há poucos meses passados, e cujos cadáveres foram encontrados nas proximidades da balsa do rio Iguaçu. Estavam com as mãos atadas e tinham enormes pedras nos pés.

Colonos desconhecidos – dois colonos cujos nomes até hoje não puderam ser revelados foram mortos num conflito no distrito de Verê, no município de Pato Branco, mais ou menos no dia 6 de agosto deste ano. Um bando armado das companhias colonizadoras, sob o comando do delegado de polícia José Penso, acompanhado de quatro soldados, atacou a tiros de metralhadora, Winchester e revólver um grupo de colonos desprevenidos. O grupo de jagunços comandados pelo delegado de polícia era composto de sete a oito elementos, entre os quais “Chapéu de Couro”, “Quarenta e Quatro”, “João Pé de Chumbo”, Pedro Leodato, Ederaldoou Eraldo de Tal, “Velho Silveira” e outros.<sup>50</sup>

De todas as mortes, a da mulher de João Saldanha, colono que morava em Rio Ampère, município de Francisco Beltrão, e de seus dois filhos menores, foi sem dúvida a mais bárbara. A versão corrente é de que Lino Marquetti, administrador da Companhia Comercial do Paraná, teria mandado matar João Saldanha porque este não queria sujeitar-se às exigências da referida companhia. Chegando os jagunços na casa desse colono e não o encontrando, assassinaram sua mulher e dois de seus filhos. É o próprio jagunço Maringá quem relata, em seu depoimento, como os fatos aconteceram (GOMES, 1989, p. 62):

[...] nos dias entre quatro e seis do corrente mês,<sup>51</sup> o declarante estava em seu rancho, cerca das 24 horas (meia-noite)... chegaram no rancho seis pessoas de

nomes conhecidos por José Oliveira, vulgo “Chapéu de Couro”, um tal de Gauchinho, um tal de Mato Grosso, um tal de Lapa, José Lucas e um tal de Walter de tal, todos dizendo serem empregados da Companhia Comercial e Agrícola Paraná, presumindo o declarante que esses elementos foram mandados pelo chefe de escritório da Companhia de Francisco Beltrão, de nome Lino Marquetti, que esses elementos solicitaram ao declarante que indicasse o caminho da casa de... Manuel Paraguay e de João Saldanha... que o declarante coagido teve de mostrar o caminho da casa (rancho) de Paraguai. Pela madrugada, encontraram o rancho vazio, sem nenhuma pessoa... atacaram fogo ao rancho e atravessaram o rio Ampère, para a propriedade de João Saldanha,... o declarante e mais seis elementos cercaram a casa de João Saldanha, ocasião em que João Saldanha fugiu pelos fundos... os elementos atiraram ao seu encaço, de tiros Winchester e de revólver... o declarante afirma que... “Chapéu de Couro” matou a mulher de João Saldanha, inclusive um menino de oito a dez anos de idade; que o tal de “Gauchinho” matou uma menina de mais ou menos cinco a seis anos e que outro rapaz conseguiu fugir... que o declarante pode afirmar que “Chapéu de Couro” jogou a criança para o ar e José Lucas a espetou com uma adaga [...]

Onze assassinatos: Pedro José da Silva (Pedrinho Barbeiro – vereador do PTB, representante do distrito do Verê), Pedro Lauro Camargo, Rogério Viana, Augusto da Silva, José Silvestre, família de João Saldanha, Eleutério Bello, Antônio Vargas, Genésio Machado, Manuel Paraguay e José Augusto Silveira.<sup>52</sup>

## 2.2. ESPANCAMENTOS

Otto Schwartz, Luciano Rodrigues e a família, Manuel Filbes, Vitório de Col, Laurindo Teixeira dos Reis, João Camargo, Ernesto, Quinin de Tal, três crianças do distrito de Verê, João Pereira da Silva, José da Silva Neckel, Arsênio Gonçalves de Azevedo, Alfredo Hann, Henrique de Tal, Ernesto, José Klein, Eduardo, Arnaldo Marin, Lindolfo Muller, João Peixoto de Almeida, Pedro Alves Carneiro, José Francisco de Souza, Albino Pereira, Luiz Paiva e Ernesto Bigato.<sup>53</sup>

## 2.3. TORTURADOS E SEVICIADOS, VÍTIMAS DE INCÊNDIOS EM SUAS CASAS: 47 PESSOAS

## 2.4. SUPOSTOS AGENTES PRIVADOS (AGUNÇOS, PISTOLEIROS) E MANDANTES ENVOLVIDOS NO CONFLITO

“Chapéu de Couro” (José de Oliveira), “João Pé de Chumbo” (João Alves da Silva), “Quarenta e quatro”, Pedro Leodato, Ederaldo ou Eraldo de Tal, “Velho Silveira”, “Gauchinho”, “Mato Grosso”, “Lapa”, José Lucas, Walder de Tal, Abetino da Silveira, Lourenço da Silveira, “Marçal”, Armando Rosa, João Martins, José Penso (delegado) e outros não identificados.

Delegado Celso Nicolau dos Santos e o major Alencar Guimarães Filho.

Mandantes: doutor Iris Mário Caldart (presidente do PDS e representante das cias. em Pato Branco), Lino Marquetti (administrador de Comercial), José Penso e outros não identificados.

### 2.5. OUTROS ASSASSINADOS NO PARANÁ, COM PARTICIPAÇÃO POR AÇÃO OU OMISSÃO DE AGENTES DO ESTADO

João Teodoro Rodrigues. Parceleiro que foi morto por forças policiais, em 25 de outubro de 1971, a mando do proprietário da fazenda onde a vítima vivia e trabalhava, a terra na região de Abatiá.

João Antunes de Oliveira. Assassinado por policial militar em conflito pela terra em Castro, em 3 de fevereiro de 1977.<sup>54</sup>

Mathias Javorski. Lavrador assassinado quando sua casa foi atacada por 33 policiais que pretendiam executar um despejo sem mandato judicial, em agosto de 1977. Região de Araucária.<sup>55</sup>

Posseiro não identificado, submetido a conflitos pela terra em Marco de 1978. Já havia entrado com ação judicial pela posse de uma propriedade em que viviam catorze famílias em São Miguel do Iguazu.<sup>56</sup>

### 3. ASSENTAMENTO DE TROMBAS E FORMOSO – GOIÁS, 1949-1964

Movimento Camponês de Trombas e Formoso que ocorreu no norte de Goiás, na década de 1950. Foi uma das poucas lutas camponesas que saíram vitoriosas no país, envolvendo lavradores sem-terra, grileiros, fazendeiros e também a polícia local e estadual. Após a vitória do movimento, que teve o apoio decisivo de membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), a comunidade desenvolveu-se e passou a ser administrada pela Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso, presidida pelo líder camponês José Porfírio de Souza. Entretanto, com o golpe civil-militar de 1964, a associação foi dissolvida, os líderes de Trombas e Formoso foram perseguidos e os títulos de posse da terra já concedidos aos trabalhadores rurais, revogados.

A origem foi a campanha do presidente Getúlio Vargas para ocupação das terras de Goiás, com a organização da Colônia Agrícola Barranca, no município de Ceres, em 1949. A notícia atraiu uma leva de camponeses sem-terra do Maranhão, do Piauí, de Minas Gerais e do próprio estado. José Porfírio e seu irmão João Porfírio, vindos do município de Pedro Afonso, Goiás, atual Tocantins, chegaram à Colônia, mas ali não permaneceram, devido à burocracia para o repasse de terras e verbas para a produção agrícola. No caminho de volta para Pedro Afonso, depararam-se com uma região fértil, de nome Uruaçu, onde havia os povoados de Trombas e Formoso, com ribeirões e matos, de terras devolutas, com poucas fazendas, a 400 km de Goiânia, que o estado pretendia colonizar. Os dois irmãos, então, resolveram levar suas famílias para lá e convidar outros conterrâneos para fazerem o mesmo.

Ao chegarem construíram barracos, derrubaram matas, fizeram roças e apossaram-se das terras. Com a vinda de mais trabalhadores para o local, os fazendeiros resolveram cobrar uma porcentagem sobre o que os posseiros produziam, embora não fossem proprietários da área; os lavradores se negaram a pagar a taxa. Instalou-se um conflito entre as partes. Em fins de 1951, os fazendeiros decidiram expulsar todos os colonos de Trombas e Formoso: barracos foram queimados e roças pisoteadas pelo gado. A violência se agravava, com a conivência do Estado: policiais se uniam aos jagunços. Mas o número de migrantes aumentava. Os colonos tentaram, por diversas vezes, resolver legalmente a questão da posse da terra na capital, Goiânia. Em 1953, formaram uma comitiva de 120 posseiros para falar com o governador, mas não obtiveram êxito. A saída que encontraram foi pegar em armas, meterem-se nas matas e se organizarem em mutirões para defender as terras, plantar, impedir a queimada da roça e dificultar a entrada de policiais no local.

A partir de 1954, membros do PCB chegaram à região<sup>57</sup> para estabelecer contato com os camponeses, “ajudar na organização da resistência e ampliar a consciência política das mobilizações”, além de ampliar a sua área de atuação e base política. Com isso o movimento de Trombas e Formoso se estruturou melhor e os posseiros se organizaram em grupos. Formaram-se os chamados Conselhos de Córrego, de acordo com o curso d’água onde cada grupo morava. Cada conselho discutia os seus problemas, encaminhava a luta e defendia a área contra a polícia e os pistoleiros.

Um fato ocorrido em abril de 1954, conhecido como Batalha da Tataíra, na qual os camponeses conseguiram que as tropas policiais recuassem da região, veio a acirrar o conflito em Trombas e Formoso e foi fundamental para que os camponeses decidissem sobre a autonomia e o controle total de seu território. Para isso, desenvolveram um serviço rápido de informação entre eles, com as notícias levadas de boca em boca por toda a região. A “República de Trombas e Formoso” começou a ser formada, sob a coordenação dos Conselhos de Córrego e direção geral da então criada Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso.

Em fins da década de 1950, o governo prometia dar apoio e assistência aos posseiros, mas continuava enviando policiais à região. A situação dos lavradores de Trombas e Formoso tornou-se assunto público, ganhando apoio da imprensa e dos parlamentares na Assembleia Legislativa, que cobrava uma intervenção do Executivo para pôr um fim à violência e resolver a situação dos posseiros. Grileiros e fazendeiros, a fim de pressionar o governo e a polícia, divulgaram que a resistência dos posseiros era uma revolta comunista a se espalhar por Goiás.

Por outro lado, a Câmara Municipal de Goiânia formou em 1957 uma Comissão de Solidariedade aos Posseiros de Formoso e Trombas, composta por políticos, lideranças sindicais, advogados, jornalistas, estudantes, pequenos comerciantes e simpatizantes, para facilitar a compra e o escoamento da safra dos lavradores. Nessa ocasião, uma comissão de mulheres do Conselho Feminino da Associação dos Camponeses de Trombas e Formoso foi a Goiânia reivindicar escolas e postos de saúde para a comunidade.

Já em 1961, a paz reinava em Trombas e Formoso: os posseiros trabalhando, a Associação em pleno funcionamento, com 21 Conselhos de Córrego. Pensava-se também na criação de uma cooperativa de produção e consumo na região. Restava resolver a questão dos títulos de propriedade e da divisão legal dos terrenos das famílias que já estavam instaladas em Trombas e Formoso. O local já tomava ares de município.

Uma grande movimentação foi feita, então, sob a liderança de José Porfírio, presidente da associação, que se candidatara a deputado estadual pela coligação PTB-PSB (já que o PCB estava na ilegalidade), para que o governador de Goiás, Mauro Borges, promovesse a legalização dos terrenos. Com a votação expressiva de José Porfírio, além da eleição do posseiro Bartolomeu Gomes da Silva, o Bartur, para prefeito de Formoso, o governador cedeu à pressão e concedeu, em 1962, 20 mil títulos de terras aos posseiros.

Essa experiência de êxito de Trombas e Formoso durou até março de 1964, quando se estabeleceu no país a ditadura civil-militar: a Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso e os Conselhos de Córrego foram dissolvidos; os principais líderes, forçados a fugir e a se esconder; e dezenas de lavradores foram presos e torturados.

O deputado José Porfírio e o prefeito Bartolomeu tiveram seus mandatos cassados. Porfírio se refugiou no Maranhão, integrando-se à Ação Popular e, posteriormente, ajudou a formar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

### 3.1. MORTOS E DESAPARECIDOS LIGADOS AO MOVIMENTO DE TROMBAS E FORMOSO

Cassimiro Luiz de Freitas. Ano de 1970. Preso em 26 de janeiro de 1970, em Pontalina (GO), junto com o filho Cornélio e mais dois trabalhadores rurais. Há registro de sua passagem pelo 10º Batalhão de Caçadores do Exército, em Goiânia. Morreu em 19 de março de 1970 em sua casa, três dias depois de ter sido solto. Foi encontrado na praça de Pontalina, onde teria sido deixado por um Jipe do Exército, em péssimo estado de saúde, apresentando marcas de tortura, escoriações e hematomas pelo corpo. Ali foi socorrido e levado para casa por um casal de amigos. Mandante: forças policiais/ Exército. Providências jurídicas: processo deferido pela CEMDP.

José Porfírio de Souza (desaparecido). Ano de 1973. Goiás. Lavrador, líder da luta de Trombas e Formoso, nascido em 1912 no município de Pedro Afonso, Goiás, atual estado de Tocantins, 61 anos, casado. Foi eleito deputado estadual em 1962 pela coligação PTB-PSB. Presidente do Congresso dos Camponeses de Goiânia e, em 1963, do Congresso de Camponeses de Belo Horizonte. Após o golpe civil-militar de 1964, teve o seu mandato cassado e foi obrigado a fugir e refugiar-se no Maranhão. Fez parte da Ação Popular, acompanhando depois a dissidência que deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Está desaparecido desde julho de 1973.

Condições do desaparecimento: José Porfírio de Souza foi preso em 1972 na repressão contra a Guerrilha do Araguaia. Era acusado de participar da Ação Popular e de ser um dos fundadores do Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Solto no dia 7 de julho de 1973, do DOI-CODI, em Brasília, comprou uma passagem Brasília-Goiânia e nunca mais foi visto.

Autoria: Desconhecida.

Providências jurídicas: desaparecido político que integra os 136 nomes da lista.

Durvalino Porfírio de Souza. Ano de 1973 (desaparecido). Goiás.

Natural de Pedro Afonso, estado de Tocantins, nascido em 1947. Filho de José Porfírio de Souza, líder camponês de Trombas e Formoso, em Goiás, nos anos 1950.

Condições de desaparecimento: Durvalino, aos 17 anos, foi preso em Goiás em 1964, e torturado para revelar o paradeiro do pai, que se refugiara no Maranhão, após o Golpe Civil-Militar. Com a tortura, o rapaz enlouquece e, depois dos últimos dias internado em um hospital psiquiátrico, desapareceu de uma clínica onde estava internado para tratamento no mesmo ano do desaparecimento de seu pai, 1973.

Autoria: desconhecida.

Providências jurídicas: integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

João José Rodrigues (Juca Caburé). Ano de 1977. Goiás.

João José Rodrigues nasceu em 1927, em Abaeté (MG). Participou da mobilização camponesa de Trombas e Formoso, em Goiás, na década de 1950. Perseguido pela polícia após o golpe civil-militar, foi preso e torturado em 1964. Conseguiu fugir da prisão, mas anos depois foi preso novamente, em Dourados (MT), sob a acusação de homicídio.

Condições da morte: em 10 de setembro de 1977, foi encontrado em Dourados ferido a golpes de faca, que provocaram hemorragia, seguida de morte. A investigação instaurada concluiu o caso como suicídio.

Autoria: desconhecida.

Providências jurídicas: pedido indeferido pela CEMDP, em 22 de abril de 2004.

### 3.2. CAMPONESES E MEMBROS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO PERSEGUIDOS, PRESOS E TORTURADOS<sup>58</sup>

Carmina Castro Marino, viúva do posseiro Nelson Pereira Marinho, que foi membro da Associação dos Trabalhadores de Trombas e Formoso. Foi vítima de torturas por policiais do DOPS de Goiânia.

João Soares, natural de Minas Gerais, era lavrador e militante do PCB. Foi um dos líderes do movimento de Formoso. Hoje está desaparecido.

José Ribeiro Silva, lavrador e militante do PCB. Em 1960, foi eleito para o comitê central do partido.

José Ribeiro, junto com a mulher Dirce Machado da Silva, sofreram torturas e foram presos em 1967, sendo levados para Formoso, Goiânia e Brasília. Falecido.<sup>59</sup>

Nego Carreiro – posseiro de Trombas e Formoso. Matou um sargento em uma das investidas contra os lavradores, o que veio acirrar a violência na região.

A guerra estava declarada: soldados da Polícia Militar foram usados em uma sistemática operação de captura dos líderes posseiros; atrocidades inimagináveis passaram a ser cometidas pelos jagunços em conluio: aos amigos capturados de Porfírio, chegou-se a obrigar que comessem fezes e sapo vivo. Diante do fracasso das operações militares, os soldados usaram as mulheres e filhos dos posseiros como escudo humano, avançando em um caminhão sobre o qual os familiares gritavam em desespero. [...]

Sebastião Gabriel Baião – fazia parte da liderança do PCB. Membro da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás. Foi preso e torturado em 1964. Foi solto nos anos 1970.

### 3.3. MORTOS E DESAPARECIDOS SEM DADOS

Bartolomeu Gomes da Silva (Bartur); Geraldo Tibúrcio; Geraldo Marques da Silva.

### 3.4. LISTA DOS TORTURADORES APONTADOS NO DEPOIMENTO DE DIRCE MACHADO DA SILVA: BATALHÃO DA PE, SEDE EM BRASÍLIA

João Cascavel. Tenente Ribeiro, do Batalhão Presidencial. Delegado Assunção (que se dizia “o exímio espancador”). Ademar Lauerman. Vivaldo Oliveira Pinheiro Ferreira. Agente Bernardino Botelho de Carvalho. Agente Thompson, do 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia (dizia-se o maior torturador). Major Saraiva, do Batalhão da Guarda Presidencial.

### 3.5. OUTROS CAMPONESES ASSASSINADOS EM GOIÁS, POR AÇÃO DIRETA, INDIRETA OU EM DECORRÊNCIA DE OMISSÃO DE AGENTES DO ESTADO

Antonio Viana da Costa. Assassinado, em 2 de dezembro de 1974, por autor desconhecido. O posseiro, com mais dez famílias, estava submetido a conflitos pela terra com o suposto proprietário Wilson Baia Peixoto. Posteriormente, o juiz de direito de Araguaína ordenou a derrubada das casas dos posseiros.<sup>60</sup>



João Gonçalves Moreira. Lavrador assassinado, em 28 de abril de 1978, por forças policiais em Cachoeira de Goiás. Segundo testemunhas, o corpo de um dos lavradores foi exposto ao público. Os executores são acusados de terem enterrado vivos dois outros lavradores.<sup>61</sup>

Nilson Medeiros de Andrade. Lavrador assassinado, em 28 de abril de 1978, por forças policiais junto com João Gonçalves Moreira em Cachoeira de Goiás.<sup>62</sup>

Rufino Correia Coelho. Assassinado, em 25 de fevereiro de 1983, por policial militar Josué Amorim e outros, a mando da grileira Odíssia Conceição da Fátima em Centro dos Macacos/Nazaré. Foi executado por testemunhar o espancamento do senhor Guardiano de Souza. Após o assassinato, os policiais teriam sequestrado o pai da vítima e o torturado para obter informações sobre outros dois posseiros, João Celino e João Alexandre.<sup>63</sup>

Hugo Ferreira de Souza, morto em 9 de agosto de 1984. Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapoema. Submetido a conflitos com grileiros pela terra em que vivia, junto com outras famílias da região. Mandante: grileiro Gilson Santana. Executores: jagunços e policiais.<sup>64</sup>

James Carlos da Silva. Posseiro de Arapoema executado, em 28 de agosto de 1984, no interior de sua casa, onde estava com a esposa e os filhos. Mandante: grileiro Gilson Santana. Executores: jagunços e policiais.<sup>65</sup>

Divino Borges dos Santos. A vítima era cunhado do posseiro João Claudino de Souza, perseguido por jagunços e policiais na região de Nova Vida/Itaguatins. Por não encontrarem Claudino, executaram Divino Borges, em 21 de junho de 1985. Autores: Laurismar Lobo (mandante). Executores: tenente Trajano Bueno Bicalho e pistoleiros.<sup>66</sup>

Domingos da Silva Santarém. Posseiro de São João da Aliança executado no interior de sua casa, em 26 de outubro de 1985, na companhia da esposa e filhos. Mandante: fazendeiro Olavo Ferreira Filho ("Olavinho"). Executor: delegado Henrique dos Santos. Suspeita-se da participação do prefeito da cidade, José Firmino Dias.<sup>67</sup>

Nativo da Natividade de Oliveira, presidente do STR do município de Carmo do Rio Verde (GO). Foi morto com cinco tiros por pistoleiros na frente do sindicato no dia 23 de outubro de 1985.

Os associados do STR acusaram o prefeito de Carmo do Rio Verde, Roberto Pascoal Liégio, o advogado Geraldo Reis, presidente do Sindicato Rural e procurador da Usina Agro-Álcool, e o presidente da Destilaria, Anestor Clemente da Silva, por terem feito anteriormente várias ameaças de morte ao sindicalista. O pistoleiro que cometeu o crime foi preso e confirmou em depoimento que o prefeito e o advogado eram os mandantes. O fazendeiro Genésio Pereira da Silva havia sido o intermediário na ação. Assassinato, em 17 em março de 1986, de três posseiros não identificados que ocupavam, com suas famílias, uma área disputada por grileiros, em Colmeia. Uma criança teria morrido no mesmo conflito. Mandantes: fazendeiro Luiz Spíndola e Denil Junior. Executores: policiais e pistoleiros.<sup>68</sup>

Os exemplos antes mencionados mostram claramente a concepção a que se quer dar destaque nesse documento: a vinculação entre agentes públicos e privados na violação de direitos humanos de camponeses e seus apoiadores entre 1946 e 1988. Em geral, quando muito foram processados os executores, raramente os mandantes.

#### **4. LIGAS CAMPONESAS: ORIGEM, EXPANSÃO E REPRESSÃO. PERNAMBUCO, PARAÍBA E OUTROS ESTADOS, DÉCADA DE 1960**

Para entender a formação das Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil na década de 1960 é fundamental que se conheça a situação de pobreza em que viviam os agricultores naquela região.



Entre os dias 22 de outubro e 1º de novembro de 1960, o jornalista norte-americano Tad Szulc escreveu duas reportagens para o *New York Times* a respeito da “ameaça comunista” encabeçada pelo líder Francisco Julião, organizador das Ligas Camponesas. Para entender as causas do perigo representado pelas Ligas, Szulc oferece ao leitor informações sobre a miséria no Nordeste, onde 20 milhões de pessoas viviam com recursos de, em média, “menos de 100 dólares por ano”, e onde a desnutrição e as doenças provocadas por péssimas condições sanitárias impediam que a expectativa média de vida ultrapassasse os “30 anos”.

Em algumas regiões áridas do Nordeste a média anual de ganho é de 50 dólares. Cerca de 75% dos nordestinos são analfabetos. O consumo médio de calorias é de 1644/dia, a expectativa de vida é de 28 anos para os homens e 32 anos para as mulheres. Metade da população morre antes de completar 30 anos. [...] Quanto às crianças, a pesquisa de Szulc indica que a maioria morre no primeiro ano de vida em decorrência de diarreias e outras doenças gastrointestinais; em dois vilarejos no estado do Piauí, escolhidas aleatoriamente, nenhuma criança viveu além de um ano.

Quanto às condições de trabalho dos adultos, Tad Szulc escreve que os pequenos agricultores residentes nas terras dos engenhos muitas vezes eram forçados a trabalhar três ou quatro dias para o proprietário, sem qualquer pagamento.

Diante desse quadro desalentador, o jornalista conclui que,

Se algo não for feito rapidamente pelo Nordeste em termos de mudanças básicas em sua estrutura econômica e social, uma irrupção revolucionária de grandes dimensões pode ser inevitável dentro de poucos anos.

O artigo é bastante representativo da posição não apenas dos Estados Unidos, mas também das autoridades brasileiras a respeito da miséria do Nordeste: diante do quadro revelado por Szulc, o importante não é reparar injustiças e minorar os efeitos da monstruosa desigualdade, e sim evitar que o sofrimento dos camponeses resulte em mobilizações “revolucionárias”. “A pobreza no Nordeste do Brasil engendra ameaça de uma revolta” é o título do artigo, que declara preocupação com o governador esquerdista de Pernambuco, Miguel Arraes, assim como com a emergência da liderança do advogado Francisco Julião. Este, ao regressar de uma visita a Havana, discursou para a massa de camponeses miseráveis: “queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas, se não a conseguirmos, voltaremos aqui para pedir a vocês que peguem em armas e façam uma revolução”. Em todo caso, Szulc tranquiliza os leitores ao afirmar que “até o momento não se observam sentimentos antiamericanos em Recife”.

O presidente Jânio Quadros havia destinado uma verba de 425 milhões de cruzeiros a um plano quinquenal para o desenvolvimento do Nordeste, considerado prioritário em sua administração. O economista paraibano Celso Furtado, encarregado pelo governo federal de administrar o projeto, planejava criar uma vasta rede de açudes artificiais para tentar irrigar, nos três anos seguintes, uma vasta área seca de 89 mil hectares. Além disso, cerca de 20 mil famílias seriam transferidas de regiões do sertão nordestino para as áreas “mais favoráveis” do Maranhão e do sul da Bahia, de modo a estancar o problema crônico da desnutrição, em lugares descritos por Furtado como uma das regiões com “mais precárias condições de sobrevivência no mundo”.

O artigo seguinte publicado por Tad Szulc no *NYT* no dia 1º de novembro de 1960 tem como foco a organização das Ligas Camponesas: “Marxistas estão organizando camponeses no Brasil”.

O repórter foi até o engenho da Galileia, que abrigava 1.093 pessoas e foi a “primeira propriedade (no NE) concedida aos camponeses, depois de uma revolta civil (organizada) pela Liga Camponesa”. Embora o jornalista, presente à reunião entre associados das Ligas ocorrida na Galileia, tenha reportado a ênfase dos participantes na busca de uma “solução pacífica” para os repetidos conflitos entre agricultores e fazendeiros, e constatado que a emergência de qualquer forma de organização em defesa dos direitos dos camponeses explorados seria inevitável, a ênfase do artigo recai sobre o perigo comunista representado por Francisco Julião. Os cantadores do Nordeste, que antes cantavam os amores e divergências do orgulhoso povo daqui, então cantavam sobre a reforma agrária e outros temas políticos. Eis o refrão: “O açúcar que vendemos/ à América capitalista/ se adoça o leite da Espanha franquista/ vai servir pra adoçar o vinho do mundo socialista”.

Os dois artigos publicados no *NYT* em novembro de 1960 são reveladores não apenas da posição do governo e da sociedade norte-americana diante do “perigo da reforma agrária” no Brasil, como da posição da própria elite brasileira, a começar pelos latifundiários da região. O projeto de distribuir parte da terra concentrada na mão de poucas famílias entre as legiões de agricultores sem-terra, incluído no programa de governo do João Goulart a partir do ano seguinte, ameaçou de tal forma as bases de sustentação da ordem no Brasil, e das relações do país com os Estados Unidos, a ponto de a “ameaça” de reforma agrária ter sido um dos fatores determinantes para o apoio norte-americano ao golpe militar de 1964.

Entre a criação das Ligas Camponesas e o golpe de 1964, a imprensa brasileira também publicou uma série de reportagens sobre a situação dos trabalhadores rurais do Nordeste. Montenegro reporta à série de artigos escritos por Antônio Callado para o *Diário da Manhã* (RJ) entre 10 e 23 de setembro de 1959 e, pouco depois, entre 29 de novembro e 2 de dezembro do mesmo ano. Depois de percorrer o interior do Ceará, Paraíba e Pernambuco, Callado denunciou a “indústria da seca”: o uso das verbas para a prevenção da falta de água nos municípios nordestinos em benefício exclusivo dos grandes fazendeiros locais – como a privatização do acesso aos açudes criados pelo governo. As reportagens de Callado atendiam a interesses do presidente Juscelino Kubitschek, que buscava conquistar apoio do Congresso para implementar o projeto Operação Nordeste (origem da criação da Sudene), elaborado por Celso Furtado para resolver o problema da grande seca de 1958.<sup>69</sup>

#### 4.1. OS MORTOS E DESAPARECIDOS DA LIGA DE SAPÉ, PB

A repressão: em 1962, foi assassinado o líder da liga de Sapé, na Paraíba, João Pedro Teixeira. Em 1964, foram presos dois companheiros de João Pedro, que desapareceram na noite em que foram soltos: João Alfredo Dias, o “Nego Fuba”, e Pedro Inácio Araújo, o “Pedro Fazendeiro” (incluídos entre os 136 desaparecidos políticos reconhecidos pelo governo brasileiro a partir de 1992).

Alfredo Nascimento. Ano de 1961. Paraíba. Líder da Liga Camponesa de Sapé que atuava no engenho Miriri. Primeiro ativista das Ligas a ser assassinado no estado da Paraíba. Assassinado em 14 de março de 1961. Alfredo já vinha sendo ameaçado de morte em função de sua atuação na organização dos trabalhadores contra o *cambão* (ver p. 92). Junto com uma comissão formada por parlamentares, líderes sindicais e estudantis, tinha ido à residência do então governador da Paraíba, Pedro Gondin, pedir garantias de vida. Obteve a garantia de que nada iria acontecer com ele. Ao retornar à fazenda, foi atingido mortalmente por um tiro disparado pelo administrador do engenho, também sargento da polícia.

Executor: administrador do engenho Miriri. Autoria: forças policiais. Providências jurídicas: sem dados.

João Pedro Teixeira. Ano de 1962. Presidente da Liga de Sapé, na Paraíba. Nascido em 1918 em Guarabira, Paraíba. Era casado com Elisabeth Teixeira e tinha 11 filhos. Líder dos camponeses rurais do Nordeste, foi um dos fundadores das Ligas Camponesas de Sapé, Paraíba, uma das mais combativas do país.

Condições da morte: morto a caminho de casa, no Sítio Sono das Antas, com cinco tiros por três homens armados de fuzil, no dia 2 de abril de 1962, em Sapé, Paraíba.

Mandantes: Aguinaldo Veloso Borges (usineiro), Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares.

Executores: cabo Antônio Alexandre da Silva, vulgo “Gago”; o soldado Francisco Pedro da Silva, vulgo “Chiquinho”; “Nobreza” ou “Chicão”, ambos da Polícia Militar; e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, ou “Arnaud Claudino”. Providências jurídicas: houve julgamento, em 27 de março de 1963. Conforme decisão do juiz Walter Rabelo, todos foram condenados, menos Aguinaldo Veloso Borges, dono da usina Tanques, pois, como sexto suplente de deputado estadual, ele obteve a “renúncia” de todos os outros para assumir e se beneficiar da imunidade parlamentar. Pedido indeferido em 19 de novembro de 1996 pelo CEMDP, por ter sido julgado pelo juiz Walter Rabelo.<sup>70</sup>

João Alfredo Dias. Ano de 1964, desaparecido. Paraíba. Conhecido como “Negó Fuba” ou “João Fuba”: sapateiro, lavrador, líder das Ligas Camponesas do município de Sapé, Paraíba, antes de ela ter se transformado em sindicato, e militante do PCB. Antes de 1964, foi detido várias vezes devido a seu trabalho político com os lavradores. Foi preso e torturado pelos órgãos de segurança.

João Alfredo Dias desapareceu em 29 de agosto de 1964, quando foi solto do 15º Regime de Infantaria do Exército, em João Pessoa, Paraíba, e estava respondendo a inquérito sob a responsabilidade do major José Benedito Cordeiro.

Marina Dias, irmão de João Alfredo, foi vê-lo no quartel e lá confirmaram que ele havia sido solto no dia 27 de agosto, mas não apareceu em casa.

Uma notícia publicada em jornal da região dava conta que João Alfredo teria sido libertado junto com outro trabalhador, Pedro Fazendeiro, foram transportados numa caminhoneta do Exército, e “no outro dia apareceu aquele corpo mutilado, morto há três dias”. Ela se refere a uma foto publicada no jornal *Correio da Paraíba*, mostrando dois corpos carbonizados que haviam sido encontrados na estrada que vai para Caruaru, perto de Campina Grande. As cabeças estavam esfaceladas, mas Marina diz ter reconhecido o irmão pelo short listrado que ele usava. [...] Com o jornal nas mãos, Marina voltou ao quartel e interpelou um militar pedindo notícias sobre o paradeiro do irmão. Sugeriram que procurasse o coronel Macário. Ela foi até a casa do militar e o encontrou com o major Cordeiro. Os militares lhe asseguraram que tomariam providências para localizar seu irmão. Mas nada foi feito. (Autoria: Estado brasileiro.)

Providências jurídicas: o nome de João Alfredo Dias consta da lista dos 136 desaparecidos anexa à Lei nº 9.140/95, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes de opositores políticos no enfrentamento do regime militar.

Pedro Inácio de Araújo. Desaparecido no ano de 1964. Paraíba. “Pedro Fazendeiro” foi líder das Ligas Camponesas de Sapé. Vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, membro da Federação das Ligas Camponesas e filiado ao PCB. Antes de 1964, recebeu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região e levou um tiro na perna. Condições do desaparecimento: encontrava-se preso no 15º RI da Paraíba; foi solto em 7 de setembro de 1964 e nunca mais foi visto. Em entrevista em 1979,

Francisco Julião denunciava: “Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região”.

Responsabilidade: Pedro Inácio respondia a inquérito no Nordeste, junto com João Alfredo, sob a responsabilidade do general Ibiapina Lima.

Autoria: Estado brasileiro.

Providências jurídicas: em 1993, um relatório das Forças Armadas, divulgado pela Comissão Externa de Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte do trabalhador.

#### 4.2. OUTROS CAMPONESES ASSASSINADOS NA PARAÍBA

Margarida Alves. Presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, assassinada em 12 de agosto de 1983, com participação suposta de usineiros, proprietários rurais, *autoridades e servidores públicos* da região. A liderança de Margarida levou à abertura de cerca de 73 Reclamações Trabalhistas contra proprietários de engenhos e fábricas de produção de cana-de-açúcar. Por sua atuação, recebeu ameaças e ordens para abandonar a luta sindical. Um dos acusados na ação penal que apura o crime era soldado da Polícia Militar da Paraíba. A responsabilidade civil-administrativa de delegados, juízes e outras autoridades, por omissão na apuração do crime e/ou conluio com os criminosos, não foi apurada. Conforme denúncia levada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Petição de 20 de outubro de 2000, e reconhecida no Relatório de 8 de março de 2008,<sup>71</sup> a autoria das ameaças era atribuída ao “Grupo da Várzea”, formado por donos de fábrica, deputados estaduais, federais e prefeitos da região, liderado pelo único industrial de Alagoa Grande, Aguinaldo Veloso Borges, com grande poder político no estado. De acordo com o bispo da Diocese de Guarabira, dom Marcelo Pinto Cavalheira, Margarida Alves teria declarado que os autores das ameaças recebidas por ela eram integrantes do referido grupo de fazendeiros e políticos, os “Potentados de Alagoa Grande” (na expressão da vítima). Aos 50 anos, esta trabalhadora rural e militante da luta por direitos trabalhistas foi assassinada em sua residência com um tiro à queima-roupa. Familiares e vizinhos testemunharam o crime, cujo autor não se deu ao trabalho de esconder o rosto, de tão seguro que se sentia de sua impunidade.

A omissão do Estado tornou infrutíferas as diligências subsequentes à abertura do inquérito IP nº 023/83, e a polícia desconsiderou a suspeita de que o crime tenha sido motivado pelo papel de Margarida em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Também foram infrutíferas a Ação Penal nº 183/83 contra os acusados Amaro José do Rego e Antônio Carlos Coutinho, assim como a Ação Penal nº 732/95, contra Betânio Carneiro dos Santos e José Buarque de Gusmão Neto, ambas promovidas pelo Ministério Público da Comarca de Alagoa Grande, apesar da repercussão nacional e internacional do crime – a exemplo da criação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.<sup>72</sup>

#### 4.3. LIGAS CAMPONESAS: PRISÕES E ASSASSINATOS EM PERNAMBUCO

Prisão e tortura de Gregório Bezerra: ex-sargento do Exército, deputado federal pelo PCB em 1946, camponês nascido no agreste pernambucano, Gregório Bezerra trabalhou para organizar trabalhadores rurais em Pernambuco, Goiás, Paraná e São Paulo. Em 2 de abril de 1964, aos 64 anos,

Gregório Bezerra foi preso e torturado, amarrado pelo pescoço a três cordas e arrastado pelas ruas do Recife, atado a um Jipe, ao mesmo tempo em que era espancado por soldados sob o comando do coronel Darci Villocq. Bezerra esteve preso por 23 anos, de 1964 a 1987.<sup>73</sup>

Francisco Julião, advogado das Ligas Camponesas. Francisco Julião Arruda de Paula nasceu em 1915, filho de uma família de latifundiários. Formou-se em Direito em 1939. A partir de 1940, começou a defender os camponeses, sem cobrar pelos seus serviços de advogado. Quando pegou a causa da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, em 1955, acabara de se eleger para deputado estadual pelo estado de Pernambuco, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Envolveu-se de tal forma na defesa dos direitos dos lavradores da Galileia que se tornou o líder das Ligas Camponesas. Era tido pelos latifundiários como o “Anticristo”, a Besta do Apocalipse.

Em 1956, chegou a ser preso na sede da Liga pelo capitão Jesus Jardim de Sá, delegado de polícia de Vitória de Santo Antão, mas foi logo solto por ter imunidade parlamentar. Esteve à frente das marchas de camponeses em Recife, em 1957, no dia do trabalhador, que reuniu cerca de 600 lavradores, bem como no I Congresso Estadual de Camponeses de Pernambuco, em outra marcha com 3.000 foreiros pelas ruas da capital. Em 1958, Julião foi reeleito pelo PSB, chegou a visitar Cuba, acompanhado do presidente Jânio Quadros, em 1961, e a partir daí passou a adotar o *slogan*: “Reforma Agrária na lei ou na marra”. Foi eleito para deputado federal por Pernambuco, em 1962, mas teve o mandato cassado por ocasião do golpe civil-militar de 1964, sofreu perseguições, foi preso e libertado em 1965.

Albertino José de Oliveira: ex-presidente das Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Ano de 1964. Foi encontrado morto, no mesmo ano, nas matas do engenho São José, estando o corpo em estado de putrefação. Mandantes: conforme informação do major Rômulo Pereira, em comunicado à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, Albertino se teria envenenado após o golpe militar de 1964. Providências jurídicas: sem dados.

Amaro Luiz de Carvalho. Ano de 1971. Recife, Pernambuco. Conhecido como “Capivara”. Líder camponês e membro do Sindicato Rural de Barreiros (PE) antes de 1964. Na zona canavieira, criou Ligas Camponesas e sindicatos. Foi integrante do PCdoB. Atuou na clandestinidade depois de 1964, principalmente nos municípios de Jaboatão, São Lourenço da Mata, Moreno, Vitória e Serinhaém. Atuou como dirigente do Partido Comunista Revolucionário (PCR), cuja atuação se limitou aos estados do Nordeste – por quatro anos, até ser preso em 21 de novembro de 1969.

Condições da morte: Amaro Luiz de Carvalho foi morto quando cumpria pena na Casa de Detenção de Recife, no dia 22 de agosto de 1971, cujo diretor era o coronel da Polícia Militar Olinto Ferraz. A *causa mortis* oficial foi envenenamento pelos próprios companheiros. Foi vítima de torturas e traumatismo do tórax. Providências jurídicas: pedido deferido em 8 de fevereiro de 1996 pela CEMDP.

Manoel Aleixo da Silva. Morto em 1973. Ribeirão, PE. Conhecido como “Ventania”, apelido dado pelos companheiros de militância pela sua rapidez em cumprir as tarefas. Era um veterano militante das Ligas Camponesas, responsável pelo trabalho rural do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Condições da morte: foi preso no dia 29 de agosto de 1973, em sua casa, entre Ribeirão e Joaquim Nabuco (PE), pelo Exército. Foi levado para Recife e no dia seguinte para a periferia de Ribeirão, onde foi morto com um único tiro nas costas, por Jorge Francisco Inácio, agente da repressão política. Sua morte foi tratada por José Oliveira Silvestre, torturador do DOPS de Recife, como “um ato de quem agiu no estrito cumprimento do dever legal”. Versão oficial: morto durante um tiroteio, ao reagir à prisão, no município de Ribeirão, interior de Pernambuco.

Mandante: Exército.

Providências jurídicas: foi aberto inquérito pelo DOPS/PE. Auto de 29 de agosto de 1973.



O requerimento do caso foi aprovado por unanimidade na CEMDP, em 23 de abril de 1996.

Adauto Freire da Cruz. Ano de 1979. Rio de Janeiro. Começou a militar ainda nos anos 1950. Braço direito do líder Francisco Julião. Condições da morte: faleceu em 13 de maio de 1979, em decorrência de um infarto sofrido depois que foi espancado por policiais no interior de um ônibus que seguia do Rio de Janeiro para Teresópolis. Mandante: Polícia Militar.

Providências jurídicas: o pedido de reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro na sua morte foi encaminhado à CEMDP por sua companheira, Delzuite da Costa Silva, mas foi indeferido.

Mariano Joaquim da Silva. Ano de 1971 [desaparecido]. Pernambuco. Era membro das Ligas Camponesas e dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Preso várias vezes por atividades consideradas “subversivas”, principalmente na organização dos camponeses, nas décadas de 1950 e 1960. Condições de desaparecimento: na última vez em que foi preso, foi detido por agentes do DOI-CODI, em 1º de maio de 1971, na estação rodoviária de Recife, e levado primeiro para o Rio de Janeiro, depois para São Paulo e novamente para o Rio, onde desapareceu. Mandante: foi um dos 136 desaparecidos políticos cuja responsabilidade pela morte foi assumida pelo Estado brasileiro, desde a publicação da Lei nº 9.140/95. Providências jurídicas: sem dados.

O líder camponês Marcos Martins da Silva, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada (PE), sobreviveu a uma série de violências, praticadas tanto por parte de agentes da repressão do Estado como por latifundiários nos anos 1960, 1970 e 1980. Mais de uma vez, Marcos foi preso, torturado e ameaçado de morte. O temor perpetrado por essas violências forçou-o, já no começo dos anos 1980, a empreender um exílio dentro do próprio país, em uma trajetória marcada pela defesa dos direitos dos camponeses e, paralelamente, por uma perseguição violenta por parte dos senhores de engenho, por pistoleiros e pela polícia.

Filho de camponês, nascido em Vitória de Santo Antão, Marcos trabalhou desde sete anos num engenho de açúcar em Pernambuco. Em 1962, ao ser eleito presidente do sindicato de Escada, começou uma campanha pelo direito dos camponeses a receber o 13º salário, garantido por lei, mas ignorado pelos senhores de engenho. Convocou uma assembleia e falou em nome dos trabalhadores rurais. Em seguida, recebeu uma intimação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Compareceu e denunciou que os trabalhadores rurais não tinham nem folha de pagamento. O representante da DRT propôs um acordo: as usinas teriam 30 dias para a regularização.

Ao final do prazo, Marcos convocou outra assembleia e foi ameaçado pelos usineiros. Pouco antes da decretação da greve, em 17 de janeiro de 1963, policiais à paisana foram buscá-lo em sua casa; depois de sequestrado, foi violentamente espancado. Um dos policiais o ameaçava: “Você vai renunciar ao sindicato: ou renuncia ou morre!”. Os homens pretendiam levá-lo a um canal do engenho Espinho, mas se perderam e decidiram conduzi-lo à usina Caxangá, já conhecida pelos maus-tratos aos trabalhadores. Seu relato revela a existência de cárcere privado nas usinas.

Me botaram num quarto incomunicável. [...] Eles me dizendo: “No outro dia, nós viemos pra te levar para a mata”. Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada “Benedita” – um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um buraquinho pra tomar fôlego do Espinho...

Era uma senha de que seria executado. Trabalhadores moravam perto do local. Naquele lugar, escuro como breu, viu uma garotinha passando e lhe pediu socorro. Contou a ela que estava ali preso e sentenciado à morte e pediu que levasse um bilhete ao sindicato. Escreveu uma única frase num papel de embrulho: “Marco[s] em Caxangá, sentenciado à morte à meia-noite”. A menina levou a

mensagem e Marcos voltou a ter esperanças de sobreviver. Ao receber o bilhete, a direção da entidade foi procurar um militar do IV Exército. Na madrugada seguinte, havia soldados do Exército cercando a “Benedita”. Marcos foi libertado. Quando se recuperou dos espancamentos, convocou outra assembleia e denunciou: “Quiseram me matar para não pagar o 13º salário!”.

Seu segundo sequestro ocorreu já durante o regime militar, em 1966. Nesta época, Marcos defendia um decreto que concedia ao trabalhador rural uma área para o plantio de subsistência. Já não estava mais à frente do sindicato, que havia sofrido intervenção. Eleito, teve impedida a sua posse e passou a responder a um processo na Auditoria Militar, do qual foi absolvido dois anos depois. Nesse período, pediu a um dos diretores do sindicato que convocasse uma assembleia aproveitando uma ausência do interventor. No dia seguinte, o dirigente foi expulso do sindicato e Marcos, preso na Polícia Federal. Foi novamente sequestrado em casa por agentes à paisana. Ao protestar contra a prisão ilegal, foi espancado. Recorda-se de que foi algemado e teve os olhos vendados. Tempos depois conseguiu identificar o lugar para onde foi levado. Era um túnel embaixo da linha de ferro de Jaboaão, que servia de local para ações da polícia. Estavam todos sem farda, mas afirmavam ser ali um quartel. Foi interrogado se era “comunista”. Respondeu: “Não, defendo o direito do trabalhador rural. Mas, se defender os direitos do trabalhador rural é ser comunista, então eu sou...”. Foi solto depois de horas de interrogatórios e ameaças.

O sindicalista sofreu a terceira série de perseguições em 1980, ano em que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntes, José Francisco dos Santos, foi assassinado por dois pistoleiros. Os líderes sindicais fizeram um ofício pedindo a punição dos matadores e do mandante. As manifestações de Marcos para que houvesse justiça naquele caso o colocaram numa situação de risco.

A ruína que veio para mim foi que eu fiquei insistindo para que os pistoleiros fossem presos. Aí começaram a me perseguir. No primeiro dia, escapei de um cerco... Aí me afastei. Tive que sair de Pernambuco. A própria polícia fazia parte do rol de pistoleiros. Era tudo embutido. Então, veio tudo para cima. Tinha muita gente na lista para morrer. O chefe dos pistoleiros era José Mendes, dono de um açougue para lavagem de dinheiro.

Antes de ser assassinado, o próprio fazendeiro teria encomendado a execução de Marcos, que passou a ser procurado por matadores de aluguel. Numa fuga incerta, o sindicalista saiu do município de Escada e foi para Garanhuns. Recordava-se de que chegou lá num domingo. Na segunda-feira, “já havia gente no canavial à minha procura”. Marcos percebeu que teria que ir embora de sua terra: não podia medir forças com pistoleiros. Depois de um tempo em Carpina, onde também não estava seguro, decidiu sair de Pernambuco, em 1981, e foi viver no interior de Goiás, num exílio forçado. Além das sequelas físicas, as perseguições e torturas imprimiram-lhe profundas marcas emocionais.

## 5. MORTOS E PERSEGUIDOS NO MARANHÃO: PINDARÉ-MIRIM – DÉCADAS DE 1960 A 1970

“Ô patrão, ô patrão prenda seu gado.” (Cantiga sertaneja)

Conflitos entre posseiros e fazendeiros começaram com a participação de policiais, a pedido de fazendeiros, na repressão ao movimento dos posseiros contra o “gado solto”. A prática abusiva era frequente nas regiões isoladas do Norte e Nordeste: fazendeiros cortavam cercas e soltavam gado para comer nas roças dos posseiros, de modo a enfraquecê-los e obrigá-los a deixar as terras. Na região de



Pindaré-Mirim, denúncias de posseiros à delegacia do município ocasionaram repressão, não contra os responsáveis pelo gado solto, mas contra os próprios queixosos. Agentes do Estado são responsáveis tanto por omissão na resolução do conflito quanto pelo uso de violência e assassinato de vários posseiros, inclusive de uma criança de três anos.

O Movimento Sindical Rural de Pindaré-Mirim, liderado por Manoel da Conceição, chegou a envolver cerca de 50 mil posseiros, em reação contra expulsões violentas de lavradores e posseiros do campo, a mando de latifundiários, fazendeiros e grileiros, muitas vezes com o aval da polícia e do governo. Fundado em 18 de agosto de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim foi o primeiro sindicato rural do Maranhão, que reuniu 1.000 famílias.<sup>74</sup>

Além de enfrentarem conflitos com os fazendeiros por causa do “gado solto”, os camponeses de Pindaré-Mirim enfrentaram os grileiros que cercavam como propriedades suas os terrenos onde os lavradores plantavam. Os lavradores reagiam derrubando as cercas. Assim começou a luta pela reforma agrária na região de Pindaré-Mirim. Com o golpe civil-militar em março de 1964, a sede do sindicato foi ocupada durante 60 dias pelo Exército e mais de 200 lideranças foram presas e levadas a São Luís; os lavradores mais preparados, entretanto, conseguiam escapar e escondiam-se no mato. Em junho deste mesmo ano, o presidente do sindicato, Manoel da Conceição, foi preso cinco vezes na Cadeia Municipal de Pindaré-Mirim. O sindicato continuou realizando ações esporádicas e as reuniões prosseguiram, às escondidas, no meio do mato ou nas casas, já com o apoio da Ação Popular (AP),<sup>75</sup> que contribuiu para a formação política e a organização dos lavradores de Pindaré-Mirim.

Em 1966, José Sarney foi eleito governador do Maranhão pela UDN, com um discurso favorável aos lavradores, aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e à reforma agrária. Manoel da Conceição retornou a Pindaré-Mirim. Sarney e o prefeito de Pindaré, José Antônio Haikel, prometeram interferir na questão do gado solto e fixaram uma área para pastagens sem exigir que os fazendeiros a cercassem. Os lavradores reagiram, mataram reses e ocuparam as terras devolutas onde os fazendeiros punham o gado.

Latifundiários passaram a perseguir o movimento em Pindaré-Mirim. Em 1968, o sindicato possuía 4 mil filiados em vários povoados, mesmo tendo sido fechado pela ditadura. Em 13 de julho, a polícia municipal invadiu a subsede de Anajá, onde o médico João Bosco consultava doentes de malária, que vitimava a região. Os policiais atiraram e alvejaram as pessoas, Manoel da Conceição foi ferido na perna direita e novamente preso. Após seis dias na cadeia, sem ser medicado, teve que amputar a perna em São Luís. Uma campanha dos camponeses e membros da AP conseguiu que Conceição fosse levado para colocar uma perna mecânica em São Paulo.

Na volta a Pindaré-Mirim, Manoel da Conceição encontrou os sindicatos fechados, muitas pessoas perseguidas e outras presas pelo Exército e pela Polícia Política. Ainda assim, os lavradores reorganizaram os sindicatos, ocuparam as terras que os grileiros e latifundiários lhes haviam tomado e criaram cooperativas para eliminar os intermediários na venda de sua produção e na compra de bens de consumo de que necessitavam.

Em 1970, porém, já com a Lei de Segurança Nacional e a dura repressão que caracterizou o governo do General Emílio Garrastazu Médici,<sup>76</sup> centenas de pessoas foram presas na região de Pindaré-Mirim. Houve resistência até que, em janeiro de 1972, Manoel da Conceição foi preso novamente em Trufilândia e levado para o DEOPS de São Luís. Uma longa via sacra começava neste momento para Conceição, até o seu exílio. Sua prisão foi não só o fim do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim, mas enfraqueceu e esvaziou todo o movimento organizado dos lavradores a favor da reforma agrária e de uma vida digna para os trabalhadores do campo de várias regiões do país.<sup>77</sup>

5.1. LIDERANÇAS SINDICAIS E OUTRAS VÍTIMAS ASSASSINADAS, PERSEGUIDAS OU TORTURADAS NO PERÍODO DA REPRESSÃO AO SINDICATO DE PINDARÉ-MIRIM

Antônio Lisboa Brito. Foi membro da diretoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim. Ajudou Manoel da Conceição a fundar escolas de alfabetização e o sindicato na cidade. Perseguido, teve que abandonar a família e os filhos pequenos e viver escondido até o fim do governo militar.

Jodinha, Lavrador e membro da diretoria sindical de Pindaré-Mirim. Foi muito perseguido e teve que viver na clandestinidade. Atualmente, vive no estado do Pará.

Joaquim Matias Neto (Joaquim Lavanca). Lavrador e líder camponês em Pindaré-Mirim, preso e torturado, vindo a morrer prematuramente em consequências das torturas sofridas.

José Lavanca, lavrador, também foi preso e torturado. Morreu fora da prisão, em consequência das torturas. Sua esposa, de nome Lurdes, ainda está viva e mora no município de Barra do Corda, no Maranhão.

João Palmeira Sobrinho e José Viana de Souza. Assassinados por capangas do proprietário da fazenda Pindaré. Santa Luzia (MA). Ano de 1975. Ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Imperatriz. A falta de apuração do crime indica cumplicidade, por omissão, das autoridades locais. Providências jurídicas: integrantes da lista de camponeses mortos e desaparecidos durante o período de 1961-1988, mas excluídos dos direitos da Justiça de Transição.

Amadeu Manoel de Melo e sua mulher. Santa Luzia (MA). Ano de 1978.

Posseiros em Sucuruizinho, município de Santa Luzia. Mortos em 30 de julho de 1978, devido a conflitos na região contra grileiros, desde 1974, no vale do rio Zutiua, onde mais de 600 famílias habitavam. Em 1975, a Comarca começou a retalhar a terra para grandes grupos. Grileiros espancaram e humilharam os posseiros, atearam fogo nas casas e os obrigaram a assinar recibos de venda das benfeitorias. Um dos grileiros armou um pequeno exército, que usava farda e armamentos da PM e do Exército.

Providências jurídicas: integrante da lista de camponeses mortos e desaparecidos entre 1961-1988, excluídos dos direitos da Justiça de Transição.

Elias Zi Costa Lima. Santa Luzia (MA), ano de 1982. Conhecido como “Zizi”, era casado, pai de nove filhos. Lavrador e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Luzia. Apoiava a permanência de várias famílias em uma área considerada devoluta, visada pelos mandantes do crime.

Condições da morte: assassinado a tiros, à queima-roupa, no Mercado Municipal de Santa Luzia, em 21 de novembro de 1982. O crime, assistido por dezenas de testemunhas, foi praticado pelos filhos do latifundiário José Gomes Novaes, Delmi, Delmar e Leônidas, que ficaram impunes. Elias foi baleado com dois tiros de revólver calibre 38 e, já no chão, ainda foi alvejado no pescoço por um tiro de espingarda.

Mandantes: José Gomes Novaes, Delmi Novaes, Delmar Novaes e Leônidas Novaes. Autoria: agente privado. Providências jurídicas: integrante da lista de camponeses mortos e desaparecidos durante o período de 1961-1988, mas foi excluído dos direitos da Justiça de Transição.

Bebé (Apelido). Santa Luzia (MA). Líder camponês, morador no Brejo dos Ananais, município de Santa Luzia, em junho de 1982. Autoria: agente do Estado. Providências jurídicas: integrante da lista de camponeses mortos e desaparecidos durante o período de 1961-1988, mas foi excluído dos direitos da Justiça de Transição.

Raimundo Alves da Silva (“Nonatinho”). Santa Luzia (MA), ano de 1984. Era tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, e foi o primeiro presidente da entidade. O sindicalista de 50 anos, casado e pai de 12 filhos, havia sido um dos principais líderes na luta dos trabalhadores rurais na região de Pindaré.

Condições da morte: assassinado a tiros em 17 de setembro de 1984, nas proximidades de sua casa, em Santa Luzia, com quatro tiros disparados por pistoleiros, que ficaram impunes.

Providências jurídicas: integrante da lista de camponeses mortos e desaparecidos durante o período de 1961-1988, mas foi excluído dos direitos da Justiça de Transição.

Antônio Batista da Silva, ou Antônio Ferreira da Silva, delegado sindical em Santa Luzia (MA). Condições da morte: assassinado em Arapari, Santa Luzia, dia 17 de setembro de 1985. Segundo informações obtidas, foi executado pelo pistoleiro João Targino de Souza a mando de um fazendeiro de Minas Gerais. O crime não foi isolado: no mesmo dia e local foram baleadas as lavradoras Maria Lima Silva, 28 anos, e Silvana da Silva, 52 anos, que foram hospitalizadas e salvas. Antes deste ocorrido, em 16 de julho de 1985, o marido de Maria Silva foi assassinado pelo pistoleiro Luiz Chaves, a mando de referido fazendeiro mineiro. Crimes não apurados, assassino impune. Providências jurídicas: sem dados.

Raimundo de Jesus Silva. Bom Jardim (MA). Ano de 1987. Dirigente do movimento sindical no município de Bom Jardim (MA). Condições da morte: assassinado no dia 12 de março de 1987, segundo informações, por pistoleiros contratados pelo doutor Clésio Fonseca, fazendeiro. Mandante: doutor Clésio Fonseca. Impune. Providências jurídicas: integrante da lista dos 602 casos selecionados de camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos excluídos dos direitos da Justiça de Transição.

### 5.2. MORTOS NÃO IDENTIFICADOS NA REGIÃO DE PINDARÉ-MIRIM

Não identificado. Santa Luzia (MA), ano de 1982. Liderança. Morto em junho de 1982. Autoria: agente do Estado; não identificado. Santa Luzia (MA), ano de 1982. Liderança. Morto em junho de 1982. Autoria: agente do Estado; não identificado. Santa Luzia (MA). Ano de 1988. Criança, menor. Morta em 6 de janeiro de 1988, no município de Santa Luzia. Autoria: agente do Estado.

## 6. PARÁ

### 6.1. ASSASSINATOS E TORTURAS DE CAMPONESES NAS OPERAÇÕES DE REPRESSÃO À GUERRILHA DO ARAGUAIA

Prisões e tortura de posseiros que resistiram à perda de suas terras nos anos subsequentes à guerrilha. Expulsão de posseiros em decorrência de ações do Estado na região do Bico do Papagaio.

Levaram minha irmã Lourdes e meu irmão Deusdete. Judiaram dela, estupraram, libertaram meses depois e ela foi para a casa de uma tia. O irmão ficou, com o serviço de cortar e molhar cipó para bater no “povo”. Ficou meio “rodado da cabeça”, bebeu muito, dizia que tinha uma paixão muito grande [...] e não contou prá nós o que era. Dizem que foi obrigado a cortar o pescoço do nosso pai, mandado pela polícia. O pai estava dentro de um buraco, tentou fugir e acordou o guarda. Pegaram ele e mandaram o próprio filho matar. Deusdete não matou o pai, foi o tiro de um soldado; mas mandaram cortar a cabeça. Seu Antonio Precatão viu isso. Deusdete morreu de tanto beber, mas nunca disse prá nós o que fizeram com ele. O corpo nunca apareceu.<sup>78</sup>

Histórico: “Dossiê Araguaia”, lista de vítimas aponta 27 camponeses mortos durante a repressão à Guerrilha do Araguaia, de acordo com levantamento preliminar feito pelo jornalista Hugo

Studart. Entre 1966 e 1972, fase dos “preparativos à guerrilha”, os militantes que chegavam ao Bico do Papagaio buscaram integrar-se e ganhar simpatia dos moradores. Criaram escolas, equipes de saúde, organizaram festas e torneios de futebol, em uma região de cerca de 6.500 km<sup>2</sup> desassistida pelo Estado, “entregue à exploração dos grandes castanheiros, a grileiros de terras e à violência dos pistoleiros de aluguel que trabalhavam para os latifundiários”, onde viviam cerca de 20 mil pessoas no final da década de 1960. Destes, só 12 camponeses haviam aderido à guerrilha quando o Exército chegou, em abril de 1972.<sup>79</sup> A seguir, tiveram mais adesões, chegando a 30 camponeses guerrilheiros até outubro de 1973, ao longo da “segunda fase”, em que os camponeses se relacionavam não apenas com os guerrilheiros, mas também, agora, com a repressão militar – que levou o grupo dos “paulistas” a assumirem sua condição de “guerrilheiros”, anunciando a luta revolucionária e buscando adesões, que neste período acrescentaram mais 20 camponeses aos 12 apoiadores iniciais. A chegada do Exército, que desencadeou a “Operação Presença” ao longo do ano de 1972 (uma série de ações cívicas e de assistência social para ganhar simpatia dos moradores locais), alterou a correlação de forças entre os habitantes da região, pois os apoiadores dos “paulistas” passaram a ser apontados pelos militares como “bandidos” e “terroristas”. Ainda assim, mais alguns camponeses aderiram à “guerrilha”.

Studart cita um documento oficial, timbrado, do SNI (14 de março de 1986 – “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”), onde constam 39 nomes além dos 75 militantes do PCdoB.

Outros moradores, que já ajudavam os guerrilheiros com alimentação, abrigo provisório, transporte de barco e outros pequenos serviços, passaram então a ajudá-los de forma clandestina. Alguns não quiseram se comprometer. E houve ainda “aqueles que se alinharam de bom grado aos ‘federais’”, na fase em que o Exército mudou de tática e passou a tratar melhor os moradores para tentar obter o apoio deles contra os chamados “terroristas”.

A partir de outubro de 1973, o Exército voltou para a terceira e última campanha de repressão: a Operação Marajoara. Começaram por prender o maior número possível de chefes de família. Documento do SNI produzido em Marabá – “Relatório Especial de Informações nº 6” – aponta o número de 161 moradores presos por serem suspeitos de apoiar os guerrilheiros, e relaciona o nome de mais 42 apoiadores a ser detidos, numa soma de 203 supostos apoiadores dos guerrilheiros.

Mas o número de vítimas da repressão chega a 500 moradores que foram arrancados de suas casas junto com suas famílias, tiveram suas roças queimadas e suas criações destruídas; muitos ficaram ilegalmente presos por cerca de três semanas. Camponeses relatam ter sido presos em valas de três metros de comprimento por dois de profundidade, sem latrinas e sem telhado, cavadas nas bases militares da Bacaba e de Xambioá: eram cobertas com grades de ferro e chamadas de “buracos do Vietnã”. Muitos camponeses foram torturados, conforme relataram alguns sobreviventes à CNV. O documento “Dossiê Araguaia” justifica a tortura: “Na reeducação dessas pessoas teve que ser empregado algum rigor, uma vez que o caboclo daquela região só conhecia a lei do mais forte...”. No último período (outubro de 1973 a outubro de 1974), os camponeses remanescentes foram obrigados, na maior parte dos casos sob coerção após torturas, a colaborar como guias dos militares. Poucos ofereceram-se como guias.

É difícil acusar os camponeses que falaram sob tortura, e mesmo os que colaboraram voluntariamente com o Exército, de traição aos guerrilheiros. Poucos compreenderam o que estava em jogo naquele conflito. Para os militares, todos os que tiveram qualquer contato com os “paulistas” eram considerados suspeitos – tanto por apenas venderem mantimentos e levá-los de barco pelo Araguaia quanto por beneficiarem-se de ajuda médica, das aulas na escolinha da Áurea ou do mero contato amigável com eles. Para os guerrilheiros, os “bate-paus” que, por vontade própria ou depois de forte tortura, ajudaram o Exército a localizá-los eram considerados traidores.

A partir de 1975, depois de exterminado o projeto de guerrilha que nunca chegou a ser colocado em prática, antigos guias do exército receberam glebas de terra como pagamento – espécie de “reforma agrária” executada pelos militares, que fracassou a seguir, uma vez que a consolidação dos latifúndios (pecuária, extrativismo) e a abertura do garimpo de Serra Pelada colocou a população sob o controle absoluto do representante militar da área, o tenente-coronel Sebastião de Moura, vulgo major Curió.

## 6.2. LISTA DOS CAMPONESES ASSASSINADOS<sup>80</sup>

Encontramos 29 camponeses recrutados: 9 mortos, 3 presos, 1 “desertor” e 16 “desaparecidos”. Mas um documento (descaracterizado) do CIE indica 178 nomes de camponeses que teriam apoiado os guerrilheiros. Sugere-se cruzar estes 178 nomes citados no documento do CIE com os processos de indenização encaminhados à Comissão da Anistia. Até o momento, localizaram-se os nomes de 27 camponeses mortos pela repressão à guerrilha, 12 casos consolidados e 15 “mortos ou desaparecidos” a investigar. Entre os 29 sobreviventes citados pelo Exército como “apoio forte à guerrilha”, alguns desapareceram, outros consentiram (por bem ou à força) em guiar soldados na busca de guerrilheiros e pelo menos 6 foram muito torturados (uma mulher foi estuprada).

Antonio Alfredo Lima – morto com André Grabois e mais dois guerrilheiros em 13 de outubro de 1973, em combate com um grupo militar comandado pelo major Lício Maciel.

Clovis Ribeiro dos Santos – desaparecido. Foi preso e torturado em fevereiro de 1974 pelos militares, libertado em novembro do mesmo ano, sob condição de apresentar-se ao acampamento da Bacaba de oito em oito dias. Desapareceu depois de uma dessas apresentações.

Jair Maciel (Zequinho) – morto em janeiro de 1974.

Joaquim de Souza – desaparecido. Depoimento do lavrador Valdemar Cruz Moura ao MPF em 15 de julho de 2001: “No dia 18 de junho de 1973 saiu para trabalhar e não retornou mais. [O depoente...] acredita que foi morto pelo Exército, pois o nome de Joaquim constava no cartaz das vítimas da guerrilha”.

João Pereira da Silva – o pai, José Pereira da Silva, apoiava o Destacamento C da guerrilha. Em abril de 1972, um grupo de militares chega na área e manda o senhor Pereira levá-lo aos paulistas. Ele envia o filho de 17 anos. Um grupo avançado de militares ocupa as terras do senhor Pereira. Em 10 de agosto de 1972, Joãozinho foi morto com um tiro no peito. Seu companheiro Paulo, que escapou, informou à família que os guerrilheiros Rosalindo Santa Cruz e Jaime Petit teriam matado Joãozinho para servir de exemplo aos outros camponeses. A família Pereira abandonou as terras, o pai passou a ser guia do Exército e a jovem viúva (16 anos) tornou-se prostituta. Fontes: termo de declaração de Maria Creuza Rodrigues dos Santos à Comissão de Anistia do MJ, em 25 de abril de 2008 (Ref. Proc. nº 10987). Depoimento conjunto dos irmãos Jota Orlando Pereira da Silva, Jacy Santiago Pereira da Silva e Maria Bonfim Pereira de Oliveira ao Grupo de Trabalho do Araguaia (GTA) em 15 de setembro de 2012.

José Ribeiro Dourado (“José da Madalena”) – desaparecido. Preso em sua roça, em Pau Preto, desapareceu em 1974 em Marabá. O filho contou à Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos que José foi obrigado a ser guia do Exército. Madalena, esposa, conta que teria sido assassinado por ter dado comida ao guerrilheiro Osvaldão.

Juarez Rodrigues Coelho – morreu na Delegacia de Polícia de Xambioá. Versão oficial: suicídio.

Lourival Moura Paulino – barqueiro e lavrador. De acordo com os militares, apoiava os

guerrilheiros. Preso em 18 de maio de 1972 e levado para a delegacia de Xambioá. Apareceu morto dia 27 de maio. Versão militar: suicídio cometido usando as cordas de uma rede que os parentes levaram para Lourival dormir. O documento do SNI “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia” aponta sua morte em 28 de maio de 1972.<sup>81</sup>

Luiz Vieira de Almeida (Luizinho) – segundo documento do CIE (descaracterizado), teria pego em armas. Morto dia 30 ou 31 de dezembro de 1973.

Luiz Viola – morto em 1974.

Manoel Neres Santana (apelidado Batista) – entrou para a guerrilha antes da chegada dos militares. Preso junto com Áurea Valadão (doc./descaract. do CIE e depoimentos de quatro camponeses: Anísio Rodrigues da Silva, Cícero Pereira Gomes, Iomar Ribeiro da Silva e Josias Gonçalves) entre janeiro e fevereiro de 1974. Versão: teria sido poupado pelos militares e trocado de identidade.

“Pedro Carretel” – posseiro que aderiu à guerrilha antes da chegada dos militares, em 1972. Em documento do CIE, é citado como “maior apoio da guerrilha”. Desaparecido em janeiro de 1974 (livro *Retratos da repressão política no campo*).<sup>82</sup>

### 6.3 OUTROS CONFLITOS NO PARÁ. NOVAS VIOLÊNCIAS COMETIDAS CONTRA POSSEIROS, FREIRAS E PADRES APÓS O TÉRMINO DA GUERRILHA

Disputas por terras, implantação de projetos do governo federal em benefício de grandes empresas nas terras da região do Bico do Papagaio. Denúncias sobre a participação do major Curió na proteção militar a grileiros, distribuição de terras de camponeses a protegidos do governo federal e a políticos locais.

### 6.4. GUERRA DE “PERDIDOS”

“Subversivos” não são os peões e posseiros do Araguaia. São... Curió, com tropas que deveriam estar a serviço da nação, no sequestro de Nicola Arpone e a prisão dos padres Aristides e Chico. É o juiz-grileiro que decide em causa própria. É o funcionário, oficial de justiça, soldado ou PM que [...] servem de força de cobertura para [...] jagunços que queimam roças, expulsam moradores... (Do livro de Ricardo Kotscho).<sup>83</sup>

Evento: na região de Caianos, no Bico do Papagaio, um grupo de posseiros resistiu, com uso de armas de fogo, à tomada de suas lavouras por policiais a mando do grileiro Luis Erlandi (apelidado de “Careca”), que teve apoio do Inca para invadir terras como se fosse o proprietário legal. Na sequência da repressão ao projeto de Guerrilha no Araguaia, o GETAT (Grupo Especial de Terras do Araguaia-Tocantins) foi um instrumento do governo, criado em 1980 pelo presidente Figueiredo. Era subordinado não à Secretaria da Agricultura, mas ao Conselho de Segurança Nacional. Função: “regularização de terras devolutas”. “Limpar a área” (dos posseiros ali residentes) para a execução de “novos projetos”:

1º Projeto: *Serra dos Carajás – Exploração de minérios*. Executado por um conselho interministerial.

2º Projeto: Integração do Araguaia-Tocantins-Prodiat – “Produção de alimentos para 100 milhões de pessoas” – destinados à exportação. Convênio com o BIRD.

O GETAT tinha mais poderes e recursos que o Inca. Foi criado para executar uma verdadeira intervenção militar em questões de terras, em uma região em que viviam mais ou menos 500 mil



famílias – como se fossem terras desocupadas. Dados da Comissão Pastoral da Terra apontam quase 1.000 conflitos de terra no Brasil, entre os anos de 1980 e 1981, envolvendo mais de 250 mil famílias e mais de 1,5 milhão de pessoas vítimas de ameaças e violências.

#### 6.5. OUTROS MORTOS EM CONFLITOS POR TERRA NO PARÁ - POVOADO DE MONTE SANTO<sup>84</sup> - 1987

Informações: não constam informações sobre cada um dos trabalhadores envolvidos.

Condições do crime: o povoado de Monte Santo foi foco de conflito entre trabalhadores rurais que ocuparam a região e os proprietários da terra. O mesmo grupo de policiais e pistoleiros responsáveis pelos crimes contra os posseiros do Castanhal Tabocão atuou na repressão às famílias instaladas em Monte Santo. Homens, mulheres e crianças foram torturados na “Operação Desarmamento”. Pelas informações recolhidas, consta que:

...mais de cinquenta posseiros foram levados pela Polícia Militar à sede da fazenda Bamerindus. Entre os detidos estavam menores de idade. A caminho da fazenda, e enquanto estavam detidos naquele local, muitos foram espancados com coronhas de rifles e varas. Alguns foram golpeados no rosto, cabeça e órgãos sexuais. Consta que duas mulheres foram violentadas e o mesmo foi tentado com uma menina de 12 anos. Alguns, inclusive crianças, foram amarrados com cordas. Todos os posseiros detidos teriam sido ameaçados de execução sumária. Alguns teriam sido forçados a comer excremento humano e animal, espinhos e cigarros acesos. Consta ainda que tiveram que engatinhar ou marchar como se estivessem sob ordens militares [...]. Uma criança foi pendurada pelos cabelos em uma viga para que revelasse o paradeiro de seu pai, suposto líder da comunidade. Tiros e bombas de gás lacrimogêneo teriam sido disparados na Igreja Assembleia de Deus, onde mulheres e crianças se refugiaram, e alguns homens teriam sido detidos e espancados dentro da Igreja Católica. Camponeses dos povoados de Paraúnas e Monte Santo afirmam que, durante o ataque aos povoados, a Polícia Militar roubou dinheiro e pertences de suas casas [...]. Trinta dos camponeses detidos na fazenda foram levados à delegacia em Marabá.

Mandantes/Envolvidos: 100 policiais militares, chefiados pelo coronel Antônio Carlos da Silva Gomes e pelos próprios proprietários de Monte Santo.

Providências jurídicas: não houve punição aos acusados.

Trabalhador não identificado em Xinguara<sup>85</sup>: 6 de agosto de 1987. Informações: não constam informações sobre cada um dos trabalhadores envolvidos.

Condições do crime: foi preso por policiais militares, torturado e queimado vivo por não ter revelado os nomes de lideranças sindicais que haviam atacado os pistoleiros da fazenda Barreiro Preto, do empresário rural Manoel de Sá, no município de Xinguara.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: não constam.

Tortura do padre Roberto de Valicourt<sup>86</sup>, 1º de junho de 1972, após a celebração da missa de *Corpus Christi* em São Domingos do Araguaia. Valicourt foi um padre francês da congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada. Havia chegado a São João do Araguaia no início da década de 1970. Foi preso e torturado, juntamente com a irmã dominicana Maria das Graças, por serem ambos suspeitos de participação na Guerrilha do Araguaia.



Condições do crime: segundo depoimento fornecido por Valicourt:

[...] A Igreja estava cercada por soldados armados. O delegado de polícia de nome Francisco estava feliz da vida porque queria prender a gente. Então celebramos a missa, mas os cantos saíram fraquinhos... Depois saímos, fomos para casa, deixamos as coisas da Igreja e acompanhamos os militares. Eles nos colocaram num Jipe, Maria das Graças e eu. Nós fomos [...]. Na vila Metade eles mandaram a gente se sentar e aí ficaram olhando uns retratos. Muitos retratos. Olhando e comparando. Eles tinham ali as fotografias dos guerrilheiros do Araguaia, chamados os paulistas. Então eles comparavam e diziam: “é ele mesmo”. A gente não estava entendendo bem, a gente não sabia de tudo isso. Depois nós voltamos para casa, já era quase meia-noite. Maria das Graças ficou muito nervosa, eu nem tanto. Eu não estava entendendo muitas coisas da guerrilha, eu não sabia disso ainda. No dia seguinte eles vieram nos buscar no Jipe deles: Maria das Graças, eu e um rapaz que morava na entrada de São Domingos, um lutador que trabalhava num circo. Fomos para Araguatins [...]. Paramos em Palestina numa casa que parece que era o Correio. Estava cheia de soldados. Lá o negócio foi feio. Começaram logo a me dar uns tapas, me jogaram no chão, me chutaram, botaram os dedos nos meus olhos e falavam: “Diga onde está o Humberto! Vocês são todos comunistas. Vocês são todos subversivos! Vocês vão morrer já, já”! Me jogaram no chão, me bateram muito. A Maria das Graças eles humilharam, dizendo: “Aqui nós não vamos torturar você não, mas em Araguatins tem especialista em tortura de mulher. Lá eles vão te estuprar, cortar os seus seios, vai ser pior do que o padre que está aqui apanhando, viu?! Esses cadernos todos aí são subversivos?”. Ela tinha uns cadernos com nomes de crianças que seriam batizadas. Ela disse: “São muito novos esses subversivos, seis meses, oito meses”! Foi uma hora de taca [tortura]. Eu fiquei meio tonto, com os olhos todos inchados. Depois amarraram a gente com umas cordas. [...] O rapaz que estava conosco não apanhou. Amarraram a gente com as mãos para trás passando a corda pelo pescoço e nos jogaram, segurando pelos braços e pelos pés que nem porcos, dentro do Jipe. Eles foram conversando no Jipe: “vocês são terroristas mesmo, vocês vão morrer já já [...]”. Em Araguatins passamos a tarde toda lá, depois dom Estevão interferiu e à noite eles nos trouxeram de volta para São Domingos do Araguaia.<sup>87</sup>

Mandantes/Envolvidos: a única pessoa citada no depoimento é o delegado de polícia de nome Francisco.

Providências jurídicas: não constam.

Tortura de Maria das Graças<sup>88</sup>: 1º de junho de 1972 (junto com padre Valicourt).

Informações: irmã da Ordem dos Dominicanos de origem francesa, Maria das Graças foi presa, juntamente com o padre Humberto Riolland. Ela e Riolland eram suspeitos de participar da Guerrilha do Araguaia e, por isso, foram torturados por membros do Exército.

Mandantes/Envolvidos: a única pessoa citada no depoimento é o delegado de polícia de nome Francisco.

Providências jurídicas: não constam.

Tortura de Florentino Maboni<sup>89</sup>: 30 de outubro de 1976.

Informações: padre de Santo Ângelo (RS). A biografia carece de mais informações. Segundo Ricardo Resende, era capelão do Exército, mas torturadores não sabiam.

Condições do crime: Maboni foi enviado à Prelazia de São Geraldo do Araguaia pelo bispo de Conceição do Araguaia, dom Estevão Cardoso de Avelar, para interferir a favor dos trabalhadores rurais em um conflito de demarcação de terras, que envolveu a Polícia Militar e posseiros de Perdidos, distrito da Prelazia. No dia 30 de outubro de 1976, 50 policiais queimaram casas de posseiros, prenderam e torturaram cerca de 100 pessoas. O Exército interveio e 30 posseiros foram levados para Belém e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Maboni foi preso no conflito e torturado por vários dias por policiais militares.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: o padre foi inocentado em fevereiro de 1978 e os torturadores não foram responsabilizados.

Tortura de Hilário Lopes da Costa<sup>90</sup>: 30 de outubro a 8 de novembro de 1976.

Informações: seminarista, acompanhou o padre Maboni na contenção do conflito entre trabalhadores rurais e a Polícia Militar na Prelazia de São Geraldo do Araguaia. Hilário Lopes da Costa hoje é ex-padre, agente e agrônomo da CPT de Tucuruí.

Condições do crime: foi preso, durante conflito de demarcação de terras que envolveu a Polícia Militar e posseiros, e torturado por vários dias.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: o padre foi inocentado em fevereiro de 1978 e os torturadores não foram responsabilizados.

Antônio Bispo dos Santos<sup>91</sup>: 26 de fevereiro de 1987.

Informações: religioso. Biografia carece de informações.

Condições do crime: foi assassinado durante conflito que envolveu policiais civis e militares e posseiros da fazenda Agropecus, que tiveram suas casas invadidas. Antônio Bispo foi enterrado pela PM no cemitério de Redenção.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: não constam.

Giusepe Fontanella<sup>92</sup> – 1976

Informações: religioso. Biografia carece de informações.

Condições do crime: suspeito de incitar o conflito entre posseiros da fazenda Capaz, em Rondon, no Pará<sup>93</sup>, o padre foi preso e espancado por militares durante interrogatórios. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional e expulso do país em 1976.

Mandantes/Envolvidos: não constam nomes.

Providências jurídicas: não constam.

## **7. MATO GROSSO: REPRESSÃO À PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, MT, 1972-1973. ANTÔNIO CANUTO, CCV**

O regime militar colocou como uma de suas prioridades a ocupação da Amazônia. Este processo envolveu a abertura de estradas e a concessão de incentivos fiscais a quem se propusesse investir na região.

Empresários do Sul e Sudeste (bancos, indústrias, comércio), para terem acesso a estes incentivos, adquiriram, sobretudo no norte de Mato Grosso e sul do Pará, imensas áreas de terras, algumas de centenas de milhares de hectares, para criação de gado, sem se preocupar se lá existia alguém. Isso gerou conflitos com os povos indígenas, cujos territórios foram invadidos, e com os núcleos e povoados de posseiros que foram sistematicamente expulsos. Ao mesmo tempo, para as atividades de abertura

e formação dos pastos, foram trazidos milhares de trabalhadores de outras regiões do país, sobretudo do Nordeste, submetidos quase sempre a condições análogas às de escravos.

Neste contexto é que se multiplicaram os conflitos na região norte do Araguaia, no Mato Grosso, área de atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia, sob a direção de dom Pedro Casaldáliga.

O conflito mais emblemático da região se deu em Santa Terezinha, entre os posseiros e a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, Codeara, empresa do Banco de Crédito Nacional, BCN. A companhia tentava expulsar as pouco mais de 100 famílias de posseiros e arvorou-se proprietária do povoado existente desde a década de 1910 e que, em 1932, inaugurou igreja e convento para os padres.

Em 3 de março de 1972, o conflito chegou ao seu ponto culminante, com enfrentamento armado entre posseiros, funcionários da fazenda e a força policial que vinha embargar a obra de um ambulatório de saúde construído pela Igreja. O vigário de Santa Terezinha, padre François Jacques Jentel, foi apontado como responsável pelo conflito, junto com outros agentes da pastoral. Dois dias depois, 80 soldados da PM, comandados pelo próprio secretário de Segurança, deslocaram-se para Santa Terezinha. Prenderam sete pessoas, nenhuma das que estavam envolvidas no conflito. Duas grandes Operações Aciso, em junho e setembro, levaram para a região forças do Exército, com participação da Aeronáutica e Marinha, demonstrando cabal apoio à Codeara, que “atendia a um apelo do governo federal para desenvolver a região”.

A primeira operação foi comandada pelo major do Exército, Euro Barbosa de Barros. A segunda foi comandada pelo general Jansen, comandante do quartel de Corumbá, MT. Durante essa operação, deslocaram-se para Santa Terezinha nada menos que os comandantes do II Exército e da 9ª Região Militar.

Padre Jentel foi julgado pela Justiça Militar e condenado a dez anos de prisão, em maio de 1973, ficando preso durante um ano no quartel da Polícia Militar, em Campo Grande. O Superior Tribunal Militar julgou que o conflito não se enquadrava na Lei de Segurança Nacional, e o padre viajou para a França, seu país de origem. Ao retornar, em dezembro de 1975, foi expulso pelo governo Geisel. Na esteira deste conflito e de muitos outros na região, diversas ações de inteligência e repressão se desenvolveram. Em outubro de 1972, um oficial alojou-se na casa de dom Pedro, sob a justificativa de busca vocacional. Ao ser descoberto, confessou ser capitão do Exército do Comando de Repressão da Amazônia, capitão Ailson Munhoz da Rocha Loper. Em 1973, a maior operação militar aconteceu. Tinha como foco os posseiros que resistiam à expulsão e a Prelazia de São Félix que os apoiava. Em 1º de junho, em torno de 100 homens das forças policiais e militares desembarcaram em São Félix do Araguaia, sob a liderança do comandante da Polícia Militar, coronel Euro Barbosa de Barros. O arquivo da Prelazia e a casa dos agentes da pastoral José Pontim e Selme, no povoado de Pontinópolis, foram invadidos e deles retirados documentos.

Na madrugada do dia 4, cerca de 60 militares ocuparam o povoado de Serra Nova, disparando armas de fogo. Invadiram casas, amedrontaram e ameaçaram. A equipe pastoral foi mantida sob vigilância e o agente da Prelazia Edgar Serra e Teresa Adão, visitante, foram levados presos. No dia 5, em Santa Terezinha, a agente da Prelazia, Thereza Salles foi sequestrada ao ir para o trabalho e levada para São Félix. Os três presos foram transferidos para Cuiabá. Deles não se teve notícia até 16 de julho.

Início de julho. Nova operação militar sob o comando do coronel Euro Barbosa de Barros. A casa do bispo foi invadida e vasculhada, bem como a casa das irmãs. Nesta nova operação foram presos os agentes da pastoral Antonio Tadeu Martin Escame, em Santa Terezinha, José Pontin e Antônio Carlos Moura Ferreira, em São Félix, o posseiro Luiz Barreira de Sousa, Lulu, em Serra Nova, e dona Adauta Luz, aluna do ginásio e amiga dos padres, em São Félix.

Todos os padres da Prelazia se encontravam em São Félix e também foram presos e levados para a sede da fazenda Agropasa, onde estava montada a sede da operação e onde estavam os demais presos.

Os padres foram liberados, os outros foram levados para Campo Grande. A eles se juntaram Thereza Braga Salles, Edgar Serra e Teresa Adão, presos em junho. Durante quatro dias todos foram submetidos a interrogatórios, acompanhados de choques elétricos. Tadeu, Moura, Pontin e Lulu foram interrogados três vezes; Terezinha, quatro; Tereza Adão, cinco; Edgar, um; e Adauta, duas vezes. No dia 16 de julho foi oficializada a prisão.

A Censura proibiu qualquer notícia sobre os conflitos na Prelazia de São Félix, e sobre o bispo Casaldáliga. O *Jornal Nacional*, da TV Globo, foi utilizado para repassar notícias falsas ou forjadas sobre a Prelazia, para justificar a repressão e a desejada expulsão do bispo. Para o controle das informações, os militares criaram a Rádio Nacional da Amazônia, a emissora mais potente da América Latina, ligada ao sistema Radiobrás, que se tornou a emissora mais ouvida na Amazônia. Por imposição dos militares, a Radiobrás criou o Projeto Cigano, uma emissora montada em furgão. Em tempo recorde, a primeira emissora teve como destino São Félix do Araguaia. Em 8 de setembro de 1981, entrava no ar a Rádio Nacional de São Félix do Araguaia. Fazia parte da estratégia para a expulsão do bispo Pedro.

Tiveram os direitos violados em torno de 200 famílias de posseiros de Serra Nova, hoje município de Serra Nova Dourada, além do bispo Pedro Casaldáliga, os padres e agentes de pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia. O caso teve repercussão mais internacional que nacional, pois a imprensa estava sob censura. O embaixador brasileiro na Inglaterra, Roberto Campos, reclamou à BBC de Londres por dar cobertura ao que acontecia na região, informou um funcionário da rádio.

#### 7.1. IDENTIFICAÇÃO DA(S) VÍTIMA(S)

Presos e torturados: Edgar Serra, Tereza Adão, Thereza Salles, Antonio Carlos Moura Ferreira, José Pontin, Antônio Tadeu Martin Escame, Luiz Barreira de Sousa (Lulu), Adauta Luz.

Detidos e espancados: padre Eugênio Cônsoli, padre Pedro Mari Sola Barbarin, padre Leopoldo Belmonte, padre Antônio Canuto.

Ameaçados e agredidos: dom Pedro Casaldáliga, irmã Judite Gonçalves de Albuquerque.

Grupo econômico envolvido no caso: Frigoríficos Bordon, Agropasa Agropecuária.

Agentes do Estado envolvidos: coronel Euro Barbosa de Barros, secretário de Segurança. Capitão Monteiro, da Aeronáutica. Capitão Moacir Couto, Polícia Militar do Estado, e outros da PM. Aeronáutica, Marinha e Exército. (Em relação ao capitão Monteiro, após os acontecimentos, quando os bispos da direção da CNBB foram reclamar com o governo, foi lhes apresentada a relação de todos os oficiais da Aeronáutica, da qual não constava o nome do referido capitão. O nome dele e de outros envolvidos na operação possivelmente podem ser nomes “de guerra”.)<sup>94</sup>

## 8. SÃO PAULO - PONTAL DO PARANAPANEMA

Desde a década de 1920, região de luta pela terra na área de Presidente Prudente e Presidente Bernardes. Em 1946, sob liderança de Nestor Veras, as Ligas Camponesas atuaram em Santo Anastácio, sendo neste mesmo ano duramente reprimidas pelo delegado Calabrese. Fundação, em 1961, da Associação de Trabalhadores Rurais ligada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), seguida de vários outros sindicatos e associações de trabalhadores rurais. Início da repressão em 1970.

Paulo Kuraki, 11 de junho de 1967, Porto Epitácio-SP. Lavrador nas terras denominadas “Poção do Jacó”, reivindicadas como posse pelo fazendeiro José da Conceição Gonçalves, conhecido por “Zé Dico”, e alugadas a lavradores.

Condições da morte: discussão entre o agricultor e José Medeiros, que terminou quando Medeiros alvejou de tiros Paulo e Armando Kuraki.

Mandantes: José da Conceição Gonçalves, o Zé Dico.

Executores: José Francisco Medeiros e “Chicão”.

Providências jurídicas: ausentes. Família acusa autoridades de negligência.

Armando Kuraki, 11 de junho de 1967, Porto Epitácio-SP. Filho de Paulo Kuraki. Tinha 17 anos na época do crime. Mesma condição da morte do pai, Paulo Kuraki.

Antonio Galdino Jacinto. (Contribuição de Leonilde Servolo de Medeiros.) Aparecido Galdino Jacinto liderou um movimento de caráter messiânico contra a construção de uma barragem que desalojaria diversas famílias da região de Santa Fé do Sul em São Paulo. De acordo com reportagem de Ricardo Carvalho, na *Folha de S. Paulo* em 1979, Galdino, nos anos 1950, possuía uma pequena área em uma região de intensos conflitos fundiários. José de Souza Martins aponta que era uma espécie de guardacostas de Jofre Correia Neto, principal liderança da Revolta do Arranca Capim, no final dos anos 1950.

Posteriormente parece ter se tornado boiadeiro, viveu em Goiás e, quando voltou a sua região, tornou-se benzedor. Sua casa recebia muita gente em busca de benção e melhorias de saúde. Tornou-se, na sequência, pregador, exortando os camponeses da região a não pagar impostos, porque a terra era dom de Deus. Ficou preso por três meses em Santa Fé do Sul e, depois de liberto, voltou a benzer.

Nesse momento, circulou a notícia de que Rubineia, cidade próxima de Santa Fé, seria inundada. Galdino formou um “Exército da Salvação”, composto por 16 pessoas, duas mulheres, alguns menores, alguns idosos. Segundo José de Souza Martins, passou a condenar as barragens construídas no rio que separa São Paulo de Mato Grosso, porque tiravam a liberdade dos peixes, impedindo a piracema e a sua reprodução.

Segundo matéria de Ricardo Carvalho, na *Folha de S. Paulo* de 14 de janeiro de 1979, em 1º de dezembro de 1970 um destacamento de 17 homens o prendeu na capela onde rezava, bem como os que estavam com ele. Eles foram soltos depois, mas Galdino não. Perguntado sobre o que estava fazendo, respondeu que estava rezando. Segundo as palavras de Galdino, na matéria de Carvalho, “ele então me pegou pelo cabelo e saiu arrastando e juntou uns soldados, dando pancada, então o sargento trupicou e caiu, e eu caí por cima do sargento. Depois eles me puseram algema”.

Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ficou preso, segundo Martins, acusado de curandeirismo e prática ilegal da medicina. Foi defendido gratuitamente por um advogado local, doutor Alcides Silva, que apoiou sua defesa, como narra Martins, em estudos sociológicos sobre messianismo e milenarismo, em particular em casos ocorridos no Brasil. Galdino foi absolvido, mas o promotor apelou para a Justiça Militar, pois entendia que ele era subversivo. Foi transferido para São Paulo, como preso político, e aguardou a decisão da Justiça Militar. De acordo com Martins, o então delegado Fleury aconselhou os juízes a declararem Galdino louco, mandá-lo para o Manicômio Judiciário. Martins afirma que os juízes convocaram dois peritos do manicômio, que declararam Galdino esquizofrênico paranoide. Embora ele tivesse direito a uma contraperícia, isso não ocorreu.

Segundo Tavoraro, Galdino reconheceu a fotografia de vários militantes de esquerda desaparecidos como estando no manicômio junto com ele. Martins fez a denúncia do caso no final dos anos 1970, num grande ato público que tinha como tema os direitos humanos, organizado pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. O caso foi assumido pela Comissão de Justiça e Paz.

Depois de liberto, Galdino voltou para Santa Fé do Sul, onde o prefeito, do MDB, partido de oposição ao regime militar, deu-lhe o emprego de jardineiro da Prefeitura, para que pudesse sobreviver.

### 8.2. *OUTROS CASOS DE ASSASSINATOS E TORTURAS DE MILITANTES EM SÃO PAULO*

Dênis Casemiro. Trabalhador rural preso e transferido para o DOPS/SP, onde foi torturado. Executado, em 9 de agosto de 1971, próximo a Ubatuba, e enterrado como indigente no cemitério de Perus.<sup>96</sup>

Nestor Veras, membro da direção da Ultab e tesoureiro da Contag. Desapareceu em abril 1975, depois de ser preso, sob responsabilidade de forças policiais, em Belo Horizonte ou São Paulo.<sup>97</sup>

## 9. RIO GRANDE DO SUL

### 9.1. *ENCRUZILHADA NATALINO*<sup>98</sup>

Acampamento realizado no norte do RS (Alto Uruguai) no entroncamento das estradas para Passo Fundo e Sarandi, entre 1980 e 1983. Muitas famílias sem-terra que acamparam ali tinham ocupado, desde 1978, a reserva Caingangue de Nonoai, de onde foram expulsas. Outras vieram da ocupação das granjas Brilhante e Macali, entre 1978 e 1979. As negociações frustradas para a desocupação da Encruzilhada Natalino levaram o governo federal a buscar a intervenção do tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o “major Curió”, responsável pela repressão do projeto de guerrilha no Araguaia e o extermínio de todos os guerrilheiros, mesmo depois de rendidos pelo Exército. Curió estabeleceu barreiras policiais nos acessos à encruzilhada e passou a controlar a distribuição de alimentos entre os acampados, além de proibir a entrada de padres e religiosos, ameaçados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional e na Lei dos Estrangeiros (padre Fritzer e irmã Aurélia, europeus). Para convencer os colonos, “major Curió” chegou a pagar a quem desse depoimentos positivos quanto à vida nas colônias fora do estado – no caso, o projeto de colonização Lucas de Rio Verde, no Mato Grosso, para onde 130 famílias foram transferidas contra suas vontades.<sup>99</sup> Laudemir Zart revela que o executor do Incra na região, José Ferreira Soares, teria agido com “métodos autoritários, espalhando entre os assentados o medo e o terror, promovendo a desesperança através de práticas corruptas e violentas”.<sup>100</sup> Zart revela que,

do levantamento de 203 famílias que foram à região, apenas 14 permaneceram “com a área na qual foram inicialmente assentados” [...] chegamos lá e fomos muito explorados, a começar já pelo serviço de abrir o cerrado. [...] Não havia acordo e investimento. Então onde a gente poderia estruturar, comprar máquinas, trator [?]. (Alves)<sup>101</sup>

Vi coisas lá que a gente nem imagina. Muito gaúcho morrendo por causa da malária, principalmente crianças. (Zidério Biazus)<sup>102</sup>

Na encruzilhada Natalino, a saída da equipe federal estava prevista para agosto de 1981. Os colonos interceptaram comunicações entre o “major Curió” e o Conselho de Segurança Nacional (CSN) em Brasília (através da sintonização de rádios comuns em ondas curtas).<sup>103</sup> No dia 24 de agos-



to, deputados federais e estaduais de SC e RS, representantes da OAB e 137 padres e freiras dos dois estados emitiram uma nota em apoio aos acampados. Curió e sua equipe saíram no dia 31 de agosto, mas os colonos tinham outros problemas no acampamento. O *Boletim Sem-Terra* de 9 de fevereiro de 1982 noticia a falta de condições de saúde, principalmente para as crianças; as intimidações de forças policiais, como agressões da Brigada Militar, com cacetetes e bombas de gás lacrimogêneo, a homens, mulheres e crianças que esperavam ônibus na estrada.

Izidoro dos Santos, Salvador Pinheiro e João Marino de Oliveira, integrantes da Comissão Central dos acampados [...], acusaram o governo de ter aumentado as ameaças e a repressão através de dez “agentes secretos” que chegaram recentemente ao acampamento de Natalino. Os colonos contam que, além de ameaças a bala, estes agentes têm armado os ex-acampados, que agora estão no acampamento da Cemapa, há três quilômetros dali, como é o caso de Raul Vargas, visto várias vezes no bar da esquina Natalino exibindo um portentoso revólver. Estes “ex-colonos” são instruídos pelos “agentes do governo” para fazerem todo e qualquer tipo de provocação aos colonos que permanecem na Encruzilhada Natalino. (*Boletim dos Sem-Terra*, de 9 de fevereiro de 1982)

Vitória: a persistência dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino foi bem-sucedida, afinal. O processo de assentamento das famílias se deu após as eleições de 1983, por meio do governador Jair Soares, que substituíra Amaral de Souza. No final de setembro de 1983, “o Estado adquiriu um total de 1.870 hectares para assentar as famílias, a ser pago em 15 anos com três anos de carência”.<sup>104</sup>

## 9.2. VÍTIMAS DA REPRESSÃO NO RIO GRANDE DO SUL

João Machado dos Santos, o João Sem-Terra (RS). O líder camponês João Machado dos Santos, conhecido como João Sem-Terra, foi um dos fundadores do Movimento de Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul (Master), no começo dos anos 1960. Por suas atividades políticas, consideradas subversivas, João Sem-Terra foi perseguido por latifundiários e pela polícia. Em 1963, ele foi sequestrado e torturado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Seu depoimento revela as violências que sofreu:

Me prenderam, me levaram para o Dops, me botavam na cadeira elétrica, fios e agulhas elétricas nos olhos, nos órgãos genitais, no corpo todo, na garganta, nos ouvidos, nas unhas das mãos e dos pés. Pensei: “Será que sou tão bandido assim?”. E tinha um médico ali dizendo para eles onde prendia as agulhas, os lugares para não atingir mortalmente. Toda a vida tive um santo muito forte comigo e pedi a Deus que desse força para sair daquilo, se tivesse certo na minha filosofia política. Se eu tivesse errado, pra me deixar morrer. [Depoimento do filme *João Sem-Terra*, reproduzido no livro *João Sem-Terra, veredas de uma luta*]

Em outro momento da tortura, durante uma tentativa de enforcamento, ele se desesperou: “Eu disse: ‘Não, se vocês querem me matar, me matem logo, mas me enforcar? Eu não mereço isso, só porque sou a favor dos colonos e sou um deles também? O que é isso?’” [Idem].

Gaúcho, filho de um médio agricultor, João nunca se conformou com a exploração, fosse de trabalhadores do campo, fosse de garimpeiros. Semialfabetizado, ainda nos anos 1950 mobilizou colonos sem-terra do RS e organizou cooperativas.

No começo dos anos 1960, João comprou um pedaço de terra em São Francisco de Paula (RS) e criou um assentamento com 33 famílias de sem-terras, que logo foi alvo de pressões e violências de outro pretense proprietário das terras em conluio com a Polícia Militar, que tentou remover as famílias do local à força. As ações praticadas por jagunços e forças policiais envolveram inclusive o incêndio criminoso das casas dos trabalhadores. Já reconhecido por sua militância, o líder camponês ingressou no Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) e passou a integrar a direção em 1962.

Sua situação já era praticamente insustentável quando, em dezembro de 1963, ele viajou ao Rio de Janeiro para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), sabendo que não poderia voltar, pois estava sendo procurado por “atividades subversivas”. João Sem-Terra despediu-se da mulher e dos sete filhos e se exilou no interior de Goiás, vivendo clandestinamente com o nome de Moisés Manoel da Silva. Ali, engajou-se em lutas políticas e nos movimentos sociais, como dirigente da CUT e do PT. Constituiu nova família e teve mais quatro filhos. No RS, sua primeira família continuou a ser intimida, pressionada, interrogada, perseguida. Seu desaparecimento alimentou toda sorte de conjecturas: se estava vivo, morto, se havia se engajado na luta armada. João virou uma espécie de mito.

Em meados dos anos 1980 os filhos mais velhos de João Sem-Terra, depois de muito procurá-lo, buscaram ajuda no Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), em Porto Alegre. O MJDH contactou o jornalista Carlos Wagner, que fez a primeira reportagem sobre o assunto, em 1987, com o título “Por onde andaré João-Sem Terra?”. Em 1989, saiu o livro *A saga de João Sem-Terra*. Somente na década de 1990, ao tomar conhecimento do livro, João decidiu voltar ao Rio Grande do Sul e retomar verdadeira identidade. Reencontrou os filhos, mas o drama vivido pela família já havia deixado marcas.

Numa homenagem a João Sem-Terra, em 27 de janeiro de 2012, no lançamento do livro *Retrato da repressão política no campo*, durante o Fórum Social Temático, em Porto Alegre, João Altair, o sexto filho de João Machado dos Santos, relatou:

Eu tinha apenas quatro anos de idade quando meu pai teve que fugir. Por causa da repressão, era proibido de falar que era filho do João Sem-Terra, mas eu não entendia bem o porquê. [...] Pior do que passar necessidades era ouvir falar mal do meu pai e não poder fazer nada. A dor emocional é uma ferida que não passa. [...] Quando cresci, comecei a pesquisar o assunto e tinha muita vontade de conhecer meu pai, de saber se estava vivo ou não, de encontrá-lo de alguma forma. Foi muito emocionante quando descobrimos que ele estava vivo e hoje posso falar com orgulho do trabalho que ele procurou fazer. Se nós sofremos, imagino que ele deve ter sofrido muito mais por ter que abandonar a família. [...]

Silvano Soares dos Santos. Agricultor que participou da guerrilha organizada pelo MSR na região. Preso e detido no Batalhão de Fronteiras em Três Passos, em março de 1965, faleceu 15 dias depois, em 1965, sob responsabilidade do Exército.

Evaristo Alves da Silva, agricultor, militante do PTB; brizolista. Morreu no quartel do 1º Regimento de Cavalaria Motorizada de Santa Rosa, em 10 de abril de 1965.

Leopoldo Chiapetti, agricultor preso acusado de participar do Grupo dos Onze. Morto, em 21 de maio de 1965, em decorrência de torturas na prisão, a mando do coronel da Brigada Militar Gonçalves Curio de Carvalho, em Mariano do Morro.

Alvemar Moreira de Barros, chacareiro. Foi preso no dia 22 de março de 1970 e ficou detido no DEOPS/RS, onde morreu em abril de 1970. A versão oficial é de que teria se matado na prisão com uma lâmina de barbear.

Zelmo Bossa, agricultor, participou do Grupo dos Onze na região de Nonoai. Desaparecido em 1976 por responsabilidade de agente de Estado não identificado.<sup>105</sup>

Constâncio Soares, peão, torturado até a morte por causa de conflitos trabalhistas, pelo cabo da PM Adão Xisto e outros dois Policiais Militares, a mando do fazendeiro Odacyr Denardin. Morto em 3 de junho de 1980.

Djalma Natabon, lavrador assassinado, em 1º de abril de 1987, em Sarandi/Passo Fundo, em protesto contra a política agrária no estado.

## 10. RIO DE JANEIRO: CACHOEIRAS DE MACACU

O município de Cachoeiras de Macacu, interior do estado do Rio de Janeiro, foi palco de intensas disputas pela propriedade de terra, que remontam, pelo menos, à década de 1950 e chegam até a década de 1980. O distrito de São José da Boa Morte sobressai como cenário de três eventos que marcaram as lutas pela reforma agrária na região nos anos de 1961, 1963 e 1979. Em 1951, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INC) criou, na região, o Núcleo Colonial de Papucaia, que atraiu migrantes sem-terra. Mas, em 1961, as terras do INC foram confiscadas por pretensos proprietários, em manobras de fraudes cartoriais apoiadas pelo juiz local. Os grileiros despejaram os lavradores com violência, armados até de metralhadoras (arma que indica que contaram com a colaboração de agentes do Exército). Em 1963, os lavradores voltaram a ocupar a terra, e um juiz concedeu a eles a reintegração de posse. Depois do golpe de 1964, o governo mais uma vez despejou os colonos da terra. Em 1979 ocorreram novos conflitos, com prisões em massa, até que uma mobilização nacional pela reforma agrária conseguiu, do último governo militar, o reassentamento das famílias dos posseiros.

### 10.1. MORTOS E DESAPARECIDOS EM CACHOEIRA DO MACACU

Sebastião Gomes da Silva. Líder camponês de Papucaia fuzilado durante a prisão em abril de 1969 no Rio de Janeiro. Autoria: Estado do Rio de Janeiro.

Providências jurídicas: não se tem notícia.

Jaime de Brito. 1976. Posseiro, morador de Lagoinha, morto em 1976 ao negar-se a vender suas benfeitorias ao novo proprietário da área. Autor desconhecido, sem notícias de providências jurídicas.

Adilson da Silva Moura. Parceleiro do Incra, morador de Vecchi, assassinado em 19 de julho, a caminho de sua casa para a igreja, depois de ter ganho uma ação na Justiça contra um fazendeiro cujo gado invadia sua lavoura. Autor desconhecido, sem notícias de providências jurídicas.

Ordiney Acácio Araújo. 1979. Trabalhador rural, morador de Japuíba. Assassinado em pleno dia na fazenda Bacaxá, onde vivia há mais de 20 anos com outros parceiros e arrendatários. Os abusos patronais vinham aumentando até culminar na morte de Ordiney, em 29 de novembro de 1979. Autoria desconhecida, sem notícias de providências jurídicas.

Júlio Rita da Silva. 1979. Trabalhador rural, morador da fazenda Piedade, 1º. Distrito, município de Cachoeiras de Macacu, onde foi assassinado quando lutava pelo direito às suas benfeitorias. Autoria desconhecida, sem providências jurídicas.

Manoel Muniz. 1979. Morador do km 23 da estrada Rui-Friburgo, assassinado por autor desconhecido, sem notícias de providências jurídicas.

Cassimiro Soares. Ano de 1980. Administrador da fazenda Castelo, morto a pedradas na fazenda no dia 30 de maio. Autoria desconhecida, sem providências jurídicas.

Alcides Gonçalves. Ano de 1980. Rio de Janeiro. Pequeno proprietário, morador de Faraó, município de Cachoeiras de Macacu. Morto por jagunços, após discussão sobre questão de terras, em sua residência, em Faraó, em dezembro de 1980. Sem providências jurídicas.

Manoel Guilherme Gonçalves. 1980. Possheiro, morador de Quizanga. Disputava o direito à posse onde morava. Seu assassinato ocorreu após ter ganhado uma ação de manutenção de posse. Autoria: não se tem notícia. Providências jurídicas: não se tem notícia.

Valci Graça. 1980. Trabalhador rural, morador de Faraó, município de Cachoeiras de Macacu. A única informação que consta da bibliografia é que foi assassinado em dezembro. Providências jurídicas: não se tem notícia.

João Lourenço. 1981. Trabalhador assalariado, morador de estrada do Carmo, km 11, município de Cachoeiras de Macacu, assassinado após testemunhar em uma ação demarcatória no município de Cachoeiras de Macacu, em 7 de janeiro de 1981. Providências jurídicas: não se tem notícia.

Ademir Pereira. 1981. Trabalhador rural, morador de Areia Branca. Assassinado na fazenda Areia Branca, onde trabalhava, em 9 de junho de 1981, após uma reclamação trabalhista. Autoria: capangas (executores). Providências jurídicas: não se tem notícia.

Manoel Alexandre dos Santos. 1981. Trabalhador rural do km 14 da estrada do Carmo, município de Cachoeiras de Macacu. A única informação que consta da bibliografia é que foi assassinado em 1º de agosto. Sem notícia de providências jurídicas.

Félix Resende. 1981. Trabalhador assalariado há mais de 30 anos em Patis, morto em outubro, quando regressava do serviço para casa. Sem notícia de providências jurídicas.

Docilina Correa. 1981. Possseira, moradora de Boca do Mato. Era posseira há 40 anos e tinha uma ação de manutenção de posse contra a pretensa proprietária. Foi estrangulada antes do julgamento de uma ação de manutenção de posse. Autor desconhecido, sem notícias de providências jurídicas.

João Ouverney. 1981. Possheiro, residente na fazenda Granja Carijó. Assassinado em 1981, em Boca do Mato. A fazenda movia uma ação de despejo contra 16 posseiros. Morreu em razão dessa disputa. Autor desconhecido, sem notícia de providências jurídicas.

Jairo Passos Ferreira. 1981. Tratorista da fazenda São Barnabé assassinado por capangas de propriedade limítrofe, em conflito por questões de cerca. Autoria: capangas (executores). Providências jurídicas: não se tem notícia.

Juvenal do Espírito Santo. 1982. Trabalhador rural da localidade de Faraó. Foi morto em uma disputa entre herdeiros pela propriedade da terra em 6 de fevereiro. Autoria: não se tem notícia. Providências jurídicas: não se tem notícia.

Agostinho Rodrigues de Souza. 1982. Trabalhador rural de Cachoeiras do Macacu. Foi morto na Gleba Soarinho, fazenda São José da Boa Morte. Teve sua casa invadida pelo grileiro que queria vender sua posse no Soarinho, no dia 18 de fevereiro. Os jagunços o retiraram, então, de sua residência e o mataram com 18 facadas e 6 tiros. Autoria: pistoleiros (executores). Providências jurídicas: não se tem notícia.

Manoel Cunha Ferraz. 1978. Trabalhador assalariado, da fazenda Funchal, município de Cachoeiras de Macacu. Foi sequestrado em junho de 1978, na época de sua aposentadoria, e encontra-se desaparecido. Autoria: não se tem notícia. Providências jurídicas: não se tem notícia.

José Pureza da Silva. Líder sindical perseguido, preso e torturado após o fechamento dos sindicatos de trabalhadores rurais que se seguiu ao golpe de 1964. Alagoano, chegou a Xerém, na Baixada Fluminense, em 1947; em 1949, criou o primeiro embrião da ALF (Associação dos Lavradores Fluminenses), que em 1959 resultou na Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj); integrou a luta pela terra na Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960. Com a prisão de lideranças ligadas a ele, como Bráulio Rodrigues e Manoel Ferreira Lima, Pureza foi integrar o movimento camponês no Nordeste, onde foi capturado por agentes do regime militar, preso e torturado entre 1973 e 1975. No mesmo ano foi capturada sua companheira, Josefa Paulino da Silva Pureza. Zé Pureza morreu em 1983 em decorrência de problemas cardíacos agravados pela tortura.

## 11. ACRE E AMAZÔNIA: “OS POVOS DA FLORESTA”

A expressão “povos da floresta” designa os habitantes tradicionais da Floresta Amazônica, cujo sustento se baseia na extração de produtos como a borracha, a castanha, a batata, óleos vegetais etc., e que enfrentaram conflitos diversos em função dos projetos de ocupação da Amazônia dos governos federais ao longo do século XX, de Getúlio Vargas até os militares – como o caso do Plano de Valorização da Amazônia. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi criada em 1966, dois anos após o golpe civil-militar de 1964, para incentivar atividades lucrativas como a pecuária, além de promover com incentivos fiscais os investimentos de capital nacional, estrangeiro e de ação.<sup>106</sup> O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que foi fundado em 1969, agiu em parceria com a Sudam na supervisão da execução de projetos, nos programas de infraestrutura, na liberação de recursos por meio do Banco da Amazônia S.A. (Basa), no estímulo à pecuária, entre outros. Por fim, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) foi criado em 1980, com

a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no sudeste do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, nas áreas de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins.<sup>107</sup>

A despeito de suas atribuições, o grupo executivo foi acusado de privilegiar a posse de grandes fazendeiros militares e civis na região.

O Plano de Integração Nacional (PIN), anunciado em 1970 pelo general Emílio Garrastazu Médici, previa a abertura de estradas ligando as regiões centrais do Brasil à região amazônica, e esta ao Nordeste – o projeto de “terra sem homens para homens sem-terra” –, tentativa também de reduzir a tensão no campo em áreas marcadas pelo conflito por terras. A Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a BR 364, porém, trouxeram mudanças irreparáveis aos povos já instalados naquela região. Os anos da ditadura militar testemunharam consequências arrasadoras aos povos da floresta, que sofreram a violência e o desmatamento como a outra face do modelo de desenvolvimento e integração levado a cabo pelos militares. A reação dos “povos da floresta” foi duramente reprimida pelos militares, e enfrentada com extrema violência pelos capangas dos novos empresários e fazendeiros ocupantes daquelas terras.

## 11.1. “POVOS DA FLORESTA” – MORTOS E DESAPARECIDOS (1994-1988)

Wilson de Souza Pinheiro (Acre – 1980). “Primeiro líder dos povos da floresta”, assassinado aos 47 anos, deixando esposa e oito órfãos. Organizou e por duas vezes presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Basileia, com forte apoio das Comunidades Eclesiais de Base e da CPT. Foi um dos grandes articuladores da prática de resistência política chamada *Empate*, em que seringueiros e suas famílias se colocavam entre as árvores e as máquinas para impedir a ação de motosserras e tratores. Comandou o “mutirão contra a jagunçada”, quando cerca de 300 sindicalistas de Boca do Acre enfrentaram jagunços que ameaçavam posseiros locais, tomaram suas armas e as entregaram ao Exército, despertando o ódio de setores próximos ao latifúndio. Ameaças de morte foram feitas contra Wilson, como a do seringalista Guilherme Lopes perante uma plateia de fazendeiros, representantes do Incra, da Emater e do Banco da Amazônia. Ou o capataz da fazenda Nova Promissão, Nilo Sérgio de Oliveira, que disse haver comprado um revólver para matar o líder sindical. Pouco antes de ser assassinado, Wilson comentou com alguns companheiros: “Se me acontecer alguma coisa, podem estar certos de que partiu do Nilão”. Nilo Sérgio e “Narciso”, de Boca do Acre, pagaram cerca de \$600 mil para os pistoleiros José Antônio Prado e Manoel Pereira dos Santos executarem o sindicalista na noite de 21 de junho de 1980, na sede do sindicato. Seu assassinato gerou uma onda de protestos e seu enterro reuniu cerca de 1.500 pessoas. Uma semana depois da morte de Wilson, no dia 27 de julho, Nilo Sérgio de Oliveira foi morto por um grupo de trabalhadores. Os outros executores, Manoel Pereira dos Santos e José Antonio do Prado, que receberam \$600 mil do capataz da fazenda Promissão e de um fazendeiro da Boca do Acre (Narciso) para matá-lo, foram identificados em 1984.

Condições da morte: Wilson foi assassinado a tiros, às 20h30 do 21 de julho de 1980. Autoria: José Antônio Prado (Paraguaio) e Manoel Pereira dos Santos (Manoelzinho). Mandante: Nilo Sérgio de Oliveira (Nilão) e Narciso. Não há notícia de providências pelo Estado, nem para proteger Wilson das ameaças nem para apurar o crime.

Jesus Matias de Araújo. 1983. Dirigente sindical, assassinado em Basileia em 2 de dezembro de 1983 por Manoel Pereira dos Santos, um dos assassinos de Wilson Pinheiro, a mando supostamente de fazendeiros que planejavam um grande desmatamento de seringueiras e castanheiras na região, ação que a entidade sindical vinha impedindo. Um irmão da vítima passou três vezes na Delegacia para registrar queixas de ameaças de morte contra Jesus; o delegado não lhe deu atenção. O assassino primeiro o distraiu, depois lhe disparou um tiro na nuca e mais dois no rosto. A polícia foi acionada para perseguir Manoelzinho, mas não conseguiu prendê-lo.

Providências jurídicas: o então governador do Acre, Nabor Júnior, acionou seu secretário de Segurança do Estado, Antônio Guedes, para que tomasse as providências cabíveis. A Secretaria destacou o bacharel Fausto Costa e Silva como delegado especial, para presidir o inquérito. O secretário afirmou ter ouvido três pessoas ligadas ao Sindicato Rural de Basileia e o fazendeiro Crispim dos Santos, que nada revelou sobre o paradeiro de Manoelzinho.

Raimundo Paulino de Souza. 1984. Seringueiro. Assassinado em 19 de julho de 1984. Trabalhava na colocação Mangueira, seringal Água Preta, em Rio Branco. Tinha 42 anos e era pai de seis filhos. Morto por policiais em uma emboscada em sua casa. Depois os policiais ameaçaram colocar fogo na casa onde estavam sua esposa e filhos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco enviara dois ofícios para a Secretaria de Segurança, pedindo providências contra as arbitrariedades já cometidas pela polícia.

Autoria: policiais da Delegacia de Rio Branco. Mandante: André José de Oliveira. Sem notícia de providências jurídicas.



Messias Gomes da Silva. 1985. Seringueiro, pai de seis filhos. Assassinado em 9 de dezembro de 1985. Trabalhava no seringal São João, em Cruzeiro do Sul. Pode ter sido morto em Cruzeiro do Sul (Acre) ou na vizinha Ipixuna (Amazonas). Causa do crime: recusa a vender sua produção de borracha pelo preço estipulado pelo patrão, entre \$6.000,00 e \$8.000,00/quilo, enquanto a Superintendência da Borracha – Sudhevea tabelava o produto a \$12.000,00/quilo. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul, Pedro Correa, e José Saraiva, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre, denunciaram, por meio de ofício enviado ao então ministro, Fernando Lyra, que havia uma lista de seringueiros a serem executados. Em 3 de janeiro de 1986, o capataz do seringal, Demétrio Jorge Assis, foi morto. Forte repressão policial abateu-se sobre os seringueiros. Plínio Tavares e José Soares, acusados de executar o capataz, foram brutalmente torturados. Messias foi assassinado pelo capataz do seringal, Demétrio Jorge de Assis. Não há notícia de providências jurídicas, fora o ofício enviado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acre.

Francisco Alves Barroso, “Chico Barroso”. 1986. Seringueiro. Assassinado em 28 de agosto de 1986, aos 33 anos. Trabalhava na colocação Grutinha, seringal Nova Empresa, no município de Rio Branco. Era acusado por Carlos Alberto Lopes, o “Carlito”, de haver roubado “um burro bravo com uma carga de borracha”. O conflito no seringal Nova Empresa teve início em dezembro de 1984, quando agentes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Polícia Florestal obrigaram os posseiros a assinarem multas sob pretexto de desmatamento. O conflito prosseguiu e o capataz da fazenda, Milton Inácio Camargo, foi morto em uma emboscada no dia 21 de junho de 1985. Em 1986, os posseiros continuaram sendo ameaçados por pistoleiros que, a mando de “Carlito”, foram aos locais do seringal fazer ameaças e proibir desmatamentos, que ocorriam por necessidade dos posseiros de fazer seus roçados. Condições da morte: Francisco foi morto após ter sido preso, arbitrariamente, pelo policial Albion Gomes de Almeida. O policial alegou que Francisco faleceu de mal súbito, mas o laudo médico indicou sinais de tortura, nuca deslocada e afogamento. O policial também ameaçou a família de morte, caso insistissem em esclarecer o caso. Mandante: Carlos Alberto Lopes, “Carlito”. Não há notícia de providências jurídicas.

Francisco Alves Mendes Filho, “Chico Mendes”. 1988. Seringalista, líder sindical, ambientalista, casado, dois filhos. Participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia em 1975, ao lado de Wilson Pinheiro. Em 1977, foi eleito vereador em Xapuri pelo MDB e ajudou a criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Passou a receber ameaças de morte. Em 1979, foi interrogado pela polícia por incitar o debate entre lideranças sindicais, populares e religiosas. Ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores no Acre e saiu candidato a deputado estadual e prefeito de Xapuri pelo PT. Em 1985 organizou o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, no qual se formula a ideia das reservas extrativistas, para resguardar os direitos dos seringueiros sobre a floresta. No final da década de 1980, a luta pela preservação da Amazônia e pelos direitos dos “povos da floresta” ganha destaque nacional e internacional. Chico Mendes torna-se símbolo da causa. Em 1987 recebe o prêmio Global 500 da ONU. Após a desapropriação do seringal Cachoeira, em Xapuri, pertencente à Darly Alves da Silva, as ameaças a Chico Mendes tornam-se constantes e, na noite de 22 de dezembro de 1988, o líder dos seringueiros é assassinado com um tiro no peito em frente a sua casa. Autoria: o fazendeiro Darly Alves da Silva e seu filho, Darci Alves Pereira. Em 1990 os assassinos de Chico Mendes foram julgados e condenados a 19 anos de prisão. Em 2008, por decisão do Ministério da Justiça, Chico Mendes foi anistiado em todos os processos de subversão, e sua esposa, Ilzamar Mendes, indenizada.

## 12. CEARÁ – O CONFLITO DA FAZENDA JAPUARA (CE)

A violência sofrida pelos moradores da fazenda Japuara, no município de Canindé, no Ceará, revela o endurecimento da repressão do regime militar no meio rural, com apoio das Polícias Estaduais em aliança com latifundiários locais. As violências praticadas pelo novo proprietário da fazenda contra os moradores começaram no final dos anos 1960 e se intensificaram no início dos anos 1970. Os principais confrontos, conhecidos como a Chacina de Japuara, ocorreram em dois momentos no dia 2 de janeiro de 1971, conforme testemunho do camponês Francisco Blandes de Sousa Barros, em seu livro *Japuara, um relato das entranhas do conflito*.

O conflito começou com a venda da propriedade, em 1968, a Julio Cesar Campos. O primeiro dono da área, Anastácio Braga Barroso, havia arrendado a terra a seu sócio, Firmino da Silva Amorim, que deixou-a sob a administração de Pio Nogueira. Ao colocar a propriedade à venda, a herdeira, Hebe Braga Barroso, assumiu o compromisso de dar prioridade ao antigo ocupante. Mas descumpriu o acordo verbal, vendendo a área a outro interessado. O ocupante entrou na Justiça com uma ação preferencial de compra e outra exigindo indenização pelas benfeitorias. O novo proprietário solicitou imissão de posse e ganhou a questão. Em 1969, foi expedido o mandado contra o ocupante e contra os moradores-parceiros. A ação atingiu 59 trabalhadores rurais e suas famílias. O mandado judicial concedia 24 horas para que deixassem a área. Um advogado designado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) dedicou-se à causa dos moradores, obtendo uma decisão favorável que sustou a ação de despejo.

Em 2 de janeiro de 1971 ocorreram os dois confrontos mais graves. No primeiro, houve uma tentativa de despejar os moradores à força. O latifundiário Júlio Cesar Campos contratou homens que trabalhavam nas frentes de emergência da seca para destelhar as casas e destruir as benfeitorias. No mesmo dia, um subdelegado acompanhado de policiais militares invadiu a fazenda, havendo resistência dos moradores, que se defendiam com foices, facões e outros instrumentos de trabalho.

O confronto deixou quatro mortos e vários feridos. Os líderes camponeses se esconderam na mata. As mulheres e filhos enfrentaram espancamentos, humilhações e perseguições. Um dos casos foram os maus-tratos sofridos pelo menino Francisco de Souza Barros, de nove anos, registrados no livro *Brasil: nunca mais* (1985, p. 43): interrogado pela polícia sobre onde estava seu pai, ele foi sequestrado e obrigado a carregar armas pesadas mata adentro, ficando com graves sequelas emocionais. O grupo formado por Francisco Nogueira Barros, o Pio; seu filho, Francisco Blandes de Sousa Barros; Joaquim Abreu; Alfredo Ramos Fernandes, o Alfredo 21; Antônio Soares Mariano, o Antônio Mundoca; e Luís Mariano da Silva, o Luís Mundoca, ficou vários dias na mata. Ao ser resgatado, ficou preso por cerca de um mês em uma unidade do Corpo de Bombeiros, quando se iniciou o Inquérito Policial Militar (IPM). Depois, o caso foi remetido à Justiça comum. Dez trabalhadores foram indiciados como implicados nas mortes de um carreteiro, de um soldado e do subdelegado. Ninguém foi indiciado pela morte de um morador da fazenda.

Dias depois, a Fetraece encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Temendo que o episódio estimulasse novas ações de resistência na região, o presidente da República assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício de 39 famílias. Entretanto, em 1978, o próprio assessor jurídico da Fetraece, Lindolfo Cordeiro, foi preso pelo governo militar e assassinado ao sair da prisão, a mando de latifundiários.

### 12.1. OUTRAS VÍTIMAS NO CEARÁ

Vicente Pompeu da Silva (CE), ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) e militante do PCB no Ceará, esteve à frente de importantes lutas dos trabalhadores rurais do estado, foi preso várias vezes, torturado e, como disse, “seviciado” durante o regime militar. Entre 1954 e 1963 fundou, com outros companheiros, 29 associações de trabalhadores rurais no Ceará, foi presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, mais tarde transformada em sindicato, do qual foi o primeiro presidente, em 1962. Depois, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará.

Em 3 de abril de 1964, Vicente Pompeu ocupava a presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, quando foi preso ao voltar do roçado com um saco de milho nas costas para alimentar seus oito filhos. Nesta primeira prisão, Pompeu foi mantido incomunicável durante 30 dias numa cela no subsolo de um prédio da Polícia Federal. Depois, foi conduzido ao 23º Batalhão de Caçadores.

Em entrevistas ao livro *Retrato da repressão política no campo*, Pompeu contou que, depois de uma de suas prisões, ao ganhar a liberdade, já não encontrou mais nada da sede da federação dos trabalhadores rurais que ficava no bairro Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. O prédio havia sido demolido nos primeiros dias do novo regime. Os documentos que estavam na sede da entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque ele, por precaução, tinha enterrado 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho. Ao deixar a prisão, desenterrou o material e encaminhou essa documentação à DRT. Pompeu ainda foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza, mas seria obrigado a renunciar pela DRT. Um interventor assumiu o comando do sindicato por três meses, e a sede, que ficava na Granja Portugal, também foi derrubada.

Militante histórico do PCB, Pompeu foi convidado a ir à União Soviética pelo partido entre 1967 e 1968, onde fez cursos de formação política. Uma palestra na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza foi o pretexto para uma nova prisão em abril de 1974, quando foi levado para a Polícia Federal, sob a acusação de ser “comunista”. Dali em diante, viveria a mais dura experiência de sua vida. Foi colocado num avião da base aérea, “algemado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das poltronas”. Depois de três horas de voo, o avião aterrissou na mata. Ele e outros quatro presos – dois homens e duas mulheres – desceram do avião, ainda encapuzados. Foram jogados na parte traseira de uma caminhoneta e cobertos por uma lona. Foram levados ao quartel do Exército, em Pernambuco. Ali, foram colocados nus numa pequena cela, no chão frio.

Às duas e meia da manhã aparecia um “fardado” para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar um capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório –, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue escorria dos joelhos e dos cotovelos.

Quando já estavam ensanguentados, eram pendurados em paus de arara. Mas as formas de martírio eram diversas. Numa noite de chuva, foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas de baixo de um pé de manga. Ficou ali dependurado durante dez dias – quatro deles sem comer nem beber. O terrorismo psicológico ainda envolvia comentários sobre outro preso que teria sido enterrado ali mesmo.

Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, foi libertado do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. Do lado de fora da prisão, passaria ainda por outras formas de sofrimento. Sem emprego e sem fonte de renda, com a saúde maltratada, teve de enfrentar outras humilhações e dificuldades para retomar o curso da vida. Nos seus últimos anos, pôde ser beneficiado com a Lei da Anistia.

### **C) TERRORISMO PATRONAL NA REDEMOCRATIZAÇÃO: A UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA**

No período de 1985 a 1988, houve um aumento do número de mortes no campo em alguns estados. Ostentação da violência dos proprietários durante votação da reforma agrária na Constituinte de 1988. Agentes civis armados, protegidos ou “autorizados” pelo Estado: criação da UDR. Importante apontar que o governo federal, no processo de reconquista da democracia no Brasil, autorizou ou no mínimo consentiu com a formação de um grupo armado, com o objetivo explícito de extermínio de trabalhadores rurais, composto por fazendeiros de Goiás, sul do Pará e Bahia (verificar este último).

Ao final da ditadura militar, as entidades patronais rurais voltaram a disputar a hegemonia sobre a representação dos interesses das elites agrárias. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em 1985, ano inicial do mandato do presidente José Sarney, primeiro civil a ocupar o cargo após 20 anos de ditadura civil-militar, catalisou as disputas entre essas entidades. Como consequência, uma nova organização das elites agrárias tomou a frente no cenário nacional: a União Democrática Ruralista (UDR).

Liderada pelo médico Ronaldo Caiado, de tradicional família de fazendeiros e políticos de Goiás, e pelo pecuarista Plínio Junqueira Júnior, a UDR foi criada nesse estado a partir da movimentação dos grandes proprietários da região em oposição ao PNRA. Tinham como objetivo inicial prestar auxílio legal a seus associados para evitar a desapropriação de seus imóveis, pela nova legislação. No entanto, a versão divulgada pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais dá conta de atividades muito distintas. Eles denunciam o envolvimento de seus sócios com “compra de armas e a formação de milícias privadas para enfrentar, violentamente, as ‘invasões’ de terra”,<sup>108</sup> estratégia adotada pelos trabalhadores rurais após a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Rapidamente a UDR espalhou-se por diversas regiões do país. Contava com uma aguerrida militância que, sob a liderança de Ronaldo Caiado, organizou manifestações como marchas e ocupações de fazendas visadas por trabalhadores sem-terra. Seus quadros atuaram firmemente durante a Assembleia Nacional Constituinte. Todas essas ações atraíram a atenção da mídia. Em 1989, Ronaldo Caiado chegou a disputar com candidatos de extensa participação política, como Mário Covas e Ulysses Guimarães, as primeiras eleições diretas para a presidência da República. Entre esses candidatos, estava Leonel Brizola, um dos mais radicais defensores da reforma agrária, durante o governo João Goulart. Passados 25 anos, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e a efetivação de uma justiça social permaneciam como promessa irrealizada na pauta política do dia.

### **D) ASSASSINATOS DE ADVOGADOS DE CAMPONESES, SINDICALISTAS E MEMBROS DA IGREJA**

Paulo Roberto Pinto, o Jeremias. Nascido em Minas Gerais em 22 de setembro de 1940, filho de uma família que tinha profunda simpatia pelo socialismo e cujo patriarca era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desde jovem Jeremias demonstrou pendor para a defesa dos trabalhadores.

Em 1952 filiou-se ao pequeno Partido Operário Revolucionário. A partir do início dos anos 1960, o POR-T procurou posicionar-se em apoio aos trabalhadores rurais e deslocou seus militantes para atuarem no Nordeste, sobretudo em Pernambuco. Em 1961, aos 21 anos, Jeremias foi eleito para o Comitê Central do POR-T e depois para integrar seu *bureau* político. Em novembro de 1961, Jeremias participou, a convite da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais, em Belo Horizonte, onde fez contato com Francisco Julião, Joel Câmara e outros militantes das Ligas Camponesas. Deslocou-se então para Itambé, município estratégico entre Recife e João Pessoa, para ajudar na organização sindical dos trabalhadores rurais da região. Ali também trabalhou para consolidar os “Conselhos Camponeses”, inspirados nas “comissões de fábrica” de São Paulo, para impedir que a militância fosse cooptada. Segundo o relato de um militante do POR-T, Aybirê Ferreira de Sá, deslocado para Itambé após o assassinato de Jeremias.

Jeremias aplicou métodos de luta revolucionários e mudou toda a concepção da organização sindical onde atuou. Não só impediu a formação de uma burocracia na região, como deu ao sindicato um caráter revolucionário. Desse modo, no lugar dos delegados sindicais, ele organizava Conselhos Camponeses, eleitos diretamente pelos trabalhadores. Os integrantes desses conselhos não tinham salários especiais nem se afastavam da produção, e eram proporcionais à quantidade de camponeses de cada engenho.<sup>109</sup>

Nas greves que organizou, Jeremias conseguiu que todos os trabalhadores dos engenhos do município paralisassem o trabalho ao mesmo tempo. Sua atuação despertou a admiração entre os trabalhadores rurais e o ódio entre os latifundiários da região. Nesta situação de pressão e violência agravada no campo, Jeremias foi preso em Itambé, em 1963, e levado para a Delegacia Auxiliar, em Recife, a pedido de políticos e latifundiários locais, sem acusações formais. Foi libertado após quatro dias, mas sua prisão inaugurou a contagem regressiva para sua morte e para o fim da presença do POR-T em Itambé.

A aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em junho de 1963, encontrou resistência no interior de Pernambuco. Em agosto a situação social no campo do estado se agravou. As greves se alastraram em todos os engenhos da Mata Sul e as lideranças sindicais rurais se tornaram alvos dos descontentes.

Em 8 de agosto de 1963, próximo ao engenho Oriente, na Mata Norte, Jeremias reivindicava o cumprimento e o pagamento do 13º salário, previsto pelo novo Estatuto, junto a um grupo de trabalhadores rurais. O dono do engenho, José Borba, diante da manifestação, convidou todos os agricultores a receberem seus pagamentos em sua propriedade. Era uma emboscada. Ao chegar ao local, Jeremias foi assassinado, a tiros de rifle, por José Borba e outros comparsas fortemente armados. Outros 15 trabalhadores rurais ficaram feridos na chacina.

João Carlos Batista. Nasceu em Votuporanga, interior de São Paulo, em 19 de novembro de 1952, filho de pequenos agricultores paulistas que decidiram mudar-se para a Paragominas, no Pará, atraídos por promessas de terra farta para plantio e criação. Seus irmãos eram Vera Lúcia e Pedro César. Em dezembro de 1965, a família se instalou no Norte do país.

João Batista parou de estudar aos 13 anos para ajudar o pai no serviço braçal. Trabalhou como vaqueiro em fazendas do interior paraense até a família comprar sua própria propriedade, a 20 km de Paragominas, nas margens da Rodovia Belém-Brasília, cujo crescimento acelerado desencadeou diversos conflitos entre grandes e pequenos proprietários de terras. Desde cedo, João Batista conviveu com a violência agrária, com a força e a impunidade do latifúndio.

Em 1975, já vivendo em Belém e encorajado pela trajetória da irmã, João Batista ingressou no curso de Direito do Centro de Ensino Superior do Pará (Cesep). Casou-se com Elisenda Libonatti, com quem teve dois filhos, Márcia Maria e João Leonardo. Dois anos depois divorciou-se e foi viver com Sandra Caminha, militante do Movimento Estudantil (ME), que adotou o sobrenome Batista após a morte dele, em 1988. O casal teve três filhos, Renata Maria, Dina Maria e João Carlos.



Na universidade, João Batista foi representante de classe durante toda a graduação e participou de grupos de estudos baseados em livros proibidos pelos governos militares. Em 1977, organizou o Diretório Acadêmico do Cesep e foi eleito seu primeiro presidente. Já nesse período de estudante, João Batista recebia visitas periódicas de polícias em sua casa em busca de material “subversivo”.

A partir do Movimento Estudantil, Batista ingressou na juventude do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1978, e participou do III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), quando eleito para integrar a Comissão Nacional Pró-UNE. Integrou também a direção estadual do MR-8 no Pará, do qual divergiu na década de 1980. Em 1981, deixou o ME e assumiu a primeira secretaria da Comissão Executiva Estadual do PMDB, consolidando sua liderança no estado. Ainda nesse ano, Batista fundou a Vanguarda Revolucionária 12 de Outubro (VR-12), organização de caráter leninista, que atuou contra militares e latifundiários e a favor da redemocratização do país.

Candidatou-se a deputado estadual nas eleições de 1982, com apoio de lideranças populares rurais, urbanas e também estudantis, mas não foi eleito. Nessa ocasião, envolveu-se com oposições sindicais de trabalhadores rurais e posseiros da Rodovia Belém-Brasília e passou a defender a reforma agrária.

Por sua atuação política, Batista foi nomeado para a coordenadoria da Defensoria Pública do Pará, feita pelo procurador-geral do Estado, senhor Benedito Monteiro, em 1984. Nesse cargo, Batista pôde alargar sua rede de influência no meio sindical camponês e proclamar sua luta contra o poder dos latifundiários. A pressão contra Batista era tamanha que o prefeito de Paragominas, Evandro Couto Moreira, enviou pedido formal ao secretário de Agricultura do Pará para que ele tomasse “as devidas providências com referência aos abusos do doutor João Carlos Batista, que está insuflando e incentivando os trabalhadores rurais à invasão de terras particulares”.<sup>110</sup> Batista foi exonerado do cargo por pressão dos latifundiários no fim de 1985. Neste ano e no ano seguinte, sofreu duas tentativas de homicídio. A família crê que ambos os atentados tenham sido provocados pelo fazendeiro Antônio Manoel Piqueira, com a conivência de autoridades do Executivo.

Em 1986, Batista voltou a candidatar-se para deputado estadual do Pará pelo PMDB. Sua campanha em defesa da reforma agrária foi repleta de dificuldades. O financiamento era difícil e o candidato sofria constantes ameaças de morte, mas tinha apoio dos trabalhadores rurais sem-terra, dos posseiros, dos pequenos proprietários rurais, dos estudantes de escolas públicas e de outros segmentos populares. Dessa vez, Batista elegeu-se deputado estadual com 8.311 votos. No ato da diplomação, defendeu a reforma agrária no Pará e denunciou as irregularidades eleitorais no estado.

Em sua gestão, Batista enfrentou o conservadorismo dos membros do PMDB e as constantes ameaças da União Democrática Ruralista (UDR). Fez vários discursos denunciando a violência no campo contra os posseiros, a falta de assistência técnica aos menos favorecidos e a escassez de financiamentos para o campo. Fez várias acusações de subserviência do governo do Estado aos latifundiários. Em seu mandato, Batista exerceu a presidência da Comissão de Terras e foi membro das Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos. Os sucessivos embates com o PMDB obrigaram Batista a sair do partido e filiar-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) em outubro de 1987.

Na nova sigla, Batista enfrentou conflitos políticos e ideológicos, e a direção do partido chegou a publicar notas contra o deputado. No fim de 1988, o descontentamento da elite paraense era alarmante e as ameaças cada vez mais assíduas. Em discurso no dia 6 de dezembro deste mesmo ano, em tribuna, Batista denunciou ameaças contra sua vida:

Recentemente, em Paragominas, fui ameaçado de morte, abertamente, por dois oficiais da PM, se não me engano capitão Lameira e major Magela. Este major Magela disse [...], no meio de centenas de pessoas, que queria fuzilar o deputado João Carlos Batista por



ser terrorista, por ser agitador, por ser comunista e subversivo. [...] Este é um apelo que quero fazer ao ilustre relator, deputado Wandenkolk Gonçalves; inclusive quero acreditar que também poderia reconsiderar democraticamente o seu parecer, considerando que o nosso estado é um estado violento, é um estado cheio de agressões, cheio de injustiças. [...] O deputado sabe em Itaituba o quanto fui ameaçado. [...] É lógico que os deputados do governo não vão ser agredidos por PM, mas somos deputados de oposição, [...] minoritários neste estado e, principalmente, um deputado socialista, porque também sou um deputado socialista e considerado de esquerda – e sou de esquerda realmente –, consequentemente ficamos numa situação de insegurança, de intranquilidade.

Três horas após deixar o Prédio da Cabanagem, onde havia feito este discurso, Batista foi assassinado com um tiro na cabeça, na frente de sua esposa e de três de seus cinco filhos, no centro de Belém. Um dos pistoleiros acusados de matar Batista, Roberto Cirino, foi morto antes de ir a julgamento, em 1989. O outro, Péricles Moreira, cumpriu pena e estava em liberdade condicional, em 2010, quando também foi executado. Os mandantes do crime foram identificados como sendo Josiel Rodrigues Martins, Jeová Campos e Oscar Ferreira, mas muitos outros permanecem não identificados como financiadores da morte de Batista. Os mandantes permanecem sem julgamento e a família acusa o governo do Estado de descaso e conivência com o assassinato do parlamentar.<sup>111</sup>

No dia 9 de novembro de 1988 João Batista mandou um telex ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, pedindo segurança. Nada foi feito, embora Batista fosse deputado. O major Majela e o capitão Lameira o ameaçaram de morte dois dias antes, ele fez um discurso de denúncia na Assembleia Legislativa do Pará, que na época elaborava um regimento para a Constituinte Estadual. Batista falou do risco que sofriam os parlamentares comprometidos com o povo. Falou às 17h e foi morto às 20h.

Além do Rubens Paiva, só João Batista foi um deputado assassinado. E foi ameaçado antes, houve atentados, denúncias – sem que nada tivesse sido feito.

O relator da CPI da violência no campo, do início da década de 1990, é o deputado federal (hoje) Arnaldo Jordi.

Havia uma lista de 20 homens marcados para morrer, feita em 1984. Incluía o João Batista, o Paulo Fonteles, o Canuto etc. (Obs.: todos estes foram mortos).

Há um discurso de Paulo Fonteles (pai), na Assembleia Legislativa do Pará em novembro de 1984, e também uma denúncia dessa lista no jornal *O Liberal*, do Pará, de 14 de novembro de 1984. Foram 123 assassinatos no Pará em 1984. Em 1985, depois da criação da UDR, o número pulou para 222, sendo 70 pessoas só em Paragominas.

A UDR só não matou, dessa lista, 3 pessoas: Reni Moura, de Paragominas; Ademir Andrade, de Belém, que foi senador; e Socorro Gomes, do PCdoB, que foi deputada federal, presidente da Comissão Brasileira pela Paz em Genebra.

Eu saí do Pará para não morrer. A CPI da Violência no Campo do Congresso Nacional, de 1996 (ano aproximado), listou os mortos no campo. Dezoito deles são meus amigos. Entre 1964 e 2007 foram 2.187 assassinatos no campo, e menos de 20 julgamentos. Entre 1964 e 1990 foram 1.603 assassinatos. Não tem nem dez pistoleiros presos. E nenhum mandante. No caso do João Batista, os mandantes nem foram citados no processo.

Os pistoleiros vinham do Piauí e de Goiás.

Em Goiânia os contatos aconteciam no Café Central, um ponto de encontro conhecido. Em Imperatriz, um português de nome João Manoel tinha ligação com um quartel do Exército que passava armas para ele. João Manoel e o irmão eram ex-agentes da PID em Portugal, fugiram da Revolução dos Cravos e vieram para cá ser comerciantes de armas.

Ronaldo Caiado conseguia armas no Paraguai, na época do Alfredo Stroesser.

Em Itaituba, no Pará, houve assassinatos de garimpeiros. Wirlandi Freire, dono do Garimpo, tinha apoio do Exército.

Josiel Martim, em Capanema (perto de Belém), era um assaltante de caminhões ligado a Jáder Barbalho.

Em Imperatriz, Davi Alves de Lima era ligado ao Sarney.

Paulo César Fonteles. Nasceu em Belém do Pará, em 11 de fevereiro de 1949. Recebeu da família as primeiras lições de sua formação política. Seus pais, Benedito Osvaldo R. de Lima e Cordolina Fonteles de Lima, foram filiados ao Partido Comunista (PCB). Inculcaram no jovem Paulo o senso de justiça e liberdade. Seus primeiros contatos com a militância ocorreram quando, ainda estudante, ligou-se à Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Seu ingresso na vida pública ocorreu ao liderar manifestações estudantis contra a ditadura civil-militar, em 1968. Em 1969 foi eleito diretor da União Nacional dos Estudantes do Pará. Mudou-se para Brasília, em 1970, com a tarefa de auxiliar na reorganização do Movimento Estudantil da capital federal. Em razão da sua imersão nas lutas estudantis, foi preso pelo DOI-CODI, em 6 de outubro de 1971.

Permaneceu cativo durante 1 ano e 8 meses. Ao sair da prisão, passou a integrar os quadros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e se engajou nos embates pela anistia. Participou da criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), em agosto de 1977. Fundou o periódico *Alternativo Resistência*.

No final dos anos 1970, já formado advogado, começou a trabalhar para a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Tornou-se militante da causa da terra e defensor dos posseiros da região sul do Pará. Protegeu os direitos legais de pequenos proprietários da hostilidade de latifundiários, grileiros e pistoleiros que expulsavam, assassinavam e tomavam as terras dos camponeses na região dos municípios de Santana do Araguaia, Marabá, Xinguara, Rio Maria, Conceição do Araguaia, São Geraldo, Itupiranga e Goianésia.

Esforçou-se para inserir na pauta da opinião pública nacional a exploração dos lavradores do Pará pelo latifúndio e atuou como mediador dos conflitos, atacando grileiros na Justiça ao obstruir ordens de despejo que atingiam famílias inteiras. Prestou assessoria a diversos sindicatos, promovendo cursos de Educação Política e Sindical.

Na década de 1980 começaram os debates em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). As reações contrárias a ele partiram, especialmente, da União Democrática Ruralista (UDR), que organizou os latifundiários em partido político. A sólida organização sindical dos camponeses da região sul do Pará não tardou a incomodar a ditadura militar. A reação dos grandes proprietários veio, com infiltrações nas eleições dos sindicatos rurais, prisões de militantes e posseiros e mortes. O governo militar organizou o Grupo Executivo Araguaia-Tocantins (Getat), que foi responsável pela militarização da questão agrária na região.

Fonteles optou, naquele momento, pela participação na luta política institucional. Incentivado pelas principais lideranças dos trabalhadores rurais do sul do Pará, resolveu sair candidato a deputado estadual pelo PMDB. Foi eleito em 1982. Entrou para a história parlamentar do Pará como “Deputado dos Posseiros”. Usou a tribuna para denunciar as listas de marcados para morrer, nas quais estava incluído. Em 1984, auxiliou na fundação do Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Rural (Ceatru), cujo intuito era proporcionar ao lavrador oportunidades de desenvolvimento cultural.

Paulo Fonteles saiu de Belém do Pará, às 10h30 do dia 11 de junho de 1987, com destino a Capanema. Na saída de Belém pararam para abastecer no posto Marechal. Paulo permaneceu sentado no banco do passageiro. Nesse momento, um Fusca cinza, sem placa, estacionou atrás do veículo de Fonteles e dele saiu um homem armado com um revólver que assassinou o advogado com três tiros. Seu velório se transformou em um ato político. O enterro se tornou uma passeata seguida por sete mil cidadãos pelas ruas de Belém em protesto contra o latifúndio, a UDR, a impunidade, e pela reforma agrária. Seus algozes continuam impunes.

João Batista Alves. Conhecido pelo apelido de João Caolho, nasceu no estado do Maranhão. Pai de três filhos, morava em Terra Nova, município de Xinguara, no interior do Pará, desde 1984. Esse terreno se situava no castanhal reivindicado como propriedade por Guido Mutran, e o conflito pela posse desta terra foi a razão do crime que matou três posseiros, entre eles João Batista Alves, em agosto de 1988.

Segundo o testemunho de sua esposa, Maria Rosário dos Santos, à Comissão Pastoral da Terra (CPT), a família foi surpreendida em casa, no dia 8 de agosto de 1988, por 17 homens armados liderados por “Sebastião da Teresona”, gerente na propriedade de Aziz Mutran e acusado como autor do assassinato. Segundo Maria Rosário, os homens deram quatro tiros à queima-roupa em Batista Alves, que não teve chances de defesa.

Todas as três famílias que moravam em Terra Nova foram ameaçadas de morte pelos pistoleiros, caso não abandonassem o lugar, e suas casas foram incendiadas no dia seguinte. Os policiais, mesmo após as denúncias, não compareceram ao local e nenhum pistoleiro foi preso. A família Mutran é acusada pelas testemunhas como mandante do crime. Os três posseiros, Cícero, Joaquim e João Batista Alves, assassinados na chacina Terra Nova, foram enterrados por outros posseiros da região.

Raimundo Ferreira Lima (“Gringo”). Lavrador e líder sindicalista, destacou-se por seu trabalho a favor dos trabalhadores rurais e posseiros em Itaipavas, zona rural do município de Conceição do Araguaia, no Pará, região marcada por conflitos de terra envolvendo lavradores, grileiros, fazendeiros e peões. Além da militância sindical, Gringo também era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), recebendo com isso o apoio de alguns religiosos em sua luta pela reforma agrária.

Justamente na ocasião em que se candidatara à chapa de oposição para presidir o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, Raimundo Ferreira Lima foi assassinado na cidade de Araguaína, hoje pertencente ao estado de Tocantins, em 29 de maio de 1980. Gringo retornava de um encontro de sindicalistas realizado em São Paulo e pernoitara em Araguaína, onde foi encontrado na entrada da cidade, à beira da estrada, baleado e agonizante, com sinais de espancamento.

A polícia de Araguaína somente abriu inquérito para apurar o crime dois dias após o ocorrido, assim mesmo porque foi pressionada pela CPT. Inclusive, dias depois, em reportagem publicada no jornal *Movimento* (9 a 15 de junho de 1980), representantes da CPT afirmaram existir duas listas, elaboradas provavelmente por uma madeireira paraense, com nomes de pessoas destinadas a morrer, que incluíam Raimundo Ferreira Lima, o padre Aristide, dois agentes pastorais e três posseiros.<sup>112</sup>

Outras fontes, no entanto, afirmam ter sido o pistoleiro José Antônio o assassino de Gringo, contratado pela família do fazendeiro Fernando Leitão Diniz.<sup>113</sup> O fato é que, alguns dias antes do crime, houve um conflito entre fazendeiros e posseiros em Xinguara, cidade vizinha a Conceição do Araguaia, e um capataz de um fazendeiro anunciou em público que mataria Gringo. Coincidência ou não, este mesmo capataz esteve hospedado, na noite do crime, em um hotel próximo de onde Gringo pernoitara em Araguaína. O próprio delegado local chegou a declarar, posteriormente, ao advogado da CPT, Paulo Fonteles, que a morte de Raimundo Ferreira Lima era esperada, pois ele era “um agitador”.

Raimundo, natural de Marabá, nasceu em 1937, estudou por conta própria e chegou a tomar aulas de prática veterinária com um médico, também na cidade natal. Era casado com Maria Oneide e

tinha 43 anos quando foi morto. Ainda jovem, viveu sua primeira experiência de despejo na época em que morava com a família de sua mulher em Itaipavas, fato que o levou a se engajar em lutas coletivas pela terra.

O crime cometido contra Raimundo Ferreira Lima permanece impune e sem julgamento, assim como tantos outros cometidos nesse período na região. Em 1984, por exemplo, segundo levantamento feito pela ação eclesial do sul do Pará, houve,

em apenas um ano, 130 ameaças de morte; 26 pessoas espancadas, feridas e torturadas pela polícia ou por pistoleiros; 321 famílias despejadas; 2.772 ameaças de despejo; e 133 despejos nos quais as casas foram queimadas, os pertences, benfeitorias e roças destruídos.<sup>114</sup>

Apesar da luta desses líderes rurais, que pagaram com a vida para defender seus direitos, lamentavelmente ainda hoje, no Brasil, principalmente no Pará, perseguições e assassinatos de pessoas ligadas à terra continuam ocorrendo, seja por madeireiras, mineradoras, seja por empresas nacionais e internacionais do agronegócio, em função da impunidade e corrupção reinantes em nosso país.

Gabriel Sales Pimenta.<sup>115</sup> Informações: advogado da CPT de Marabá, atuava junto aos posseiros do Pará na reivindicação dos direitos de posse da terra. Conseguiu a libertação de alguns posseiros presos durante o conflito no Castanhal Pau Seco e conseguiu, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a reintegração dos posseiros na área do castanhal.

Condições do crime: foi assassinado por pistoleiro em Marabá, em 19 de julho de 1982, dia da convenção do MDB em Marabá, dentro do restaurante em que jantava com Benedito Monteiro.

Mandantes/Envolvidos: Manoel Cardoso Neto, proprietário do Castanhal Pau Seco. Pedro Cezar Batista, em depoimento à CNV, aponta como provável mandante o irmão do ex-governador Newton Cardoso (MG).<sup>116</sup>

Providências jurídicas: Manoel (Nelito) foi preso no dia 2 de abril de 2006, mas o crime foi prescrito em 8 de maio do mesmo ano. Em outubro de 2011, a juíza Maria Aldecy de Sousa, da 3ª. Vara Cível da Comarca de Marabá, condenou o Estado do Pará a pagar uma indenização de R\$ 700 mil à família do advogado. O processo foi arquivado sem que o mandante e o assassino tenham sido punidos.

1 – Alessandra da Costa Lunas (Contag), Alessandra Gasparotto, Alexandre Conceição (MST), Ana Paula Romão de Souza Ferreira (UFPB/Pronera), Anderson Amaro Silma dos Santos (MPA), Angelo Priori (UEM/Maringá), Aton Fon Filho (MST), Antônio Canuto (CPT), Antonio Escrivão Filho (Terra de Direitos), Claudio Lopes Maia (UFG), Cleia Anice da Mota Porto (Contag), Cléria Botelho Costa (UnB), Clerismar A. Longo (UnB), Clifford Andrew Welch (UNIFR-SP), Diana Melo (Instituto de Pesquisa, Diretos e Movimentos Sociais), Edemir Henrique Batista (MST), Edgard Afonso Malagodi (UFCG), Eduardo Fernandes de Araújo (CNDH/Universidade Federal da Paraíba), Enaile Iadanza (Secretaria Geral/PR), Érika Medeiros (Terra de Direitos), Fabricio Teló (CPDA/UFRRJ), Gabriel Pereira (Unicamp), Gilney Viana (Secretaria de Direitos Humanos/PR), Girolamo Domenico Treccani (UFPA/DCHA), Helciane de Fátima Abreu Araujo (Uema/PNCSA), Hugo Belarmino de Moraes (CRDH/UFPB/DIGNITATIS), Hugo Studart (UnB/UCB), Iby Nontenegro de Silva (CPDA/UFRRJ), Igor Benício (CRDH/UFPB), Ivaldo Gehlen (UFRGS), Iridiani Seibert (MMC), José Carlos Leite (UFMT), José Paulo Pietrafesa (Universidade Federal de Goiás), Jovelino Strozake (MST), Juçara Martins Ramos (MMC), Jucimara Almeida Santos (MPA), Juliana Amoretti (Secretaria de Direitos Humanos/PR), Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Lucas Amaral (Plataforma DHESCA), Luciana Carvalho e Souza (USP/ABRA), Luis Antônio Barone (UNICAMP), Luiz Augusto Passos (UFMT), Maria José Costa Arruda (CONTAG), Marco Antonio dos Santos Teixeira (IES/UERJ), Marta Regina Ciocari (Museu Nacional-UFRJ), Manoel Pereira Andrade (Universidade de Brasília), Moacir Gracindo Soares Palmeira (Museu Nacional/UFRJ), Pablo Francisco de Andrade Porfirio (Universidade Federal de Pernambuco), Paola Pereira (MST), Rafael Aroni, Regina Coelly Fernandes Saraiva (Universidade de Brasília), Reginaldo Nunes Chaves (CRDH/UERJ), Rosângela Piovizani Cordeiro (MMC), Rosmeri Witcel (MST), Sabrina Steinke (Universidade de Brasília), Sérgio Sauer (Universidade de Brasília), Tânia Chantel Freire (MMC), Valter Israel da Silva (MPA), Willian Clementino da Silva Matias (Contag) e Zenildo Pereira Xavier (Contag).

- 2 – Ana Emília de Carvalho, Arthur Navarro, Danilo Patrício, Leonardo Araújo de Souza Miranda, Marcela Telles Elian de Lima, Márcio dos Santos Rodrigues, Mariele Cristina Conceição, Pauliane Carvalho Braga, Pedro de Castro Lüscher, Taciana Almeida Garrido de Resende, Thiago Lenine Tito Tolentino e Wilkie Buzatti.
- 3 – Disponível em: <<http://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>>. Acesso em: 22/11/2014.
- 4 – Texto de Maria Rita Khel. Arquivo CNV, 00092.003207/2014-68.
- 5 – “Hoje o valor do ITR é irrisório. A arrecadação nacional de 2012, por exemplo, foi de 400 milhões, valor equivalente ao do IPTU pago por um único bairro de classe média em São Paulo.” (Entrevista com João Pedro Stédile.)
- 6 – BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 62.
- 7 – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Coord. Gilney Amorin Viana. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, 2013.
- 8 – Ver depoimento de seu irmão, Pedro Cesar Batista, à CNV (Arquivo CNV, 00092002068/2013-74).
- 9 – Ver depoimento de Paulo Fonteles Filho à CNV (Arquivo CNV, 00092.00.2309/2013-85).
- 10 – Essa pesquisa, feita por alunos do Projeto República, da UFMG, se encontra no relatório extenso.
- 11 – Pesquisa de Pesquisa: Marcela Telles, UFMG.
- 12 – MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 286.
- 13 – PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011, pp. 123-125.
- 14 – PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011, p. 161.
- 15 – A reportagem “Guerra do Quebra Milho”, do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 19 de dezembro de 2010, apresenta dados divergentes dos livros de Angelo Priori (2011, p. 161) e Marcelo Oikawa (2011, p. 137). Na matéria veiculada pelo jornal, foram informados os nomes dos posseiros mortos neste conflito, porém os livros indicam que essas mesmas pessoas faleceram durante outro confronto, em 1950. Desta forma, preferimos optar pelas informações contidas nos livros.
- 16 – Somente em 1950, em manifesto, o partido defenderia nacionalmente a “violência revolucionária das massas”.
- 17 – PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011, p. 221.
- 18 – OIKAWA, 2001, p. 304.
- 19 – COLNAGHI, 1984, p. 2.
- 20 – GOMES, 1989, p. 18.
- 21 – GOMES, 1989, pp. 49-50.
- 22 – COLNAGHI, 1984, p. 101.
- 23 – BATTISTI, 2006. Nota 11, p. 88.
- 24 – PEGORARO, 2007, p. 120.
- 25 – PÉCOITS, W.A. *Entrevista concedida a Roberto Gomes. Francisco Beltrão, 1977*. In: PEGORARO, 2007, p. 71.
- 26 – PEGORARO, 2007, p. 75. (Gomes ressalta que o prefeito de Pato Branco, José Meger, foi uma exceção, pois esteve a favor dos posseiros.)
- 27 – O cunhado de Santin se enforcou em uma ponte. Schmitz & Pires (2007, p. 7); Gomes (1989, p. 75). Fonte usada por Gomes: WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Littera Técnica, 1985, p. 219.
- 28 – *O Estado do Paraná*, Curitiba, 4/10/1957. In: GOMES, 1989, p. 76.
- 29 – Segundo Schmitz & Pires (2007, p. 8), “de Santo Antônio foram retiradas 115 pessoas, em caminhões porqueros, escoltados por Jipes e levados para Francisco Beltrão e Verê, ao passo que, em Capanema, funcionários e jagunços eram reunidos e enviados em pequenos grupos para Foz do Iguaçu, escoltados por colonos da Guarda Civil. O Tenente Alcebádes, o Coronel do CSN Nelson Carvalho e o Tenente-Coronel Breno Berutta, do Ministério da Guerra foram à Província de Misiones, onde cerca de 1.200 brasileiros haviam se refugiado, tentar trazê-los de volta. Apesar dos esforços cerca de 90 famílias não retornaram e essa situação gerava um desdobramento de caráter diplomático”.
- 30 – Um movimento regional já estava sendo articulado, sendo precipitado pelo espancamento de três crianças nas margens do rio Verê (GOMES, 1989, p. 94). [...] “No dia 10 de outubro” [depois da aprovação que transitava por 6 anos no



Congresso Nacional para comprovar a ilegalidade da CITLA], o major Reinaldo Machado “chegava a Pato Branco para fechar os escritórios das companhias”. Relatório do chefe de polícia, Pinheiro Jr. ao governador do Estado (16 de outubro de 1957). In: GOMES (1989), p. 90 (Nota 203) e 91 (Nota 204).

31 – Entrevista a Inelci Pedro Matielo. In: PEGORARO, 2008, p. 9.

32 – Ruy Wachowicz: Eu gostaria de saber como evoluíram os acontecimentos? Jácomo Trento (Porto Alegre): Os acontecimentos evoluíram exatamente no dia 9 de outubro de 1957 pela manhã, quando apareceu três crianças da localidade Baixo Verê, Águas do Verê, de lá das águas do Verê, chegou uma filha do Oto Zwicker, uma menina com uns 10 para 11 anos, e mais dois garotinhos da mesma idade também, que eram vizinhos, filhos de vizinhos, de Oto Zwicker, ih, e estes, estas crianças, apareceram em Pato Branco em um estado desesperador trazida pelos vizinhos, porque eles não quiseram, não quiseram não, eles achavam que as crianças sabiam onde os pais estavam, eles chegaram nas casas deles e perguntaram pelos pais, os pais estavam escondidos no mato, estavam semanas no mato, o pai destas crianças”. Entrevista a Jácomo Trento (realizada em 1978), transcrita do livro de WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero Técnica, 1985. Disponível em: <[http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/anexoIII\\_transcricoes\\_entrevistas\\_wachowicz.doc](http://www.nre.seed.pr.gov.br/umuarama/arquivos/File/anexoIII_transcricoes_entrevistas_wachowicz.doc)>. Jaci Poli (2009, p. 112) também aborda a questão do espancamento das crianças como estopim para o levante, uma vez que a polícia e o juiz se manifestaram impossibilitados de agir, e os colonos foram chamados pela rádio e, aos poucos, foram tomando as ruas.

33 – GOMES, 1989, p. 89.

34 – Segundo Gomes, Maringá foi solto após o depoimento e assassinado por um policial em 1961, quando atuava como inspetor de quarteirão da polícia em Medianeira, oeste do Paraná.

35 – GOMES, 1989, p. 108.

36 – GOMES, 1989, p.109.

37 – GOMES, 1989, nota 262, p. 112.

38 – GOMES, 1989, nota 125, p. 60.

39 – GOMES, 1989, nota 125, p. 60.

40 – GOMES, 1989, pp. 112-113.

41 – GOMES, 1989, pp. 109-110.

42 – De acordo com levantamento do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), realizado em 1989, mais de 50% dos assentados do Paraná eram da região Sudoeste, filhos ou netos de agricultores que participaram do movimento de 1957, ficando evidente a marca da resistência, herança de gerações que lutaram contra a expropriação, mesmo que em condições distintas. Nessa nova luta por terra e dignidade, a experiência dos pais e avós foi importante. PRANDO, 2010, p.4.

43 – Othon Mader foi senador de 1950 a 1959; após esse período, foi deputado federal de 1959 a 1963.

44 – Foram reproduzidos trechos do livro *1957: A Revolta dos Posseiros*, pp. 61-65 (*vide* Referências Bibliográficas). As marcações e as notas da autora foram conservadas.

45 – MADER, Othon. *A rebelião agrária no sudoeste do Paraná*; separata de dois discursos no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958. (In: GOMES, 1989, p. 119.)

46 – Esta lista é elaborada a partir de trechos do discurso do senador Othon Mader, com os quais a historiadora Iria Gomes trabalha os detalhes de dez assassinatos, ocorridos entre março e outubro de 1957. Consideram-se tanto os pesquisadores aqui citados quanto as declarações de pessoas que viveram esse momento histórico, essenciais para se prosseguir com as pesquisas sobre o elevado número de assassinatos em fins da década de 1950 no sudoeste do Paraná. O trabalho de Gomes é aqui reproduzido a partir de análises da autora sobre os assassinatos que ela destaca do discurso de Othon Mader, realizado em dezembro de 1957. A iniciativa de transcrever para este estudo os levantamentos realizados por Gomes se faz presente pela descrição dos casos.

47 – MADER, pp. 16-17.

48 – MADER, p. 17.

49 – MADER, pp. 17 e 20.

50 – Outubro de 1957.

51 – MADER, pp. 18-19.

52 – SCHMITZ; PIRES, 2007, p. 10.

53 – SCHMITZ; PIRES, 2007, p. 10.



- 54 – Fonte: CPT/MST, p. 150. RRPC, p. 321.
- 55 – Fontes: CPT/MST, pp. 151-152. RRPC, p. 321.
- 56 – Fonte: CPT/MST, p. 16
- 57 – Segundo consta do livro de Paulo Ribeiro Cunha, *Aconteceu longe demais...* (2007), o dirigente do PCB, Ângelo Arroyo, chegou a levar armas à região em 1954 e, também, em 1957, Antonio Ribeiro Granja, assistente do Diretório Nacional do Partido Comunista, foi enviado a Trombas e Formoso, bem como chegaram os militantes Dirce Machado, seu marido José Ribeiro, João Soares, Geraldo Marques e Geraldo Tibúrcio.
- 58 – Ver depoimentos de Dirce Machado da Silva, do pesquisador Paulo Cunha e dos netos de Epaminondas dos Santos, companheiro de José Porfírio desaparecido em 9/8/1971, cujo corpo foi localizado no cemitério de Brasília. A exumação foi feita pela CNV, e o exame de DNA, comparado com o dos netos, confirmou sua identidade. (Arquivo CNV, Depoimento de familiares de Epaminondas dos Santos, 00092.001665/2014-62).
- 59 – Ver depoimento de Dirce Machado (Arquivo CNV, 00092.002035/2013-24).
- 60 – Fonte: MST/CPT, pp. 99-100. RRPC, p. 235.
- 61 – Fonte: RRPC, p. 235.
- 62 – Fonte: RRPC, p. 235
- 63 – Fontes: MST/CPT, pp. 291-292 e RRPC, p. 236.
- 64 – Fonte: MST/CPR, p. 328. RRPC, p. 237.
- 65 – Fonte: MST/CPT, p. 238. RRPC, p. 237.
- 66 – Fonte: MST/CPT, p. 373.
- 67 – Fontes: MST/CPT, p. 380. RRPC, p. 238.
- 68 – Fonte: MST/CPT, pp. 438-440.
- 69 – Ver o relatório da Comissão Camponesa da Verdade para uma análise da repressão aos camponeses no pós-golpe de 1964 (Arquivo CNV, 00092.003108/2014-86, p. 18).
- 70 – Ver depoimentos da audiência pública sobre a liga de Sapé, com participação da CNV, ocorrida em julho de 2013 (Arquivo CNV, Audiência pública sobre a liga de Sapé, 00092.002035/2013-24).
- 71 – Disponível em: <<http://cidh.oas.org/annualrep/2008port/Brasil2332port.html>>.
- 72 – Desde 2000, a Contag e mais 27 Fetags, além de 4 mil sindicatos de trabalhadores/as rurais, organizam a chamada “Marcha das Margaridas”, que, além de homenagear Margarida Alves, chama a atenção para a continuidade da impunidade dos crimes cometidos contra camponeses na luta pela terra e por direitos dos trabalhadores rurais.
- 73 – Fonte: Retrato da Repressão Política no Campo; SEDH/MDA, p. 37.
- 74 – Requerimento feito por Manoel Conceição Santos à Comissão Especial da Lei Estadual 10.726/200. Pedido do reconhecimento oficial e da reparação indenizatória. São Paulo, 2/7/2002. Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.torturanuncamaisrj.org.br/medalhaDetalhe.asp?CodMedalha=84>. Conferir também: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.
- 75 – Manoel da Conceição contou, em depoimento (Arquivo CNV, 00092.002450/2013-88), que teve contato com a AP quando militantes do Rio Grande do Sul e de São Paulo foram procurar os lavradores em Pindaré-Mirim. Entre os militantes e lideranças de Pindaré-Mirim, citou: Antônio Lisboa Brito, Raimundo Orlando, Raimundo, Eurides, José Alavanca, Lurdes, Joaquim Martins Neto, Ostásio, Manoel Antônio, Manoel Arruda, Antônio Santos, Raimundo Pega Voando, Bernardo Pega Voando, João Batista, Luzia e seu pai Manoel Dourado, Campos, Socorro, Rui Frazão Soares, Elza Lobo, Duarte Pereira Pacheco, Osvaldo Rocha, Otto Siqueira, entre vários outros. In: SANTOS, Manoel da Conceição. “Reforma Agrária: utopia revisitada”. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela. *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 348.
- 76 – No Maranhão, no período entre 1964 e 1988, há registro de 180 casos de lavradores e lideranças mortos e/ou desaparecidos, estado que ocupa o segundo lugar em violência no campo, perdendo somente para o Pará. Fonte: Relatório elaborado pelo Projeto República: Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória/UFMG, 2012 para a Comissão Nacional da Verdade.
- 77 – Ver depoimentos de vítimas da repressão em Pindaré-Mirim à CVN: Manoel da Conceição (Depoimento de Manoel da Conceição. Arquivo CNV, 00092.002450/2013-88); Maria de Lurdes Clementina de Souza (Depoimento de Maria de Lurdes Clementina de Souza. Arquivo CNV, 00092.002265/2013-93); Antonia Palmeira (Depoimento de

Antônia Palmeira. Arquivo CNV, 00092.001130/2014-12); e o filho, João Palmeira Jr., o “Palmeirinha” (Depoimento de João Palmeira Jr. Arquivo CNV, 00092.002185/2013-17); Pedro Capixaba.

78 – Ver depoimentos de camponeses do Araguaia à CNV (Arquivo CNV, Audiência pública de Marabá, 17/11/2012, 00092.001164/2012-14).

79 – Dados do pesquisado Hugo Studart de abril de 2013: “Camponeses na Guerrilha do Araguaia” e documento militar: “Dossiê Araguaia: ultrapassando a Guerrilha”.

80 – Fontes: Documento do SNI: “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”; “Diário do Velho Mário”; relação dos desaparecidos de autoria dos militares, no “Dossiê Araguaia”; Livro *A lei da selva*, de Hugo Studart; documento (descaracterizado) do CIE: “Dossiê Araguaia”. Ver depoimentos de 14 camponeses torturados na repressão à Guerrilha do Araguaia à CNV, em outubro de 2012, e registro de audiência pública em Marabá, em 7/11/2012, com camponeses e indígenas vitimados pela repressão à guerrilha (Arquivo CNV: Audiência pública de Marabá, 17/11/2012, 00092.001164/2012-14).

81 – Fundo SNI: ACE 54730/86.

82 – Documentos encontrados pelo pesquisador Hugo Studart citam ainda mais 20 nomes de camponeses mortos e desaparecidos. Aluisio Nunes Ferreira (“Beto”), morto em 13/5/1974. Pode ser o guerrilheiro Lucio Petit da Silva; Amaury de Azevedo Siqueira, morto em 27/2/1974; Ferreira Pinto (Antonio), morto em 30/4/1974; Célia Sanches Cristie (“Cristina”), morta em 8/2/1974. Pode ser a guerrilheira Jana Moroni Barroso; Chico - Morto em dezembro de 1973; Edith ou Edite (troteiro de burros). CIE: “Morreu em 1972 junto com Helenira” (guerrilheira); Hermógenes (auxiliava a guerrilha desde 1972). Preso em 4/10/1974, torturado na Base de Xambioá, preso por três dias no “Buraco do Vietnã” e desaparecido; Joaquim de Souza Moura (“Joaquinzão”), paradeiro desconhecido; João Aquino Jaime (“João Goiano”), morto em 17/1/1974; João Moacir Santiago Mendonça (Santiago), morto em 18/8/1972; João Amaurílio Patriarca (“Mané”), morto em setembro de 1974.; José Antonio Botelho (“Antonio”), morto em 30/4/1974; José Machado da Silva, desaparecido em 1974 em Marabá. O irmão, Luiz Machado da Silva, informou que “José era obrigado a se apresentar todas as semanas na Base do Exército em Bacaba. Numa dessas ocasiões, esperava uma carona e foi atingido por um carro, socorrido por um informante do Exército, levado para Marabá onde faleceu no hospital”; Landinho, morto em 25/1/1974; Levy, morto; Miguel Tavares (“Cazuza”), morto em 20/9/1974; Manoel, morto em 12/1/1974; Paulo Mauro Rodrigues, morto em 25/12/1975; Quincas, morto em 1974; Waldir da Costa Lima, morto em 29/4/1974; Zé Luís, morto em 13/10/1974.

83 – KOTSCHO, Ricardo. *Serra Pelada, uma ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

84 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 120. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

85 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 151. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

86 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 66. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

87 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, pp. 66-67. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

88 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 66. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

89 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, pp. 75-76. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

90 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 76. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

91 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 104. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

92 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, p. 111. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife.

93 – Este conflito resultou na morte do norte-americano John Davis, proprietário da fazenda.

94 – Fontes: Arquivo da Prelazia de São Félix; jornal *Alvorada*, da Prelazia de São Félix do Araguaia, p. 12, “Retalhos de nossa história”, edições de setembro/outubro 1992; novembro/dezembro 1992; janeiro/fevereiro 1993; março/abril 1993; novembro/dezembro 1993; setembro/outubro 1998.

95 – Foram consultadas as obras *Assassinatos no campo: crime e impunidade*, *Retrato da repressão política no campo*, os periódicos *Folha de S.Paulo*, jornal *Correio da Manhã*, jornal *Terra Livre* e revista *Veja*. Somente foram encontrados dados sobre a morte do lavrador Paulo Kuraki e de seu filho, Armando Kuraki.

96 – Centro de Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. “Reforma Agrária e Violência no Campo”. In: *Direitos Humanos no Brasil 2000. Justiça Global*. Rio de Janeiro: 2001; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 163; IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 249-252.

97 – Centro de Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. “Reforma Agrária e Violência no Campo”. In: *Direitos Humanos no Brasil 2000. Justiça Global*. Rio de Janeiro: 2001; BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 163; IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 249-252.

98 – Colaboração de João Pedro Stédile.

99 – Idem, *Ibid.*, p. 117.

100 – O Projeto Lucas Rio Verde ganhou força após a suspensão de viagens à Serra do Ramalho (BA) (por pressões da Comissão que visitou o local e pelo dossiê da Comissão Pastoral da Terra baiana), o que fez com que os interventores intensificassem a repressão “com vistas a convencer os acampados a aceitarem a proposta de emprego ou de deslocamento” para o projeto no Mato Grosso. *Idem, Ibid.*, p. 123.

101 – Idem, *Ibid.*, p. 170.

102 – MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p. 78.

103 – MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p. 143.

104 – MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p. 198.

105 – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Camponeses mortos e desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição*. Coord. Gilney Amorin Viana. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, 2013.

106 – Cf. COSTA, p. 161.

107 – Decreto-Lei nº 1. 767, de 1º/2/1980. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=212865>>.

108 – MENDONÇA, S. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1985)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 61.

109 – SÀ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, p. 43.

110 – Ofício nº 395/83, de 23/11/1983, constante no livro de atas de reuniões da Câmara Municipal de Paragominas. *Apud* BATISTA, Pedro César. *João Batista: mártir da luta pela reforma agrária*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 99.

111 – Ver trechos do depoimento do irmão Pedro Cezar Batista à CNV, em 18/2/2013 (Arquivo CNV, 00092.002068/2013-74).

112 – Conferir BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

113 – Conferir OLIVEIRA, Jelson. *Raízes – Memorial dos mártires da terra*. São Paulo: ed. Loyola, 2001. Ainda segundo informações do Grupo Tortura Nunca Mais, o nome de Gringo constava de uma lista feita pelos fazendeiros da região após a morte de um grileiro, que havia iniciado a “demarcação das terras de sua fazenda, sem entrar em acordo com os posseiros, ameaçando expulsá-los”. O capataz José Antônio, que provavelmente cometeu o crime, era filho adotivo do fazendeiro Fernando Leitão Diniz.

114 – BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

115 – PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 2013, pp. 182, 189, 227. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Recife.

116 – Depoimento de Pedro Cezar Batista. Arquivo CNV, 00092.002068/2013-74.